A EDUCAÇÃO EM FAMÍLIA

21 TEMAS ATUAIS

A Educação em Família

21 temas atuais

Versão 5

2014

Apresentação

Sobre Educação e Família:

Há mais de quatro anos surgiu a ideia de preparar alguns artigos à volta da temática da família e da educação. O que é que entendemos por pessoa ou por família? São conceitos básicos que não se podem definir propriamente, pois possuímo-los de modo espontâneo. Todos sabemos o que é uma família já que, em geral, nascemos no seu seio; e aprendemos o que é uma pessoa olhando-nos noutras, sendo educados e também educando-nos, porque qualquer aprendizagem é crivada pela liberdade pessoal. E, no entanto, à volta das duas realidades – pessoa e família - gerou-se um elevado grau de confusão.

Como afirmava recentemente o Santo Padre Francisco, “a família atravessa uma crise cultural profunda, como todas as comunidades e vínculos sociais” [1]. Também o seu predecessor, Bento XVI, pôs em relevo a crise em que se encontra submersa a educação. Em muitos casos nota-se a falta de motivação de professores e alunos, a deterioração da correção e da disciplina, uma generalizada falta de exigência na transmissão de conhecimentos e de valores comuns.

Com estes artigos, que agora se publicam em livro, não pretendemos outra coisa que não seja dar mais segurança a alguns aspetos que nos pareceram imprescindíveis na conformação da pessoa e da primeira relação que a carateriza: a família.

“A família – afirma o Papa Francisco - é o lugar onde se aprende a conviver na diferença e a pertencer a outros e onde os pais transmitem a fé aos filhos” [2]. Em muitos sentidos, cada mulher e cada homem, são o que são pela sua família, e crescem na e com a sua família; e a isto – ao crescer como pessoa – desde há muitos séculos, chamou-se educação, *paideia*. Algo que não podemos confundir simplesmente com a instrução, por muito valiosa, produtiva, ou eficaz que seja; ou com o mero ensino, entendido como transferência de conhecimentos. Educar é outra coisa: consiste, sobretudo, na transmissão de um estilo de vida. É dar o que cada um é, muito mais do que ensinar ou instruir, embora sem deixar de procurar este

último.

Estas ideias de fundo matizaram também o ponto de vista ou os aspetos que escolhemos para orientar a maioria dos artigos. De um modo ou de outro, a consideração clássica dos temas expostos teve o seu enfoque. Por isso, a atenção à importância da *virtude* na educação esteve presente desde o início, quer de forma direta, quer indireta. Pretendemos apresentá-los de um modo "propositivo", com *abertura*, de modo que possa ajudar pais e educadores a "voltar a pensar sobre" essa maravilhosa tarefa que implica a pessoa inteira, numa relação bidirecional, já que ninguém deve deixar de aprender.

Pensar a educação. É sobre isto que o livro versa. Talvez este prólogo tenha sido necessário para que cada leitora ou leitor fique advertido acerca da perspetiva sobre a qual tem de incidir. Trata-se de um livro caleidoscópico por temática e autores, que não pretende dar soluções, mas antes suscitar em cada um o desejo de melhoria, da busca do bem, aí onde se encontra a verdadeira realização da pessoa, a sua felicidade, como diriam os clássicos. Porque a pessoa tem de ser pensada como sujeito de crescimento, e isto é a educação: ajudar a crescer. Algo que paradoxalmente só é possível a partir de fora, na relação entre um *tu* e um *nós-vós*, na relação com um outro, que – como nos recordou Bento XVI - é simultaneamente o meu semelhante e o meu diferente. Em questões de educação, o mito moderno da autonomia ou do auto-desenvolvimento é o sonho de uma quimera. Daí a importância de reconhecer-se como filhos.

Muitas das reflexões contidas nestas páginas são devedoras da sã e amável *pedagogia*, no melhor sentido da palavra, de um sacerdote que foi mestre de vida, S. Josemaria Escrivá de Balaguer. A sua experiência espiritual e a instituição por ele fundada, o Opus Dei, fecundaram não só ciências como a Teologia ou o Direito, mas também outros saberes práticos - *sapienciais* - como a educação.

José Manuel Martín Quemada (editor)

Notas

[1] Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, n. 66.

[2] Ibidem.

Voltar ao índice

Índice

A missão educativa da família (I)

O homem, criado à imagem e semelhança de Deus, «única criatura sobre a terra a ser querida por Deus por si mesma» [1] , quando nasce – e durante um longo período de tempo – depende muito do cuidado dos pais. Embora a partir do momento da concepção goze de toda a dignidade da pessoa humana, que deve ser reconhecida e protegida, é também um facto que necessita de tempo e de ajuda para alcançar toda a sua perfeição. Este desenvolvimento – que não é automático nem autónomo, mas livre e de relação com os outros – é o objecto da educação.

A própria etimologia do termo sublinha a necessidade que o ser humano tem de educação como parte essencial do seu aperfeiçoamento. Educar vem do latim "ducere", que significa "guiar". O homem necessita de ser guiado por outros para aperfeiçoar as suas faculdades. Provém também de "educere", que significa "extrair". Precisamente, o que é próprio da educação é "extrair o melhor eu" de cada um, desenvolver todas as capacidades da pessoa. As duas facetas – guiar e desenvolver – constituem, de algum modo, o fundamento da tarefa educativa.

Os pais, primeiros e principais educadores

Não é muito difícil entender que – como tantas vezes afirmou o Magistério da Igreja – «os pais são os primeiros e principais educadores dos seus filhos» [2] . É um direito-dever que tem a sua raiz na lei natural e, por isso, todos compreendem, embora nalgum caso apenas de uma maneira intuitiva, que existe uma continuidade necessária entre a transmissão da vida humana e a responsabilidade educativa.

Produz uma repulsa espontânea pensar que os pais pudessem ignorar os filhos depois de os terem trazido ao mundo, ou que a sua função se poderia limitar a tratar das necessidades físicas dos filhos, despreocupando-se das intelectuais, morais, etc. E a raiz dessa repulsa natural é que a razão humana entende que o âmbito primário para o acolhimento e o desenvolvimento da vida do homem é a comunidade conjugal e familiar.

A Revelação e o Magistério assumem e aprofundam os motivos racionais pelos quais os pais são os primeiros educadores. «Tendo-os Deus criado homem e mulher, o amor mútuo entre os dois torna-se imagem do amor absoluto e indefectível com que Deus ama o homem» [3] .

No desígnio divino, a família, «é uma comunhão de pessoas, reflexo e imagem da comunhão do Pai e do Filho no Espírito Santo. A sua actividade procriadora e educativa é o reflexo da obra criadora do Pai» [4] . A transmissão da vida é um mistério que pressupõe a cooperação dos pais com o Criador para trazer à existência um novo ser humano, imagem de Deus e chamado a viver como Seu filho. E a educação participa plenamente deste mistério. É este o motivo de fundo pelo qual a Igreja sempre afirmou que «pela sua própria índole, a instituição matrimonial e o amor conjugal estão ordenados para a procriação e educação da prole, que constituem como que a sua coroa» [5] .

Pertence à essência do matrimónio a abertura à vida, que não se reduz apenas à procriação dos filhos, mas que inclui a obrigação de os ajudar a viver uma vida plenamente humana e em relação com Deus.

O mistério da Redenção oferece luzes sobre a missão educativa dos pais no desígnio de Deus. Jesus Cristo, que com as Suas palavras e com o Seu agir «revela o homem a si mesmo e descobre-lhe a sua vocação sublime» [6] , quis encarnar e ser educado numa família. Quis, além disso, elevar o matrimónio à condição de sacramento, levando-o à sua plenitude no plano salvífico da Providência.

A exemplo da Sagrada Família, os pais são cooperadores da providência amorosa de Deus para conduzir à sua maturidade a pessoa que lhes foi confiada, acompanhando e favorecendo, desde a infância até à idade adulta, o seu crescimento **em sabedoria, em idade e em graça, diante de Deus e diante dos homens** [7] .

João Paulo II sintetizava toda esta doutrina, explicando que eram três as características do

direito-dever educativo dos pais [8] :

- é *essencial*, por estar vinculado à transmissão da vida humana;

- é *original e primário*, a respeito do papel de outros agentes educativos – derivado e secundário – porque a relação de amor que se dá entre pais e filhos é única e constitui a alma do processo educativo;

- e é *insubstituível e inalienável*: não pode ser usurpado nem delegado completamente. Consciente desta realidade, a Igreja sempre ensinou que o papel dos pais na educação «é de tanto peso que, onde não existir, dificilmente poderá ser suprida» [9] . De facto, o obscurecimento destas verdades conduziu muitos pais ao descuido e mesmo ao abandono, do seu papel *insubstituível*, a tal ponto que Bento XVI falou de uma situação de «emergência educativa» [10] , que é tarefa de todos enfrentar.

O fim e a alma da tarefa educativa

«Deus, que criou o homem por amor, também o chamou ao amor, vocação fundamental e inata de todo o ser humano» [11] . Posto que o amor é a vocação*fundamental e inata* do homem, o fim da missão educativa dos pais não pode ser outro senão ensinar a amar. Este fim fica reforçado pelo facto de que a família é o único lugar onde as pessoas são amadas não pelo que têm, o que sabem ou o que produzem, mas pela sua condição de membros da família: esposos, pais, filhos, irmãos.

São muito significativas as palavras de João Paulo II: «numa perspectiva que atinge as próprias raízes da realidade, deve dizer-se que a essência e os deveres da família são, em última análise, definidos pelo amor (...) Cada dever particular da família é a expressão e a actuação concreta de tal missão fundamental» [12] .

Mas, como levar a cabo esta missão? A resposta é sempre a mesma: com amor. O amor não é apenas o fim, mas também a alma da educação. João Paulo II, depois de descrever as

três características essenciais do direito-dever educativo dos pais, concluía que, «para além destas características, não se pode esquecer que o elemento mais radical, que qualifica o dever de educar dos pais é *o amor paterno e materno*, o qual encontra na obra educativa o seu cumprimento ao tornar pleno e perfeito o serviço à vida: o amor dos pais de *fonte* torna-se *alma* e, portanto,*norma*, que inspira e guia toda a acção educativa concreta, enriquecendo-a com aqueles valores de docilidade, constância, bondade, serviço, desinteresse, espírito de sacrifício, que são o fruto mais precioso do amor» [13] .

Em consequência, diante da "emergência educativa" de que fala Bento XVI, o primeiro passo é voltar a recordar que a meta e o motor interno da educação é o amor. E que, frente às imagens deformadas do autêntico rosto do amor, os pais, participantes e colaboradores do amor de Deus, têm a capacidade e a gozosa missão de transmitir, de maneira viva, o seu verdadeiro significado.

A educação dos filhos é projecção e continuação do próprio amor conjugal e, por isso, o lar familiar que nasce como desenvolvimento natural do amor dos esposos é o ambiente adequado para a educação humana e cristã dos filhos. Para estes, a primeira escola é o amor que os seus pais têm um ao outro. Através do seu exemplo recebem, desde pequenos, uma autêntica capacitação para o amor verdadeiro.

Por esse motivo, o primeiro conselho que S. Josemaria dava aos esposos era que guardassem e reconquistassem, todos os dias, o seu amor, porque é a fonte de energia, o que realmente dá coesão a toda a família.

Se há amor entre os pais, o ambiente que os filhos respirarão será de entrega, de generosidade. O clima no lar é criado pelos esposos com o carinho com que se tratam: palavras, gestos e mil detalhes de amor sacrificado.

A caridade há-de encher tudo e levará: a partilhar as alegrias e os possíveis dissabores; a saber sorrir, esquecendo-se das preocupações pessoais para

atender os outros; a escutar o outro cônjuge ou os filhos, mostrando-lhes que são amados e compreendidos de verdade; a passar por alto pequenos atritos sem importância, que o egoísmo poderia transformar em montanhas; a fazer com grande amor os pequenos serviços de que se compõe a convivência diária [14] .

Trata-se, quase sempre, de pequenas coisas, que um coração apaixonado sabe ver como grandes e que, claramente, têm uma enorme repercussão na formação dos filhos, mesmo nos de mais tenra idade.

Posto que a educação é continuação necessária da paternidade e maternidade, a participação comum dos dois esposos estende-se também à educação. A missão educativa reside nos pais precisamente enquanto casal; cada esposo participa solidariamente da paternidade ou maternidade do outro. É preciso não esquecer que o resto dos agentes educativos – escola, colégio, paróquia, clube juvenil, etc. – são colaboradores dos pais: a sua ajuda é um prolongamento – nunca uma substituição – do lar. Definitivamente, para a missão de construir o lar são necessários os dois cônjuges. Deus dá a sua graça para suprir a ausência forçada de um, mas o que não pode ocorrer é a inibição ou renúncia voluntária.

É claro que o mundo sofreu enormes mudanças sociais e laborais que têm também a sua repercussão na família. Entre outros fenómenos, cresceu o número de lares em que tanto o marido como a mulher têm um trabalho profissional fora do lar, não poucas vezes muito absorvente. Cada geração tem os seus problemas e os seus recursos e não é forçosamente pior do que outra, nem se pode cair em casuísticas.

Em qualquer caso, o amor sabe antepor a família ao trabalho e é imaginativo para suprir horas de dedicação com uma maior intensidade de convívio. Além disso, não se pode esquecer que os dois esposos hão-de estar implicados na construção do lar, sem cair na ideia equivocada de que o trabalho fundamental do marido é ganhar dinheiro, deixando nas mãos da mulher os trabalhos da casa e a educação dos filhos. Confiamos a Maria e José, que viram crescer Jesus em sabedoria, em idade e em graça [15] , a missão dos pais, cooperadores de Deus num trabalho de grande transcendência e de suma beleza.

M. Díez

Notas

[1] Conc. Vaticano II, Const. past. *Gaudium et spes*, n. 24.

[2] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1653.

[3] *Ibidem*, n. 1604.

[4] *Ibidem*, n. 2205.

[5] Conc. Vaticano II, Const. past. *Gaudium et spes*, n. 48.

[6] *Ibidem*, n. 22.

[7] *Lc* 2, 52.

[8] Cfr. João Paulo II, Exhort. apost. *Familiaris consortio*, 22-XI-1981, n. 36.

[9] Conc. Vaticano II, Decl. *Gravissimum educationis*, 28-X-1965, n.3.

[10] Bento XVI, *Mensagem à diocese de Roma sobre a tarefa urgente da educação*, 21-I-2008.

[11] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1604.

[12] João Paulo II, Exhort. apost. *Familiaris consortio*, 22-XI-1981, n. 17.

[13] *Ibidem*, n. 36.

[14] *Cristo que passa*, n. 23.

[15] Cfr. *Lc* 2, 52.

Voltar ao índice

A missão educativa da família (II)

A pessoa humana *realiza-se*, edifica-se a si mesma, por meio das suas decisões livres. Como é sabido, a liberdade não consiste na simples possibilidade de escolher uma opção ou outra, mas na capacidade de ser dono de si próprio para se dirigir ao bem verdadeiro. Por isso, um aspecto central na educação dos filhos é precisamente formá-los *para* a liberdade, de modo que queiram fazer o bem, ou seja, que o queiram não só porque está mandado, mas justamente porque é bom.

Muitas vezes educa-se mais com o que os filhos vêm e experimentam no lar – um ambiente de liberdade, de alegria, de carinho e de confiança – do que com as palavras. Por isso, mais do que transmitir, a missão educativa dos pais consiste em *contagiar* esse amor à verdade que é a chave da liberdade [1].

Desta maneira e com a ajuda da graça de Deus, os filhos crescem com o desejo de orientar a sua vida para essa Verdade completa, a única capaz de dar sentido à existência e saciar os anseios mais profundos do coração do homem.

Amor exigente

Educar para a liberdade é toda uma arte, muitas vezes nada fácil. Como assinala Bento XVI, «chegamos ao ponto talvez mais delicado da obra educativa: encontrar um justo equilíbrio entre a liberdade e a disciplina. Sem regras de comportamento e de vida, aplicadas

dia a dia também nas pequenas coisas, não se forma o carácter e não se prepara para enfrentar as provas que não faltarão no futuro. Mas a relação educativa é antes de tudo o encontro de duas liberdades e a educação com sucesso é uma formação para o recto uso da liberdade» [2].

Uma premissa útil para enfrentar de maneira adequada esta tarefa de conciliar exigência e liberdade é recordar que a fé e a moral cristãs são a chave da felicidade do homem. Ser cristão pode ser exigente, mas nunca é algo opressivo, antes enormemente libertador.

A meta é que, desde pequenos, os filhos experimentem no lar que o homem «não pode encontrar a sua própria plenitude se não for na entrega sincera de si mesmo aos outros» [3]. E que uma pessoa que vive plenamente a vida cristã não é uma «pessoa aborrecida e conformista; não perde a sua liberdade. Só o homem que se põe totalmente nas mãos de Deus encontra a verdadeira liberdade, a grande e criativa amplitude da liberdade do bem» [4].

A vida cristã é precisamente a única vida feliz; a única que liberta da amargura de uma existência sem Deus. Bento XVI afirmava-o com grande força no início do seu pontificado: «quem deixa entrar Cristo não perde nada, nada – absolutamente nada – do que faz a vida livre, bela e grande. Não! Só com esta amizade se abrem as portas da vida. Só com esta amizade se abrem realmente as grandes potencialidades da condição humana. Só com esta amizade experimentamos o que é belo e o que nos liberta. Assim, hoje, quereria, com grande força e grande convicção, a partir da experiência de uma longa vida pessoal, dizer a todos vós, queridos jovens: Não tenhais medo de Cristo! Ele não tira nada e dá tudo. Quem se dá a Ele, recebe o cem por um» [5].

Para conseguir isto, a primeira coisa necessária é que os próprios pais "transpareçam" a alegria de viver coerentemente. ***Os pais educam fundamentalmente com a conduta. O que os filhos e as filhas procuram no seu pai ou na sua mãe não são só uns conhecimentos mais amplos do que os seus ou uns conselhos mais ou menos acertados, mas algo de categoria superior: um testemunho do valor e do sentido da vida encarnado numa existência concreta e confirmado nas diversas circunstâncias e situações que se sucedem ao longo dos anos*** [6].

Os filhos devem perceber que a conduta que vêm feita vida nos seus pais não é um peso, mas fonte de liberdade interior. E os pais, sem ameaças, com sentido positivo, devem

“estruturar interiormente” os seus filhos, educá-los para esta liberdade, dando-lhes razões para que percebam a bondade do que se lhes pede, de modo que o façam seu.

Desta maneira fortalece-se a sua personalidade e crescem maduros, seguros e livres. Aprendem assim a viver acima de modas, indo contra a corrente, quando for necessário. A experiência mostra que, quando os filhos são já adultos, não há nada que agradeçam mais aos seus pais do que esta educação livre e responsável.

Propor valores elevados

Indubitavelmente, o amor aos filhos não tem que ver com observar uma suposta – impossível na prática – “neutralidade educativa”. Por um lado, é preciso não esquecer que se os pais não educam, fá-lo-ão outros. Sempre, mas hoje talvez mais do que no passado, a sociedade, o ambiente e os meios de comunicação exerceram uma influência notável, que em caso algum é neutra. Por outro lado, actualmente há uma tendência para ensinar uns valores aceitáveis por todos: porventura positivos, mas mínimos.

Os pais hão-de educar, sem medo, em todos os valores que consideram essenciais para a felicidade dos seus filhos. Da insistência dos pais no estudo, por exemplo, os pequenos aprendem que o estudo é um bem importante nas suas vidas. Da insistência amável dos pais em que se lavem e vão bem arranjados, aprendem que a higiene e a apresentação não são coisas desprezáveis. Mas se os pais não insistem – acompanhando-os sempre com o exemplo, e dando as devidas justificações – sobre outros temas (por exemplo, ser sóbrios, dizer sempre a verdade, ser leais, rezar, frequentar os sacramentos, viver a santa pureza, etc.), os filhos podem pensar intuitivamente que são bens em desuso, que nem sequer os seus pais vivem, ou que não se atrevem a propor seriamente.

Um ponto de vital importância para esta tarefa é a comunicação. Uma tentação habitual é pensar que “não entendo os jovens de agora”; “o ambiente está muito mau”; “antes isto não se teria permitido”. A simples argumentação de autoridade pode servir nalgum momento, mas acaba por se mostrar sempre insuficiente. Na educação, por vezes há que argumentar com o prémio e o castigo, mas sobretudo há que falar da bondade ou maldade dos actos e do

tipo de vida que estes actos configuram. Desta maneira facilita-se também que os filhos descubram o vínculo indissolúvel que existe entre liberdade e responsabilidade.

Reflectir com os filhos será sempre necessário. S. Josemaria concretizava-o dizendo que há que ***chegar a ser amigos dos filhos; amigos a quem se confiam as inquietações, a quem se consulta sobre os problemas, de quem se espera uma ajuda eficaz e amável*** [7]. Para o conseguir, é preciso passar tempo juntos, ouvi-los cada um a sós, adiantar-se para falar serenamente dos temas centrais das diferentes etapas da existência: a origem da vida, as crises da adolescência, o namoro e, sem dúvida alguma – porque é o mais importante – a vocação que Deus tem prevista para cada pessoa.

Como assinala Bento XVI, «seria muito pobre uma educação que se limitasse a dar noções e informações, deixando de lado a grande pergunta acerca da verdade, sobretudo acerca da verdade que pode guiar a vida» [8]. Os pais não devem ter medo de falar de tudo com os seus filhos, nem de reconhecer que também se enganam, que têm erros e que foram jovens: longe de lhes retirar autoridade, esta confiança torna-os mais aptos para a sua missão educativa.

O "NEGÓCIO MAIS IMPORTANTE"

A missão educativa dos pais é uma tarefa apaixonante e uma grande responsabilidade. Os pais ***devem compreender a obra sobrenatural que implica a fundação de uma família, a educação dos filhos, a irradiação cristã na sociedade. Desta consciência da própria missão dependem, em grande parte, a eficácia e o êxito da sua vida, a sua felicidade*** [9]

Ser pais é a primeira ocupação. S. Josemaria costumava dizer que os filhos são o melhor e o mais importante "negócio" dos pais: o negócio da sua felicidade, de que tanto espera a Igreja e a sociedade. E, da mesma forma que um bom profissional mantém sempre um afã nobre de aprender e de melhorar no seu trabalho, deve-se cultivar o desejo de aprender a ser melhores esposos, melhores pais.

Para fomentar este desejo, S. Josemaria impulsionou muitas iniciativas práticas que continuam a ajudar milhares de casais na sua tarefa: cursos de orientação familiar, clubes juvenis, colégios em que os pais são os primeiros protagonistas, etc.

Ser bons pais é todo um desafio. Não se deve esconder o esforço que implica mas, com a graça de Deus própria do sacramento do matrimónio e a entrega alegre e enamorada dos esposos, todos os sacrifícios se realizam com gosto. A educação dos filhos não é um ofício determinado pela sorte ou pelo ambiente, mas pelo amor. Com este amor, os pais podem dirigir-se com toda a confiança a Deus, **do Qual toma o nome toda a paternidade nos céus e na terra** [10], para que proteja o lar e cubra os filhos com as Suas bênçãos.

M. Díez

Notas

[1] Cfr. *Jo* 8, 32.

[2] Bento XVI, *Mensagem à diocese de Roma sobre a tarefa urgente da educação*, 21-I-2008.

[3] Conc. Vaticano II, Const. past. *Gaudium et spes*, n. 24.

[4] Bento XVI, Homilia, 8-XII-2005.

[5] Bento XVI, Homilia no Solene Início do Ministério Petrino, 24-IV-2005.

[6] *Cristo que passa*, n. 28.

[7] *Ibidem*, n. 27.

[8] Bento XVI, *Mensagem à diocese de Roma sobre a tarefa urgente da educação*, 21-I-2008.

[9] *Temas actuais do Cristianismo*, n. 91.

[10] *Ef* 3, 14.

Voltar ao índice

O direito dos pais à educação dos filhos (I)

Na actual Declaração Universal dos Direitos Humanos, o artigo 26 assinala o direito dos pais a escolher a educação que preferem para os filhos [1] e é mais significativo ainda o facto de que os subscritores incluam este princípio entre os básicos que um Estado não pode negar ou manipular.

Pertence à natureza humana que o homem seja um ser intrinsecamente social e dependente, dependência essa que se verifica de modo mais patente nos anos da infância; é característica do ser humano que todos devamos receber uma educação, crescer em sociedade, adquirir cultura e conhecimentos.

Efectivamente, um filho não é apenas uma criatura atirada para o mundo; na pessoa humana dá-se uma estreita relação entre procriação e educação, ao ponto de que esta ser considerada como um prolongamento ou complemento da obra geradora. Todo o filho tem directo à educação, necessária para poder desenvolver as suas capacidades; e a este direito dos filhos corresponde o direito-dever dos pais de os educar.

Manifestação do amor de Deus

Esta realidade pode ser apreciada na etimologia da palavra “educação”. O termo*educare* significa primordialmente ação e efeito de alimentar ou nutrir a prole. Alimento que, evidentemente, não é apenas material, mas abarca também a cultura das faculdades espirituais dos filhos: intelectuais e morais, que incluem virtudes e normas de urbanidade.

Filho e pai são, respectivamente, o educando e o educador natos e qualquer outra espécie de educação só o é num sentido análogo: a educação corresponde à pessoa enquanto filho ou filha, quer dizer, enquanto está na dependência dos pais.

Por isso, o direito à educação está fundamentado na natureza humana e mergulha as suas raízes nas realidades que são semelhantes para todas as pessoas e, em última análise, fundamentam a própria sociedade; por isso, os direitos a educar e a ser educado não dependem de que estejam recolhidos ou não numa norma positiva, nem são uma *concessão* da sociedade ou do Estado. São directos primários, no sentido mais forte que se possa dar ao termo.

Assim, o direito dos pais a educar os seus filhos está em função do direito que têm os filhos a receber uma educação adequada à sua dignidade humana e às suas necessidades; é este último que fundamenta o primeiro. Os atentados contra o direito dos pais constituem, de facto, um atentado contra o direito do filho, que em justiça deve ser reconhecido e promovido pela sociedade.

No entanto, que o direito do filho a ser educado seja mais básico, não implica que os pais possam renunciar a ser educadores, talvez com o pretexto de que outras pessoas ou instituições possam educar melhor. O filho é, antes de mais, filho; e para o seu crescimento e amadurecimento é fundamental ser acolhido como tal no seio de uma família.

É a família o lugar natural no qual as relações de amor, de serviço, de doação mútua, que configuram o mais íntimo da pessoa, se descobrem, valorizam e aprendem. Daí que, salvo casos de impossibilidade, toda a pessoa deveria ser educada no seio de uma família por parte dos seus pais, com a colaboração – nos seus diversos papéis – de outras pessoas, irmãos, avós, tios...

À luz da fé, a geração e a educação adquirem uma dimensão nova: o filho está chamado à união com Deus e aparece diante dos pais como um presente que é, simultaneamente, manifestação do próprio amor conjugal.

Quando nasce um novo filho, os pais recebem uma nova chamada divina: o Senhor espera deles que o eduquem na liberdade e no amor, que o levem pouco a pouco para Ele. Espera que o filho encontre, no amor e na atenção que recebe dos pais, um reflexo do amor e da atenção que o próprio Deus lhe dedica. Daí que, para um pai cristão, o direito e dever de

educar um filho seja irrenunciável por motivos que vão para além de um certo sentido da responsabilidade: é irrenunciável também porque faz parte do respeito à chamada divina recebida com o Batismo.

Ora bem, se a educação é uma actividade primordialmente paterna e materna, qualquer outro agente educativo é-o por delegação dos pais e subordinado a eles. «Os *pais* são *os primeiros e principais educadores* dos seus próprios filhos, e neste campo têm inclusivamente uma *competência fundamental:* são *educadores por serem pais*. Partilham a sua missão educativa com outras pessoas e instituições, como a Igreja e o Estado. No entanto, isto deve fazer-se sempre aplicando corretamente o *princípio da subsidiariedade*» [2] .

Logicamente, é legítimo que os pais procurem ajudas para educar os filhos: a aquisição de competências culturais ou técnicas, a relação com pessoas para além do âmbito familiar, etc., são elementos necessários para um correcto crescimento da pessoa, que os pais – por si sós – não podem atender adequadamente. Daí que «qualquer outro colaborador no processo educativo deve actuar *em nome dos pais, com o seu consentimento e*, de certo modo, inclusivamente *por* seu encargo» [3] : tais ajudas são *procuradas* pelos pais, que em nenhum momento perdem de vista o que esperam delas e estão atentos para que correspondam às suas intenções e expectativas.

Pais e escolas

A escola deve ser vista neste contexto: como uma instituição destinada a colaborar com os pais na sua tarefa educativa. Ter consciência desta realidade torna-se mais urgente quando consideramos que, na actualidade, são numerosos os motivos que podem levar os pais – por vezes sem estarem inteiramente conscientes – a não compreender a amplitude da maravilhosa tarefa que lhes compete, renunciando na prática ao seu papel de educadores integrais.

A emergência educativa, tantas vezes evidenciada por Bento XVI tem as suas raízes nesta desorientação: a educação reduziu-se à «*transmissão de determinadas habilidades ou capacidades de fazer, enquanto se procura satisfazer o desejo de felicidade das novas gerações enchendo-as de objetos de consumo e de gratificações efémeras*» [4] e deste modo os jovens ficam *«abandonados a si mesmos face às grandes perguntas que inevitavelmente surgem no seu interior*» [5] , à mercê de uma sociedade e uma cultura que fez do relativismo o seu próprio credo.

Face a estes possíveis inconvenientes, e como consequência do seu direito natural, os pais

hão-de sentir que a escola é, de certo modo, um prolongamento do seu lar, um instrumento da sua própria tarefa como pais e não apenas um lugar onde se proporciona aos filhos uma série de conhecimentos.

Como primeiro requisito, o Estado deve salvaguardar **a liberdade das famílias**, de modo que estas possam escolher com rectidão a escola ou os centros que julguem mais convenientes para a educação dos seus filhos. Certamente, no seu papel de tutelar o bem comum, o Estado possui determinados direitos e deveres sobre a educação e a eles voltaremos num próximo artigo. Mas tal intervenção não pode chocar com a legítima pretensão dos pais de educar os seus próprios filhos em consonância com os bens que eles defendem e vivem, e que consideram enriquecedores para a sua descendência.

Como o Concílio Vaticano II ensina, o poder público – ainda que seja por uma questão de justiça distributiva – deve oferecer os meios e as condições favoráveis para que os pais possam *«escolher com liberdade absoluta, de acordo com a sua própria consciência, as escolas para os seus filhos»* [6] . Daí a importância daqueles que trabalham em ambientes políticos ou relacionados com a opinião pública procurem que tal direito fique salvaguardado e, na medida do possível, seja promovido.

O interesse dos pais pela educação dos filhos manifesta-se em mil detalhes. Independentemente da instituição em que os filhos estudem, é natural interessarem-se pelo ambiente existente e pelos conteúdos que se transmitem.

Tutela-se assim **a liberdade dos alunos**, o direito a que não se deforme a sua personalidade e não se anulem as suas aptidões, o direito a receber uma formação sã, sem que se abuse da sua docilidade natural para lhes impor opiniões ou critérios humanos parciais; permite-se e fomenta-se assim que as crianças desenvolvam um espírito crítico são, ao mesmo tempo que se lhes mostra que o interesse paterno neste âmbito vai para além dos resultados escolares.

Tão importante como esta comunicação entre os pais e os filhos é a que se verifica entre os pais e os professores. Uma clara consequência de se entender a escola como um instrumento mais da própria tarefa educativa, é colaborar ativamente com as iniciativas ou o ideário da escola.

Neste sentido, é importante participar nas suas atividades; felizmente, é cada vez mais

comum que as escolas, independentemente de serem de iniciativa pública ou privada, organizem, de tempos a tempos, jornadas de *portas abertas*, encontros desportivos, ou reuniões informativas de pendor mais académico. Especialmente neste último tipo de encontros, convém que participem – se for possível – os dois cônjuges, mesmo que isso requeira certo sacrifício de tempo ou de organização; deste modo, transmite-se ao filho – sem necessidade de palavras – que os dois, pai e mãe, consideram a escola um elemento relevante na vida familiar.

Neste contexto, comprometer-se nas associações de pais – colaborando na organização de eventos, fazendo propostas positivas, ou inclusivamente participando nos órgãos de direção – abre toda uma série de novas possibilidades educativas. Sem dúvida que desempenhar corretamente uma função desse tipo requer um notável espírito de sacrifício: é necessário dedicar tempo ao convívio com outras famílias, conhecer os professores, assistir a reuniões...

No entanto, estas dificuldades são amplamente compensadas – sobretudo, para a alma enamorada de Deus e ansiosa de servir – pela abertura de um campo apostólico cuja amplitude não se pode medir; mesmo que que os regulamentos da escola não permitam intervir directamente nalguns aspectos dos programas educativos, está-se em condições de envolver e impulsionar professores e dirigentes para que o ensino transmita virtudes, valores e beleza.

Os outros pais são as primeiras pessoas que agradecem esse esforço, e para eles um pai envolvido na tarefa da escola – quer seja porque tem esse encargo, quer seja porque por iniciativa própria mostra a sua preocupação pelo ambiente da aula, etc. – converte-se num ponto de referência, uma pessoa de cuja experiência se pode aproveitar, ou cujo conselho se pode procurar na educação dos próprios filhos.

Abre-se assim o caminho à amizade pessoal, e com ela a um apostolado que acaba beneficiando todas as pessoas do âmbito educativo em que os filhos se desenvolvem. É aqui plenamente aplicável o que S. Josemaria deixou escrito em *Caminho*, sobre a fecundidade do apostolado pessoal: ***És, entre os teus -alma de apóstolo – a pedra caída no lago. – Produz, com o teu exemplo e a tua palavra um primeiro círculo...; e este, outro... e outro, e outro... Cada vez mais largo. Compreendes agora a grandeza da tua missão?*** [7] .

J.A. Araña - J.C. Errázuriz

Notas

[1] *Declaração Universal dos Direitos do Homem, 10-XII-1948*, n. 26.

[2] João Paulo II, *Carta às famílias,* 2-II-1994, n. 16.

[3] João Paulo II, *Carta às famílias,* 2-II-1994, n. 16.

[4] Bento XVI, *Discurso à Assembleia Diocesana de Roma*, 11-VI-2007.

[5] Bento XVI, *Discurso à Conferência Episcopal italiana*, 28-V-2008.

[6] Concílio Vaticano II, decl. *Gravissimum educationis,* n. 6.

[7] S. Josemaria. *Caminho*, n. 831.

Voltar ao índice

O direito dos pais à educação dos filhos (II)

No artigo anterior falou-se do fundamento natural do direito dos pais à educação dos seus próprios filhos, e do caráter universal e irrenunciável desse direito.

Certamente, a partir dessas considerações é fácil passar a entender a escola como prolongamento da tarefa formativa que se deve levar a cabo no próprio lar. E, no entanto, é preciso afirmar que não são só os pais que são legitimamente competentes em questões que têm que ver com a educação: o Estado e também a Igreja, por outros títulos, têm obrigações iniludíveis neste campo.

A função do estado em matéria de educação

São múltiplas as razões que justificam o interesse dos poderes públicos pelo ensino. Do ponto de vista prático, é um facto comprovado a nível internacional que o crescimento efectivo da liberdade e o progresso socio-económico das sociedades se baseiam na necessidade de que os poderes públicos garantam um certo nível cultural à população. Uma sociedade complexa só poderá funcionar corretamente se se der uma adequada distribuição da informação e os conhecimentos proporcionados para a sua oportuna gestão, bem como a suficiente compreensão das virtudes e das normas que possibilitam a convivência civil e condicionam os comportamentos individuais e coletivos.

Basta pensar, por exemplo, na importância de combater o analfabetismo para melhorar a justiça social, para entender que o Estado tem poderes, funções e direitos indeclináveis em

matéria de promoção e difusão da educação, a que todo o homem tem um direito inalienável [1].

Isto justifica, como concreta exigência do bem comum, que o ordenamento estatal estabeleça certos níveis de ensino cujo aproveitamento eficaz pode legitimamente condicionar o acesso a determinadas carreiras universitárias ou a outros tipos de actividades profissionais.

Neste contexto, pode colocar-se o problema das competências dos pais e as do Estado serem discordantes ou incompatíveis ou, pelo contrário, poderem chegar a ser complementares. Em todo o caso, pode perguntar-se: como se relacionam entre si? Até onde pode o Estado legislar sem ultrapassar o direito dos pais, ou quando poderá intervir para garantir os direitos das crianças frente aos seus pais?

Na realidade, trata-se de questões que não tocam a função do que, com respeito ao ensino, corresponde ao Estado. No entanto, contrariamente ao que seria desejável, observa-se uma tendência nos poderes públicos, que se vem manifestando em muitos países, pelo menos desde o século XVIII, a assumir de modo cada vez mais exclusivo a função educativa, atingindo nalgumas ocasiões níveis de monopólio quase total da escola.

Na base deste interesse encontra-se a pretensão de estender a todas as pessoas uma ética única, que corresponderia a uma moral de cidadania cujo conteúdo estaria formado por uns princípios éticos mínimos de validade universal e partilhados por todos; nos casos mais extremos caiu numa concepção quase totalitária, pois pretende substituir o cidadão na responsabilidade de possuir um juízo próprio de moralidade e de consciência, impedindo outros projectos ou estilos de vida que não sejam os promovidos a partir da opinião pública criada ou apoiada pelo Estado.

O instrumento para impulsionar estes objetivos foi a defesa à saciedade do ensino neutro na chamada escola pública, o isolamento ou a asfixia económica das iniciativas de ensino nascidas no seio da sociedade civil ou, de modo indireto, o estabelecimento através da legislação estatal de requisitos de homologação ou programação geral com tão elevado grau

de precisão e exaustividade que eliminam na prática as possibilidades de especificidade das alternativas de caráter social, dando lugar pela via dos factos a um monopólio sobre a educação, ou a existência puramente formal do pluralismo escolar.

Neste contexto, pode afirmar-se que a pretendida neutralidade dos programas estatais é só aparente, pois implica uma posição ideológica concreta. Além disso, no Ocidente, pode verificar-se que esse tipo de iniciativas costumam estar relacionadas com o desejo de emancipar a cultura humana de toda a concepção religiosa, ou com o afã de relativizar bens morais que são fundamentais, como o sentido da afetividade e do amor, da maternidade, o direito à vida desde o primeiro instante da concepção até à morte natural…

Nos últimos anos, esta postura foi reforçada ao aplicar à escola princípios mais próprios do âmbito universitário, como a liberdade de cátedra e de expressão de quem se dedica à função docente. Desse modo, a liberdade educativa vê-se restringida à presumida liberdade que teria o professor para expressar as suas ideias e formar, a seu capricho, os seus alunos, como uma concessão que lhe delegou o Estado.

Na base dessas formas de conceber a liberdade nota-se um profundo pessimismo acerca das possibilidades da pessoa humana e da capacidade dos pais, e da sociedade em geral, para garantir formação na virtude e na responsabilidade de cidadania aos filhos.

As dificuldades superam-se quando se considera que a escola cumpre uma função supletiva com respeito aos pais, e que «os poderes públicos têm o dever de garantir este direito dos pais e de assegurar as condições reais do seu exercício» [2], ou seja, devem ser guiados pelo princípio da subsidiariedade.

A liberdade de ensino

A defesa do direito dos pais à educação dos filhos no âmbito escolar, quer seja a respeito dos abusos dos poderes públicos, quer seja a respeito das pretensões ideológicas do professor, é o que usualmente se denomina *liberdade de ensino* ou também *liberdade de educação*. É o

mesmo direito natural dos pais visto na perspectiva das relações com o Estado ou com outros agentes educativos.

A liberdade de ensino é, portanto, um direito humano que tem como sujeito os pais de família para educarem os filhos de acordo com as suas preferências, que podem ser de qualquer tipo [3]; desde questões que afetam o currículo (a escolha dos idiomas, ou dos desportos que se praticam), até metodológicas ou pedagógicas (onde entra, por exemplo, o ensino diferenciado ou outros aspetos de índole e caráter mais disciplinar).

Logicamente, entra neste campo a orientação religiosa; é normal que um pai deseje educar o filho na sua mesma fé, de modo coerente com aquilo em que acredita e pratica. Não se trata, pois, de uma questão confessional ou ideológica, mas sim do próprio direito natural dos pais.

Esta liberdade garante que serão eles que se ocuparão da educação dos filhos, quer por si próprios quer escolhendo as escolas ou outros meios que considerem oportunos ou necessários, ou também criando os seus próprios centros educativos. ***O Estado tem evidentes funções de promoção, de controlo, de vigilância. E isso exige igualdade de oportunidades entre a iniciativa privada e a do Estado: vigiar não é pôr obstáculos, nem impedir ou coartar a liberdade*** [4].

Em qualquer caso, este direito não se limita apenas ao âmbito doméstico, mas tem justamente como objeto próprio o ensino, que satisfaz a obrigação legitimamente imposta pelo poder público acerca de levar a cabo uma instrução mínima do menor, ou seja, durante todo o tempo em que o filho se encontre sob a tutela dos pais.

Em consequência, a liberdade de ensino não versa sobre qualquer tipo de educação, mas refere-se às atividades educativas que têm uma relevância social concreta, de modo que a educação recebida pelo menor de idade tenha valor jurídico. A liberdade de ensino traz consigo, portanto, admitir que não é só a escola estatal que é capaz de certificar o cumprimento da obrigação da instrução mínima estabelecida legitimamente pelo poder público.

Durante este tempo de menor idade, a atividade dos professores não se rege pela livre transmissão de conhecimentos nem pela liberdade de investigação própria do âmbito e do afazer universitários; os professores atuam principalmente como delegados dos pais, pondo ao seu serviço o talento profissional que possuem para cooperar com eles no tipo de educação que pretendem proporcionar aos filhos.

No âmbito da escola, a actividade docente do professor é uma actividade que se deveria

qualificar de “paterna”, nunca uma actividade ideológica. A liberdade de ensino revolta-se face à mudança de paradigma que implica a substituição do princípio segundo o qual a escola atua como delegada dos pais, por aquele outro que defende que a escola atua como agente ideológico-administrativo dos poderes estatais.

O dever de intervir no âmbito público em matéria de educação

Todos os cidadãos e de modo especial os pais, individualmente ou unidos em associações, podem e devem intervir no âmbito público quando esteja em jogo a educação, aspeto fundamental do bem comum. ***Há dois pontos capitais na vida dos povos: as leis sobre o casamento e as leis sobre o ensino; e aí, os filhos de Deus têm que estar firmes, lutar bem e com nobreza, por amor a todas as criaturas*** [5].

Esta firmeza, que corresponde soberanamente à família fundada no matrimónio, apoia-se numa potestade que é intrínseca – não concedida pelo Estado, nem pela sociedade, mas anterior a eles pois tem o seu fundamento na natureza humana – e, portanto, deve aspirar a ver reconhecido o direito próprio dos pais a educar os filhos por si próprios, ou o direito para delegar essa atividade em quem queiram delegar a sua confiança, como manifestação do sentir social da família, e âmbito de soberania frente a outros poderes que pretendam interferir na referida atividade. Tal atitude por parte dos pais requer, por seu lado, grande espírito de responsabilidade e iniciativa.

J.A. Araña e C.J. Errázuriz

Notas

[1] Cfr. João Paulo II, *Alocução à UNESCO*, 2-VI-1980; Congregação para a Doutrina da Fé, Instrução *Libertatis conscientia*, n. 92.

[2] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2229.

[3] Cfr. *Ibid*.

[4] S. Josemaria, *Temas Actuais do Cristianismo*, n. 79.

[5] S. Josemaria, *Forja*, n. 104.

Voltar ao índice

Educar na amizade

O mais importante da educação não consiste em transmitir conhecimentos ou aptidões: é, antes de mais nada, ajudar o outro a crescer como pessoa, a desenvolver todas as suas potencialidades, que são um dom que recebeu de Deus.

Logicamente, também é necessário instruir, comunicar conteúdos, mas sem nunca perder de vista que educar tem um *sentido* que vai para além de ensinar capacidades manuais ou intelectuais. Implica pôr em jogo a liberdade do educando e, com ela, a sua responsabilidade.

Daí que, em questões de educação, é preciso propor metas, objetivos adequados que, dependendo de cada idade, possam ser entendidos como algo sensato que dá significado e valor à tarefa empreendida.

Educar com a amizade

Simultaneamente, não se pode esquecer que, especialmente nas primeiras fases do crescimento, a educação tem uma importante carga afetiva. A vontade e a inteligência não se desenvolvem à margem dos sentimentos e das emoções. Mais, o equilíbrio afetivo é requisito necessário para que a inteligência e a vontade se desenvolvam; se não, é fácil que se produzam alterações na dinâmica da aprendizagem e talvez, mais adiante, desequilíbrios na personalidade.

Mas, como conseguir essa ordem e medida nos afetos da criança e depois nos do

adolescente e do jovem? Talvez nos encontremos diante de uma das perguntas mais árduas para a tarefa pedagógica, entre outras razões porque se trata de um assunto prático que incumbe a cada família. De qualquer forma, pode-se avançar uma primeira resposta: é vital gerar confiança.

Pais: não vos excedais a repreender os vossos filhos, não suceda que se tornem pusilânimes [1], recomenda o Apóstolo. Quer dizer, os nossos filhos tornar-se-iam tímidos, sem audácia, com medo de assumir responsabilidades. *Pussillus animus*: umespíritopequeno, mesquinho.

Gerar confiança tem que ver com a amizade, que é o ambiente que proporciona que surja uma acção verdadeiramente educativa: os pais hão-de procurar fazer-se amigos dos filhos. Assim o aconselhava S.Josemaria reiteradamente: ***A imposição autoritária e violenta não é caminho acertado para a educação. O ideal para os pais é chegarem a ser amigos dos filhos; amigos a quem se confiam as inquietações, a quem se consulta sobre os problemas, de quem se espera uma ajuda eficaz e amável*** [2]**.**

À primeira vista não é fácil entender o que pode significar “fazer-se amigo dos filhos”. A amizade supõe-se entre pares, entre iguais, e essa igualdade contrasta com a assimetria natural da relação paterno-filial.

É sempre muito mais o que os filhos recebem dos pais do que o que eventualmente podem chegar a dar-lhes. Nunca será possível saldar a dívida que têm para com eles. Os pais não costumam pensar que se sacrificam pelos filhos quando de facto o fazem; não vêm como privação o que para os seus filhos é oferta. Reparam pouco nas suas próprias necessidades ou, melhor, convertem em próprias as necessidades dos filhos. Chegariam a dar a vida por eles e, de facto, habitualmente estão a dá-la sem que disso se apercebam. É muito difícil encontrar uma gratuidade maior entre pessoas.

No entanto, é também verdade que os pais se enriquecem com os filhos; a paternidade é sempre uma experiência inovadora, como o é a própria pessoa. Os pais recebem algo muito importante dos filhos: em primeiro lugar, carinho, algo que nenhuma outra pessoa lhes poderá dar por eles, pois cada pessoa é única; e, além disso, a oportunidade de sair de si próprios, de se “despojar” na entrega ao outro – o marido à mulher, a mulher ao marido, e ambos aos filhos – e assim crescer como pessoas.

A pessoa só pode encontrar a sua plenitude no amor. Como ensina o Concílio Vaticano II, «o homem, única criatura terrestre a quem Deus amou por si mesmo, não pode encontrar a sua própria plenitude se não for na entrega sincera de si mesmo aos outros» [3]. Dar e receber amor é a única coisa que consegue encher a vida humana de conteúdo e "peso": «*amor meus, pondus meum*», diz Santo Agostinho [4]. Mas o amor é mais vivo em quem é capaz de sofrer *pela* pessoa que ama, do que quem só é capaz de se passar bons momentos *com* ela.

O amor implica sempre sacrifício e é lógico que gerar essa atmosfera de confiança e amizade com os filhos também o requeira. O ambiente de uma família não é um dado adquirido, deve construir-se. Isto não implica que se trate de um projeto difícil, ou que requeira uma especial preparação: supõe estar atento aos pequenos detalhes, saber manifestar em ações o amor que se leva dentro.

O ambiente familiar relaciona-se em primeiro lugar com o carinho que os esposos têm e demonstram; poderia dizer-se que o carinho que os filhos recebem é a sobre-abundância do que os pais demonstram. As crianças vivem desse ambiente, ainda que talvez o captem sem estar conscientesda sua existência.

Logicamente, essa harmonia torna-se ainda mais importante quando se trata de acções que afetam diretamente os filhos. No campo da educação, é fundamental que os pais caminhem em uníssono; por exemplo, uma medida tomada por uma deles, deve ser secundada pelo outro; se a contraria, educa-se mal.

Os pais devem educar-se também entre si e educar-se para educar. Um pai e uma mãe mal-educados dificilmente serão bons educadores. Devem crescer cuidando do seu vínculo matrimonial, melhorando as suas virtudes. Procurando juntos reforços positivos para os filhos.

Educar para a amizade

A confiança é o “caldo de cultura” da amizade. E a amizade, por seu lado, cria um ambiente amável e confiante, seguro, sereno; gera um clima que não só torna possível uma adequada comunicação entre os cônjuges, mas que também facilita o intercâmbio com os filhos e entre os filhos.

Neste sentido, os conflitos entre os cônjuges são diferentes dos que se verificam entre os irmãos. É frequente, e até normal, que haja lutas entre estes; todos, de um modo ou de outro, competimos pelos recursos, mais ainda se são limitados; cada irmão quereria ir sempre pela mão da mãe, ou no assento dianteiro do automóvel, ou ser o preferido do pai, ou ser o primeiro a desembrulhar um brinquedo novo. Mas essas lutas podem tornar-se também muito educativas e ajudar na socialização. Dão oportunidade aos pais para ensinar a querer o bem do outro, a perdoar, a saber ceder ou a manter a posição, se for necessário. As relações com os outros irmãos, bem orientadas, fazem com que o carinho natural à própria família reforce a educação em virtudes, e forje uma amizade que durará toda a vida.

Mas na família também se deve pensar na forma de reforçar a amizade entre os cônjuges. Com frequência, as discussões no seio do casal costumam ter origem em problemas de comunicação. As causas podem ser muito variadas; uma diferente forma de ver as coisas, ter permitido que a rotina se apodere do dia a dia, deixar que saia de rompão um momento de mau humor... Em qualquer caso, perde-se o fio do diálogo.

É preciso examinar-se, pedir desculpa e perdoar. ***Se eu tivesse de dar um conselho aos pais, dar-lhes-ia sobretudo este: que os vossos filhos vejam (não tenhais ilusões: desde crianças, vêem tudo e julgam-no) que procurais viver de acordo com a vossa fé, que Deus não está só nos vossos lábios, que está nas vossas obras; que vos esforçais por serdes sinceros e leias, que vos amais e os amais a eles realmente*** [5].

O que os filhos esperam dos pais, não é que sejam muito inteligentes ou especialmente simpáticos, ou que lhes dêem conselhos acertadíssimos; nem sequer que sejam grandes trabalhadores ou os encham de brinquedos, ou lhes possibilitem férias óptimas.

O que os filhos desejam verdadeiramente é ver que os pais se amam e se respeitam e que os amam e os respeitam; que lhes dêem ***um testemunho do valor e do sentido da vida, encarnados numa existência concreta e confirmados nas diversas circunstâncias e situações que se sucedem ao longo dos anos*** [6].

Certamente, como S.Josemaria dizia, a família é o *primeiro* e o mais fecundo *negócio* dos pais, se é levado com critério. Implica um empenho constante por crescer na virtude e um

esforço ininterrupto para não baixar a guarda. A dificuldade está em como o conseguir: Como dar um testemunho válido do sentido da vida? Como manter em cada momento uma conduta coerente? Em última instância, como educar *para* a amizade ou, dito de outro modo, para o amor, para a felicidade?

Já se referiu que o amor que os cônjuges manifestam entre si e sabem dar aos filhos responde em parte a estas perguntas. Além disso, há dois aspetos da educação especialmente significativos com vista ao crescimento da pessoa e à sua capacidade de socialização e, portanto, referidos diretamente à sua felicidade. Motivos heterogéneos, mas cada um deles relevante à sua maneira.

O primeiro, que em certas ocasiões não se valoriza suficientemente, é a brincadeira. Ensinar o filho brincar exige muitas vezes sacrifício e dedicação de tempo, um bem escasso que todos queremos esticar, também para descansar.

No entanto, o tempo dos pais é um dos maiores dons que o filho poderá receber; é a demonstração de proximidade, um modo concreto de amar. Só por isso, a brincadeira já contribui para gerar um ambiente de confiança que desenvolve a amizade entre pais e filhos. Mas além disso, a brincadeira cria atitudes fundamentais que estão na base das virtudes necessárias para enfrentar a existência.

O segundo campo é o da própria personalidade; o modo de ser do pai e da mãe, na sua diversidade, tempera o caráter e a identidade do menino ou da menina. Se os pais estão presentes e intervêm positivamente na educação dos filhos – sorrindo, perguntando, corrigindo, sem desânimos – ensinar-lhes-ão, quase como por osmose, um modelo de ser pessoa, de como se comportar e enfrentar a vida.

Se lutam por ser melhores, por escutar, por se mostrarem alegres e amáveis, dão aos filhos uma resposta gráfica à pergunta de como levar uma existência feliz, com os limites terrenos.

Esta influência chega ao mais profundo do ser, e a sua importância e implicações só se apreciam à medida que o tempo passa. Nos modelos que o pai e a mãe oferecem, o filho descobre o que contribui ser homem ou mulher na configuração de um verdadeiro lar;

descobre também que a felicidade e a alegria são possíveis graças ao amor mútuo; aprecia que o amor é uma realidade nobre e elevada, compatível com o sacrifício.

Em resumo, de modo natural e espontâneo, o ambiente familiar faz com que o filho ponha na sua vida os pontos firmes que o ajudarão a orientar-se para sempre, apesar dos desvios que possam imperar na sociedade. A família é o lugar privilegiado para experimentar a grandeza do ser humano.

Tudo o que foi dito constitui um aspeto peculiar desse amor sacrificado dos pais. Por um lado, experimentaram a alegria de se perpetuar e por outro, constatam o crescimento de quem pouco a pouco vai deixando de ser parte deles para ser, cada vez mais, ele mesmo.

Os pais também amadurecem como pais na medida em que vêm com alegria crescer os filhos e depender menos deles. A partir de determinadas raízes vitais – que permanecerão sempre – vai-se operando natural e paulatinamente o desabrochar de uma nova biografia, inédita, que pode não corresponder às expetativas alimentadas, mesmo antes do nascimento.

A educação dos filhos, o seu crescimento, o seu amadurecimento, até a sua independência, enfrentar-se-á com mais facilidade se o casal fomenta também um ambiente de amizade com Deus. Quando a família se sabe uma *igreja doméstica* [7], a criança assimila com simplicidade algumas práticas de piedade, poucas e breves, ***aprende a colocar o Senhor na linha dos primeiros e fundamentais afetos, aprende a tratar a Deus como Pai e à Virgem como Mãe, aprende a rezar seguindo o exemplo dos pais*** [8].

J.M. Barrio e J.M. Martín

Notas

[1] *Col* 3, 21.

[2] S.Josemaria, *Cristo que passa*, n. 27.

[3] Conc. Vaticano II, Const. past. *Gaudium et spes*, n. 24.

[4] Santo Agostinho, *Confissões*, XIII, 10.

[5] S.Josemaria, *Cristo que passa*, n. 28.

[6] *Ibid*.

[7] Cfr. 1 *Co* 16, 19.

[8] S.Josemaria, *Temas Actuais do Cristianismo*, n. 103.

Voltar ao índice

Educar na liberdade

Deus quis criar seres livres, com todas as suas consequências. Como um bom pai, deu-nos a pauta – a lei moral – para que possamos utilizar corretamente a liberdade, ou seja, de forma que reverta para o nosso próprio bem. A par disso, ***quis correr o risco da nossa liberdade*** [1].

De algum modo, pode-se dizer que o Todo-poderoso aceitou submeter os Seus próprios desígnios à aprovação do homem; que ***Deus condescende com a nossa liberdade, com a nossa imperfeição, com as nossas misérias*** [2], porque prefere o nosso amor livremente entregue à escravidão de uma marioneta; prefere o *aparente* fracasso dos Seus planos a pôr condições à nossa resposta.

S. Josemaria cita em *Caminho* um "dito" atribuído a Santa Teresa: «Teresa, Eu quis... Mas os homens não quiseram» [3]. O sacrifício de Cristo na Cruz é a demonstração mais eloquente de até que ponto Deus está disposto a respeitar a liberdade humana; e se Ele chega a esses extremos – pensará um pai cristão – quem sou eu para não o fazer?

Amar os filhos é amar a sua liberdade. Mas isso também implica *correr um risco,* expor-se à liberdade dos filhos. Unicamente assim o seu crescimento é propriamente *seu*: uma operação vital, imanente, e não um automatismo ou um reflexo condicionado pela coação ou manipulação.

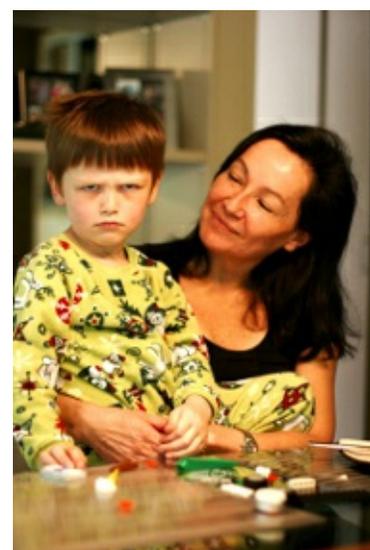
Do mesmo modo que a planta não cresce porque a estique o jardineiro, mas porque torna seu o alimento, o ser humano progride na humanidade na medida em que assume livremente

o modelo que inicialmente recebe. Por isso, os ***pais que amam deveras e procuram sinceramente o bem dos seus filhos, depois dos conselhos e das considerações oportunas, devem retirar-se com delicadeza, para que nada prejudique o grande bem da liberdade que torna o homem capaz de amar e servir a Deus. Devem lembrar-se de que o próprio Deus quer ser amado e servido com liberdade, e respeita sempre as nossas decisões pessoais*** [4].

Uma liberdade querida e re-querida

Por isso, querer a liberdade dos filhos está muito longe de uma despreocupada indiferença sobre a forma como a utilizam. A paternidade prolonga na educação o que teve início na geração. Portanto, amar a liberdade dos filhos quer também dizer saber *requerê-la*.

Como Deus faz com o homem *suaviter et fortiter*, os pais hão-de saber convidar os filhos a usar as suas capacidades de modo a que cresçam como pessoas de bem. Talvez se apresente uma boa ocasião quando pedem autorização para determinados planos; então, pode ser oportuno responder que é ele que há-de decidir depois de ponderar todas as circunstâncias do caso, mas que tem dese perguntar se realmente lhe convém ou não o que pede, ajudando-o a distinguir a necessidade do capricho, a perceber que não é justo desperdiçar aquilo que muitos não se podem permitir, etc.

Utilizando um jogo de palavras, podemos imaginar que “requerer” se refere a uma espécie de duplo querer, querer e “re-querer”. Não é possível requerer a liberdade humana se previamente não se querem as suas consequências, se não se assumem e respeitam. Por isso, um autêntico respeito à liberdade há-de promover o esforço intelectual e exigências morais que ajudem a pessoa a vencer-se, a superar-se. Esta é a forma de todo o crescimento humano. Por exemplo, os pais hão-de pretender que os filhos, de acordo as suas idades, respeitem certos limites. Algumas vezes pode tornar-se necessário o castigo, aplicando-o com prudência e moderação, dando as razões oportunas e, claro, sem violência.

Dar confiança e animar, com paciência, dá os melhores resultados. ***Mesmo no caso extremo, quando o filho toma uma decisão que os pais têm fortes motivos para julgar errada e até para prever que seja origem de infelicidade, a solução não está na violência mas em compreender e – mais de uma vez – em saber***

permanecer a seu lado para ajudá-lo a superar as dificuldades e, se fosse necessário, para extrair daquele mal todo o bem possível [5]**.**

Em qualquer caso, a tarefa formativa consiste em procurar que as pessoas *queiram*; ou seja, em fornecer os instrumentos intelectuais e morais para que cada um seja capaz de fazer o bem pelo seu próprio convencimento.

Saber corrigir

Respeitar a pessoa e a sua liberdade não significa aceitar como válido tudo o que a pessoa pense ou faça. Os pais devem dialogar com os filhos sobre o que é bom e o que é melhor e, nalguma circunstância, inevitavelmente deverão ter a valentia de corrigir com a energia necessária. Eles, que não só respeitam os filhos mas os amam, não *toleram* um comportamento qualquer.

O amor é o menos tolerante, permissivo ou condescendente que encontramos nas relações humanas, porque, ainda que seja possível amar uma pessoa *com* os seus defeitos, já não é possível amá-la *pelos* seus defeitos. O amor deseja o bem da pessoa, que esta dê o melhor de si, que alcance a felicidade; e por isso quem ama pretende que o outro lute contra as suas deficiências e sonha com ajudá-lo a corrigi-las.

São sempre mais os elementos positivos de uma pessoa – pelo menos potencialmente – do que os seus defeitos e essas boas qualidades são as que a tornam amável; mas não são as qualidades positivas que se amam, mas as pessoas que as possuem e que as possuem conjuntamente com outras que talvez não o sejam tanto. Uma conduta *correta costuma ser o* resultado de muitas *correções* e estas serão mais eficazes se se fazem com sentido positivo, pondo sobretudo a tónica naquilo que se pode melhorar no futuro.

À luz do que se referiu, chama-se a atenção de que toda a forma de educar apela à liberdade das pessoas. Nisso se distingue, precisamente, educar de domesticar ou instruir. “Educar em liberdade” é um pleonasmo, não se diz nem mais nem menos do que “educar”.

O valor educativo da confiança

No entanto, a expressão “educar em liberdade” permite fazer finca-pé na necessidade de formar num clima de confiança. Como foi salientado, as expetativas dos outros em relação ao nosso comportamento funcionam como motivos morais das nossas ações.

A confiança que se nos demonstra move-nos a agir; e pelo contrário paralisa-nos sentir que desconfiam de nós. Isto é patente no caso das pessoas mais jovens ou dos adolescentes, que estão a modelar o seu caráter e valorizam muito o juízo dos outros.

Confiar significa ter fé, dar crédito a alguém, considerá-lo *capaz de verdade;* de a manifestar ou de a guardar, conforme os casos, mas também de a viver. A confiança que se dá a outro costuma provocar um duplo efeito; de maneira imediata, um sentimento de gratidão, porque se sabe beneficiado por um dom; além disso, a confiança favorece o sentido de responsabilidade.

Quem me pede algo importante espera que lho dê, porque já confia em que lho posso dar; tem de mim um elevado conceito. Se essa pessoa confia em mim, sinto-me movido a satisfazer as suas expetativas, a responder com os meus atos. Confiar em alguém é um modo muito profundo de lhe encomendar algo.

Grande parte do que podem fazer os educadores depende de quanto souberam suscitar esta atitude nas pessoas. Em particular os pais hão-de ganhar a confiança dos filhos, dando-lha eles primeiro. Em certas idades da infância, convém estimular o uso da sua liberdade; por exemplo, pedir-lhes coisas e dar explicações sobre o que é bom e o que é mau. Mas isto careceria de significado se faltasse a confiança, esse mútuo sentimento que ajuda a pessoa a abrir a sua intimidade, sem o que é difícil propor metas e tarefas que contribuam para o crescimento pessoal.

A confiança dá-se, consegue-se, gera-se; não se pode impor, nem exigir. A pessoa torna-se digna de confiança pelo seu exemplo de integridade, *adiantando-se a* dar o que pede aos outros. Assim se adquire a autoridade moral necessária para pedir aos outros; e faz-se notar que educar *em* liberdade torna possível educar *a* liberdade.

Educar a liberdade

Aeducação bem pode entender-se como uma *habilitação da liberdade* em ordem a

perceber o apelo do valioso – daquilo que enriquece e convida a crescer – e a enfrentar os seus requisitos práticos. E isso consegue-se propondo usos da liberdade, propondo tarefas plenas de sentido.

Cada idade da vida tem os seus aspetos positivos. Um dos mais nobres que tem a juventude é a facilidade para confiar e responder positivamente à exigência amável. Num tempo relativamente curto podem apreciar-se mudanças notáveis em jovens a quem se confiaram encargos que podiam assumir, e que consideravam importantes: ajudar uma pessoa, colaborar com os pais nalguma função educativa...

Pelo contrário, essa nobreza manifesta-se, de forma pervertida e frequentemente violenta, contra aqueles que se limitam a satisfazer os seus caprichos. À primeira vista, esta atitude é mais cómoda, mas a longo prazo os custos são muito mais gravosos e, sobretudo, não ajuda a amadurecer, pois não os prepara para a vida.

Quem se acostuma, desde pequeno, a pensar que tudo se resolve de forma automática, sem nenhum esforço ou abnegação, provavelmente não amadurecerá no tempo devido. E quando a vida magoar – coisa que inevitavelmente acontecerá – talvez não tenha arranjo. O homem deve modelar o seu caráter, aprender a esperar os resultados de um esforço longo e continuado, a superar a escravidão do imediato.

Certamente, o ambiente hedonista e consumista que hoje respiram muitas famílias no chamado "primeiro mundo" – e também noutros muitos ambientes de países menos desenvolvidos – não facilita captar o valor da virtude ou a importância de atrasar uma satisfação para obter um bem maior.

Mas face a esta circunstância adversa, o sentido comum põe de manifesto a importância do esforço; por exemplo, nos nossos dias tem especial vigor a referência à cultura desportiva, na qual se nota que quem deseja ganhar uma medalha tem de estar disposto a sofrer treinos prolongados e árduos.

Em geral, a pessoa que é capaz de se orientar livremente para bens que realmente "valem a pena" deve estar preparada para enfrentar tarefas de grande envergadura *(aggredi)*,e para resistir com tenacidade no empenho quando chega o desalento e aparecem as dificuldades *(sustinere)*.Estas duas dimensões da fortaleza fornecem a energia moral para

não nos conformarmos com aquilo que já foi conseguido e continuar a crescer, chegar a ser mais. Hoje é especialmente importante mostrar com eloquência que uma pessoa que dispõe dessa energia moral é *mais livre* do que quem não dispõe dela.

Todos estamos chamados a conseguir essa *liberdade moral,* que só se pode obter com um uso – não um uso qualquer – moralmente bom da liberdade de arbítrio. Constitui um desafio para os educadores, e em particular para os pais, mostrar de modo convincente que o uso autenticamente humano da liberdade não consiste tanto em fazer o que nos apeteça, mas em fazer o bem *porque nos dá na gana, que é a razão mais sobrenatural,* como costumava dizer S. Josemaria [6].

É esse o caminho para se libertar do clima asfixiante de suspeita e de coação moral, que impedem procurar pacificamente a verdade e o bem e aderir cordialmente a eles. Não há cegueira maior do que a de quem se deixa levar pelas paixões, pelas "ganas" (ou pela falta delas). Quem só pode aspirar ao que lhe apetece é menos livre do que aquele que pode procurar, não apenas em teoria mas com obras, um bem árduo.

Não há desgraça maior do que a de quem, ambicionando um bem, se surpreende sem forças para o levar a cabo. Porque a liberdade encontra todo o seu sentido quando se exercita no serviço da verdade que resgata, quando se gasta em procurar o Amor infinito de Deus, que nos desata de todas as escravidões [7].

J.M. Barrio

Notas

[1] S. Josemaria, *Cristo que passa*, n. 113.

[2] *Ibid*.

[3] Cfr. S. Josemaria, *Caminho*, n. 761.

[4] S. Josemaria, Temas Atuais do Cristianismo, n. 104.

[5] *Ibid*.

[6] S. Josemaria, *Cristo que passa*, n. 17.

[7] S. Josemaria, *Amigos de Deus*, n. 27.

Educar em temperança e sobriedade (I)

Na tarefa da educação, quando os pais negam aos filhos algum desejo, é fácil que eles perguntem por que não podem seguir a moda, ou comer algo que não lhes agrada, ou que os impede passar horas a navegar na internet, ou a jogar no computador. A resposta que sai espontânea pode ser, simplesmente, "porque não podemos permitir esse gasto" ou "porque deves terminar os teus trabalhos" ou, na melhor das hipóteses, "porque acabarás por ser um caprichoso".

São respostas até certo ponto válidas, pelo menos para sair de um momentâneo atoleiro, mas que, sem se pretender, podem ocultar a beleza da virtude da temperança, fazendo com que apareça diante dos filhos como uma simples negação do que atrai.

Pelo contrário, como qualquer virtude, a temperança é fundamentalmente afirmativa. Capacita a pessoa para se tornar dona de si mesma, põe ordem na sensibilidade e na afectividade, nos gostos e desejos, nas tendências mais íntimas do eu: ou seja, faz-nos procurar o equilíbrio no uso dos bens materiais, e ajuda-nos a aspirar ao bem melhor [1]. De modo que, de acordo com São Tomás, a temperança poderia situar-se na própria raiz da vida sensível e espiritual [2]. Não é vão que, se se lêem as bem-aventuranças com atenção, se observa que, de um ou de outro modo, quase todas estão relacionadas com esta virtude. Sem ela não se pode ver a Deus, nem ser consolados, nem herdar a terra e o céu, nem suportar com paciência a injustiça [3]: a temperança orienta as energias humanas para mover o moinho de todas as virtudes.

Domínio

O cristianismo não se limita a dizer que o prazer é algo "permitido". Considera-o, antes, como algo positivamente bom, pois o próprio Deus o pôs na natureza das coisas, como resultado da satisfação das nossas tendências. Mas isto é compatível com a consciência de que o pecado original existe e desordenou as paixões. Todos compreendemos bem a razão pela qual São Paulo diz **faço o mal que não quero** [4]; é como se o mal e o pecado tivessem sido enxertados no coração humano que, depois da queda original, se encontra na disposição de ter que se defender de si mesmo. Aí se revela a função da temperança, que protege e orienta a ordem interior das pessoas.

Um dos primeiros pontos de *Caminho* pode servir para enquadrar o lugar da temperança na vida das mulheres e dos homens: ***Acostuma-te a dizer que não*** [5]. S. Josemaria explicava ao seu confessor o sentido deste ponto, assinalando que ***é mais simples dizer que sim à ambição, aos sentidos...***[6]. Numa tertúlia, comentava que ***quando dizemos que sim, tudo são facilidades; mas quando temos que dizer que não, surge a luta e por vezes não vem a vitória na luta, mas a derrota. Portanto, temos que nos habituar a dizer que não para vencer nessa luta. Porque dessa vitória interna sai a paz para o nosso coração e a paz que levamos aos nossos lares – cada um, ao seu – e a paz que levamos à sociedade e ao mundo inteiro***[7].

Dizer que não, em muitas ocasiões, traz consigo uma vitória interna que é fonte de paz. É negar-se ao que afasta de Deus – às ambições do eu, às paixões desordenadas – é a via imprescindível para afirmar a liberdade própria; é um modo de colocar-se *no* mundo e *frente* ao mundo.

Quando alguém diz que sim a todos e a tudo o que o rodeia ou lhe apetece, cai no anonimato; despersonaliza-se de alguma forma; é como um boneco movido pela vontade de outros. Talvez tenhamos conhecido alguma pessoa que seja assim, incapaz de dizer que não aos impulsos do ambiente ou aos desejos dos que o rodeiam. São pessoas aduladoras em que o aparente afã de serviço revela falta de caráter ou, inclusive, hipocrisia; são pessoas incapazes de complicar a vida com um "não".

Porque quem diz que sim a tudo, no fundo, demonstra que, aparte de si próprio, pouco lhe importa. Quem, pelo contrário, sabe que guarda um tesouro no seu coração [8], luta contra o que se lhe opõe. Por isso, "dizer que não" a algumas coisas é, sobretudo, comprometer-se com outras, situar-se no mundo,

declarar diante dos outros a sua própria escala de valores, a sua forma de ser e de se comportar. Implica – no mínimo – querer forjar o caráter, comprometer-se com o que realmente se estima e dá-lo a conhecer com as próprias ações.

A expressão de algo ou de alguém “bem temperado” produz uma ideia de solidez, de consistência: ***Temperança é domínio***. Domínio que se consegue quando se é consciente de que ***nem tudo o que experimentamos no corpo e na alma deve deixar-se à rédea solta. Nem tudo o que se pode fazer se deve fazer. É mais cómodo deixar-se arrastar pelos impulsos a que chamam naturais; mas no fim desse caminho cada um encontra a tristeza, o isolamento na sua própria miséria***[9].

O homem acaba por depender das sensações que o ambiente desperta nele e procurando a felicidade em sensações fugazes, falsas, que – precisamente por serem passageiras – nunca satisfazem. O destemperado não pode encontrar a paz, vai cambaleando de um lado para o outro e acaba por se empenhar numa procura sem fim, que se converte numa autêntica fuga de si próprio. É um eterno insatisfeito, que vive como se não pudesse conformar-se com a sua situação, como se fosse necessário procurar sempre uma nova sensação.

Em poucos vícios se vê melhor do que na destemperança a servidão do pecado. Como diz o Apóstolo, **de consciência embotada, entregaram-se à libertinagem**[10]. O destemperado parece ter perdido o controlo de si mesmo, dedicado como está em procurar sensações. Pelo contrário, a temperança conta entre os seus frutos com a serenidade e o repouso. Não silencia nem nega os desejos e paixões, mas torna o homem verdadeiramente dono, senhor. A paz é «tranquilidade na ordem»[11], só se encontra num coração seguro de si mesmo e disposto a dar-se.

Temperança e sobriedade

Como se pode ensinar a virtude da temperança? Em numerosas ocasiões, S. Josemaria abordou a questão, fazendo finca-pé em duas ideias fundamentais: para educar são necessárias a fortaleza e o exemplo e promover a liberdade. Assim, comentava que os pais devem ensinar aos filhos ***a viver com sobriedade, a levar uma vida um pouco espartana, ou seja, cristã. É difícil, mas é necessário ser valentes: tende valentia para educar na austeridade; senão, não fareis nada***[12].

Do que ficou dito anteriormente, é claro que é incontestável a importância desta virtude; mas pode parecer surpreendente que S. Josemaria considere que uma vida *espartana* seja sinónimo de algo *cristão*, ou ao contrário, que o *cristão* se explique pelo *espartano*. Parece que a solução do paradoxo está em relacionar a *vida espartana* com a importância que tem a *valentia* – parte da virtude da fortaleza – para educar a temperança.

Além disso, há que distinguir aqui dois sentidos de valentia: em primeiro lugar, é preciso ser valente para assumir pessoalmente esse modo de vida espartano – ou seja, cristão. Ninguém dá o que não tem e ainda mais se se considerar que para ensinar a virtude da temperança é capital o exemplo e a experiência própria. Precisamente por se tratar de uma virtude cujas ações se dirigem ao desprendimento, é fundamental que os educandos vejam diante de si os seus efeitos.

Se quem é sóbrio transmite alegria e paz de ânimo, os filhos terão um incentivo para imitar os pais. O modo mais simples e natural de transmitir esta virtude é o ambiente familiar, sobretudo quando as crianças são pequenas. Se vêem que os pais renunciam com elegância ao que a eles lhes parece um capricho, ou sacrificam o seu próprio descanso para cuidar da família – por exemplo, para os ajudar com os trabalhos da escola, ou a tomar banho ou a dar de comer aos pequenos ou a brincar com eles – assimilarão o sentido dessas ações e relacioná-las-ão com a atmosfera que se respira no lar.

Em segundo lugar, também faz falta valentia para propor a virtude da temperança, como um estilo de vida bom e desejável. É verdade que quando os pais vivem de um modo sóbrio, será mais fácil sugeri-la através de comportamentos concretos. Mas por vezes, pode assaltar-lhes a dúvida de até que ponto não estão a interferir na legítima liberdade dos filhos, ou a *impor-lhes*, sem direito, o seu próprio modo de viver. Tem mesmo cabimento que se questionem sobre se é eficaz impor ou mandar algo que não parece que os filhos possam ou não queiram assumir. Se se lhes nega um capricho, o desejo não permanece, sobretudo quando os seus amigos têm isso? Não se fomenta desse modo que se sinta "descriminado" nas suas relações sociais? Ou, pior ainda, não será uma ocasião para que se distancie dos pais e que não seja sincero?

No fundo, se somos realistas, damo-nos conta de que nenhum destes motivos é suficientemente convincente. Quando alguém se comporta com sobriedade, descobre que a temperança é um bem e que não se trata de carregar de um modo absurdo os filhos com um fardo insuportável, mas de os preparar para a vida. A sobriedade não é simplesmente um modelo de conduta que alguém "escolhe" e que não se pode impor a ninguém, mas que é uma virtude necessária para pôr um pouco de ordem no caos que o pecado original introduziu na natureza humana.

Trata-se de estar conscientes de que qualquer pessoa, portanto, deve lutar por adquiri-la, se quer ser dono e senhor de si mesmo. É preciso convencer-se de que não basta o bom exemplo para educar. Há que saber explicar, saber fomentar situações em que possa exercitar a virtude e, se for caso disso, saber opor-se – e pedir ao Senhor a força para o fazer – aos caprichos que o ambiente e os apetites da criança – certamente naturais, mas mediados já por uma incipiente concupiscência – reclamam.

Liberdade e temperança

Para além disso, trata-se de educar em temperança e liberdade ao mesmo tempo: são dois âmbitos que se podem distinguir, mas não separar; sobretudo, porque a liberdade "atravessa" todo o ser da pessoa e está na base da própria educação. A educação orienta-se para que cada um se habilite a tomar livremente as decisões acertadas que configurarão a sua vida.

Não se educa com uma atitude protetora em que, de facto, os pais acabam por ultrapassar a vontade da criança e controlar cada um dos seus movimentos. Nem sequer com uma acção tão excessivamente autoritária que não deixa espaço para o crescimento da personalidade e do próprio critério. Em ambos os casos, o resultado final se parecerá mais a um sucedâneo de nós próprios ou a uma caricatura de pessoa sem caráter.

O que é acertado é ir deixando que o filho vá tomando as suas decisões de acordo com a sua idade; e que aprenda a escolher fazendo-lhe ver as consequências dos seus atos, ao mesmo tempo que se apercebe do apoio dos seus pais – e daquelas pessoas que intervêm na sua educação – para acertar naquilo que escolhe ou, eventualmente, para retificar uma decisão errada.

Um acontecimento que S. Josemaria contou em diversas ocasiões sobre a sua infância é ilustrativo: os seus pais não transigiam com os seus caprichos; e diante de prato de que não

gostava, a sua mãe – em vez de lhe preparar outra coisa, dizia-lhe "Não queres comer disto? Então não comas" e não lhe dava mais nada... Sempre assim, até que um dia o menino atirou o prato contra a parede... e os pais deixaram-na manchada durante vários meses, de modo que tivesse bem presentes as consequências da sua acção[13].

A atitude dos pais de S. Josemaria reflete a forma como se pode juntar o respeito pela liberdade do filho com a necessária fortaleza para não transigir naquilo que são meros caprichos. Logicamente, o modo de enfrentar cada situação será diverso. Em educação, não há receitas gerais; o que conta é procurar o melhor para o educando e ter bem claro – por as ter experimentado – quais são as coisas boas que há que lhe ensinar a amar e quais são as coisas que lhe podem causar danos. Em todo o caso, convém manter e promover o princípio do respeito à liberdade: é preferível equivocar-se nalgumas situações do que impor sempre o juízo próprio; sobretudo se os filhos o entendem como algo pouco razoável ou mesmo arbitrário.

Esse pequeno episódio do "prato partido" proporciona-nos, além disso, a ocasião para reparar num dos primeiros campos em que tem cabimento educar a virtude da temperança: o da comida. Tudo o que se faça para fomentar as boas maneiras, a moderação e a sobriedade ajuda a adquirir essa virtude.

Certamente, cada idade apresenta circunstâncias específicas que fazem com que a formação deva enfrentar-se de modos diversos. A adolescência requererá mais a moderação nas relações sociais do que a infância, ao mesmo tempo que permitirá racionalizar melhor os motivos que levam a viver de um modo ou de outro, mas a temperança nas comidas pode desenvolver-se desde pequenos com relativa facilidade, dotando-o de uns recursos – fortaleza na vontade e autodomínio – que lhe serão de indubitável utilidade quando chegue o momento de lutar com temperança na adolescência.

Assim, por exemplo, preparar menus variados, saber cortar caprichos ou coisas estranhas,

animar a acabar de comer o que não gosta, a não deixar nada do que lhe foi servido no prato, ensinar a usar os talheres ou a esperar que se sirvam todos antes de começar a comer, são modos concretos de fortalecer a vontade da criança. Além disso, durante a infância, o clima familiar de sobriedade que procuram viver os pais – valentemente sóbrios! – transmite-se como que por osmose, sem que se tenha que fazer nada de especial.

Se a comida que sobra não se deita fora, mas se utiliza para completar outros pratos; se os pais não comem entre refeições, ou deixam que os outros repitam primeiro a sobremesa que teve tanto êxito, as crianças crescem considerando natural tal modo de proceder. No momento adequado, dar-se-ão as explicações dos motivos porque se atua dessa forma, de modo que as possam entender: relacionando-o com o bem da própria saúde, ou para serem generosos e demonstrar o carinho que têm ao irmão, ou como um modo de oferecer um pequeno sacrifício a Jesus... motivos que muitas vezes as crianças entendem melhor do que pensam os adultos.

J.M. Martín e J. De la Vega

Notas

[1] Cfr. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1809.

[2] Cfr. São Tomás, *S. Th*. II-II, q. 141, aa. 4, 6, e *S. Th*. I, q. 76, a. 5.

[3] Cfr. *Mt* 5, 3-11.

[4] *Rm* 7, 19.

[5] S. Josemaria, *Caminho*, n. 5.

[6] S. Josemaria, Autógrafo, en P. Rodríguez (ed.), *Camino. Edición crítico-histórica*, Rialp, Madrid 20043, p. 221.

[7] S. Josemaria, Tertulia, 28-X-1972, en P. Rodríguez (ed.), *Camino. Edición crítico-histórica*, Rialp, Madrid 20043, p. 221.

[8] Cfr. *Mt* 6, 21.

[9] S. Josemaria, *Amigos de Deus*, n. 84.

[10] *Ef* 4, 19.

[11] Santo Agostinho, *De civitate Dei*, 19, 13.

[12] S. Josemaria, Tertúlia no Colégio Castelldaura (Barcelona), 28-XI-1972. Vid.

http://www.es.josemariaescriva.info/articulo/la-ed...

[13] Cfr. A. Vázquez de Prada, *Josemaria Escrivá – Fundador do Opus Dei (I)*, Editorial Verbo, Lisboa, 2002, p. 33

Voltar ao índice

Educar em temperança e sobriedade (II)

A adolescência oferece novas possibilidades para educar na temperança, pois o jovem tem uma maior maturidade e isso facilita a aquisição de virtudes, que requerem uma interiorização de hábitos de comportamento e de motivação. Se bem que a criança se possa acostumar a fazer coisas boas, só quando chega a uma certa maturidade afetiva e intelectual pode aprofundar no sentido das próprias ações e valorizar as suas consequências.

Na adolescência é importante explicar os motivos de alguns comportamentos, entendidos talvez pelo jovem como formalismos; ou de alguns limites que convém pôr à conduta e que talvez vejam como meras proibições. Ou seja, temos de aprender a dar motivos válidos pelos quais vale a pena ser temperados. Por exemplo, na maioria dos casos, não será argumento suficiente falar da necessidade de se moderar (sobretudo no campo das diversões, contrapondo-o ao estudo) para conseguir um futuro profissional seguro e brilhante; pois, embora se trate de um raciocínio legítimo, baseia-se numa realidade longínqua e sem interesse para muitos jovens.

É mais eficaz mostrar como a virtude é atrativa já agora, tornando presentes os ideais magnânimos que trazem nos seus corações, os motivos que os movem, os seus grandes amores: a generosidade com os necessitados, a lealdade para com os seus amigos, etc. Nunca se deveria deixar de assinalar que a pessoa temperada e sóbria é quem melhor pode ajudar os outros. Aquele que é senhor de si próprio possui maravilhosas possibilidades para se entregar ao serviço do próximo e de Deus e atingir assim a máxima felicidade e paz que se pode

conseguir nesta terra.

Além disso, a adolescência apresenta circunstâncias novas nas quais há que ser sóbrio e temperado. A curiosidade natural de quem progressivamente foi aprendendo a estrear-se na vida e a caminhar pelo mundo junta-se a uma nova sensação de domínio sobre o próprio futuro. Aparece assim um afã de provar e experimentar tudo, que facilmente se identifica com a liberdade. Querem sentir-se, de algum modo, livres de coação, de modo que comentários ou referências a horário, ordem, estudo, gastos talvez sejam entendidos como "injustas imposições".

Por outro lado, esta visão tão generalizada no ambiente atual é promovida e reforçada, em muitos casos, por uma infinidade de interesses comerciais que procuram converter esses afãs juvenis num grande negócio.

É o momento para que os pais não se deixem ultrapassar pelas circunstâncias, pensem de forma positiva, procurem soluções criativas, raciocinem com os filhos, acompanhem-nos na busca da verdadeira liberdade interior, exercitem a paciência e rezem por eles.

Uma chave de felicidade

Boa parte da publicidade nas sociedades ocidentais dirige-se aos jovens, que aumentaram nos últimos anos de uma forma notável a sua capacidade aquisitiva. As diferentes marcas difundem as suas modas propondo estilos de vida com que alguns se identificam, ao mesmo tempo que outros se diferenciam.

A "posse" de objetos de uma determinada marca serve, de algum modo, como englobante social; é-se aceite no grupo, sente-se integrado, embora não seja tanto pelo que se *é* mas pelo que se *tem* e representa diante dos outros. O consumo nos adolescentes, com frequência, não é tão determinado pelo desejo de ter (como nas crianças), mas por um modo de expressar a personalidade ou de manifestar melhor a sua posição no mundo, através dos amigos.

Juntamente com estes motivos, a sociedade de consumo incita a que as pessoas não se conformem com o que têm e a que experimentem a última moda que se lhes oferece. Dir-se-ia que são obrigadas a mudar de computador ou de automóvel todos os anos, a adquirir o último modelo de telemóvel – ou uma determinada peça de roupa que depois quase se não usa – a acumular, por mera satisfação que dá possuir, música, filmes, ou programas informáticos do mais diverso tipo. São pessoas guiadas pela emoção que produz comprar, consumir; perderam o domínio sobre as suas próprias paixões.

Evidentemente que a culpa não é toda da publicidade ou do ambiente. Talvez os educadores não tenham sido suficientemente incisivos. Por isso, convém que os pais, e em geral aqueles que de um ou outro modo se dedicam à formação, se perguntem com frequência como fazer melhor esse trabalho, que é o mais importante de todos, pois dele depende a felicidade das gerações futuras e a justiça e a paz na sociedade.

Os pais devem estar conscientes de que o estilo de vida e de gastos se reflete no clima familiar. Como em tudo, requer-se exemplaridade, de forma que os filhos se apercebam, desde pequenos, que viver de acordo com a própria posição social não trás consigo cair no consumismo ou no esbanjamento. Por exemplo, dantes nalguns países dizia-se que "o pão é de Deus e por isso não se deita fora". É um modo concreto de fazer entender que se deve comer com o estômago e não com os olhos e que se deve acabar tudo o que foi servido, com agradecimento, porque há muitas pessoas que passam necessidades; e, implicitamente, que tudo o que recebemos e possuímos – o pão nosso de cada dia – é *dom* que temos de utilizar e administrar como tal.

É compreensível o afã de evitar que os filhos careçam do que outros têm, ou de que disponham do que a nós nos faltou quando éramos pequenos; mas não é lógico dar-lhes tudo. Assim se fomentam as comparações, um desejo mau de emulação, que, se não se modera, pode degenerar numa mentalidade materialista.

A sociedade em que vivemos está repleta de graus, de categorias e estatísticas que mais ou menos conscientemente nos incitam a competir. Deus nosso Senhor não faz comparações. Diz-nos, **filho, tu estás sempre comigo e tudo o que é meu é teu** [1]; para Ele todos somos prediletos, igualmente apreciados, amados e valorizados. Talvez seja esta uma das chaves da educação para a felicidade: dar-nos nós conta, e ajudar a que os filhos compreendam, que há sempre lugar para eles na casa do pai, que cada um é querido porque sim, porque se ***trata com o mesmo amor, e de modo desigual, os filhos desiguais*** [2].

De resto, a formação na sobriedade não se reduz a pura negação: há que ensiná-la de forma positiva, fazendo entender aos filhos como conservar e usar melhor o que se tem, a roupa, os brinquedos. Atribui-lhes responsabilidades, de acordo com a idade de cada um: a ordem no quarto, o cuidado dos irmãos mais pequenos, os encargos materiais na casa (preparar o pequeno almoço, comprar o pão, tratar do lixo, pôr a mesa...). Fazer-lhes ver, com

o exemplo, que as eventuais carências se levam sem lamentações, com alegria; estimulando a sua generosidade com os necessitados.

S. Josemaria recordava com alegria que o seu pai foi sempre, mesmo depois do revés económico que sofreu, muito generoso. São aspetos do dia a dia que criam uma atmosfera familiar em que se nota que o verdadeiramente importante são as pessoas.

Possuir o mundo

Tu sê sóbrio em tudo [3]: a breve instrução de São Paulo a Timóteo é válida em todos os tempos e lugares. Não é um critério exclusivo para alguns chamados a uma entrega particular, nem só algo que os pais hão-de viver, mas que não se pode "impor" aos filhos. Trata-se antes que pai e educadores descubram e apliquem o seu significado a cada idade, a cada tipo de pessoa e a cada circunstância.

Requer atuar com prudência – pondo os meios habituais de pensar as coisas, pedir conselho, etc. – para saber acertar nas decisões. E se, apesar de todo, as raparigas ou os rapazes não compreenderam à primeira a conveniência de alguma medida e protestaram, saberão depois apreciá-la e agradecê-la-ão. Por isso, é necessário armar-se de paciência e fortaleza, pois em poucos terrenos como neste é preciso ir contra a corrente.

A este respeito, todos temos que ter presente que não é critério válido para fazer algo o facto de estar muito generalizado: **Não vos moldeis a este mundo, mas, pelo contrário, transformai-vos com uma renovação da mente, para que possais discernir qual é a vontade de Deus, que é o bom, agradável e perfeito [4].**

Neste mesmo sentido, convém pôr limites ao que se dá aos filhos; pois aprende-se a ser sóbrio sabendo administrar o que se tem. Referindo-se em concreto ao dinheiro, S. Josemaria advertia os pais: ***O excesso de carinho faz com que os aburgueseis muito. Quando não é o pai, é a mãe. E quando não é o pai nem a mãe é a avozinha. E às vezes, os três, cada um por seu lado; e guardais o segredo. E o rapaz, com os três***

segredos, pode perder a alma. Ponde-vos de acordo. Não sejais tacanhos com os filhos, mas tende em conta a capacidade de cada um, a serenidade de cada um, a possibilidade de se auto-governarem: e que não tenham nunca abundância, até que eles ganhem o seu próprio dinheiro [5]. É preciso ensinar a administrar o dinheiro, a comprar bem, a utilizar instrumentos – como o telefone – cujas faturas se pagam no final do mês, a reconhecer quando se está a gastar pelo *prazer de gastar*...

De qualquer modo, o dinheiro é apenas um aspeto da questão. Algo semelhante sucede com o uso do tempo. Uma medida sóbria nos espaços dedicados ao entretenimento aos "hobbies" ou ao desporto faz parte de uma vida temperada. A temperança neste campo permite libertar o coração para se dedicar a coisas que nos ajudam a sair de nós próprios e permitem-nos enriquecer cultivando a vida de família ou as amizades. Por exemplo, o estudo ou o dedicar tempo e dinheiro aos mais necessitados, algo que convém fomentar nas crianças logo desde pequenas.

Temperar a curiosidade, fomentar o pudor

A temperança cria a alma sóbria, modesta, compreensiva; facilita-lhe um natural recato que é sempre atrativo, porque se nota na conduta o senhorio da inteligência [6]. Com estas palavras, S. Josemaria sintetiza os frutos da temperança e associa-os a uma virtude muito particular: o recato, que poderíamos entender como uma modalidade do pudor e da modéstia.

"Modéstia" e "pudor" são partes integrantes da virtude da temperança [7], pois outro dos campos desta virtude é, precisamente, a moderação do impulso sexual. «O pudor protege o mistério das pessoas e do seu amor. Convida à paciência e à moderação na relação amorosa; exige que se cumpram as condições do dom e do compromisso definitivo do homem e da mulher entre si. O pudor é modéstia, inspira a escolha do vestuário. Mantém o silêncio ou a reserva onde se adivinha o risco de uma curiosidade malsã; converte-se em discrição» [8].

Sem dúvida, se o adolescente foi formando a sua vontade durante a infância, quando chega o momento, possui esse natural recato que facilita enquadrar a sexualidade de um modo verdadeiramente humano. Mas é muito importante que o pai – com os filhos – e a mãe – com as filhas – tenham sabido ganhar a sua confiança, para lhes explicar a beleza do amor humano quando o possam compreender.

Como S. Josemaria aconselhava, o ***pai tem que fazer-se amigo dos filhos. Não tem outro remédio se não esforçar-se nisto, porque chega um momento em que as***

crianças, se o pai não lhes falou, vão com curiosidade – por um lado razoável e por outro malsã – perguntar pelas origens da vida. Podem perguntá-lo a um amigalhote desavergonhado e então olham para os seus pais com asco.
Pelo contrário, se tu – porque o acompanhaste desde pequeno e vês que é o momento –lhe dizes nobremente, depois de invocar o Senhor, qual é a origem da vida, o miúdo irá abraçar a mamã porque foi tão boa, e a ti te dará uns beijos com toda a sua alma e dirá: que bom é Deus, que se serviu dos meus pais, deixando-lhes uma participação no seu poder criador. Não o dirá assim o miúdo, porque não sabe; mas senti-lo-á. E pensará que o vosso amor não é uma coisa torpe, mas uma coisa santa [9]. Isto será mais fácil se não nos esquivarmos das perguntas que naturalmente as crianças vão fazendo e as respondemos de acordo com a sua capacidade.

Também, como sucedia quando nos referíamos à educação a temperança nas refeições, o exemplo é fundamental. Não basta explicar; há que mostrar com obras que «não convém olhar para o que não é lícito desejar» [10], velando por que tudo no lar possua tom que se respirava na casa de Nazaré.

Neste sentido, a banalização que em muitas sociedades atuais se faz da sexualidade, requer que se preste atenção a meios como a televisão, a internet, os livros ou os videojogos. Não se trata de fomentar uma espécie de "temor reverencial" para com essas realidades, mas de as aproveitar como oportunidades educativas, ensinando a usá-las com sentido positivo e crítico, sem medo de eliminar o que faz dano à alma, ou transmite uma visão deformada da pessoa. Deve ter-se bem presente o evidente: ***Desde o primeiro momento, os filhos são testemunhas inexoráveis da vida dos pais. Não dais conta disso, mas julgam tudo e às vezes julgam-vos mal. De maneira que as coisas que acontecem no lar influem para bem ou para mal os vossos filhos*** [11].

Se os filhos vêm os pais mudar de canal de televisão quando aparece uma notícia escabrosa, um anúncio de mau tom ou uma cena inconveniente num filme. Se vêm que se informam sobre os conteúdos morais de um espetáculo ou de um livro antes de o ver ou ler, está a transmitir-se-lhes o valor da pureza. Se se apercebem, quando vão pela rua, que os pais – ou educadores – não prestam atenção a determinadas publicidades – ou mesmo os ensinam a não ser curiosos e a desagravar – os filhos assimilam que a pureza do coração é algo que vale a pena, que merece ser protegido e que de algum modo faz parte do ambiente familiar em que vivem. «Educar no pudor crianças e adolescentes é despertar neles o respeito pela pessoa humana» [12].

No entanto, velar pelo ambiente não é – propriamente – educar em temperança. É uma condição indispensável para a vida cristã, mas a virtude não se educa apenas "evitando o mal" – aspeto inseparável da vida da graça em geral – mas moderando os prazeres, que em princípio são em si mesmos bons. Por isso, ainda mais importante é ensinar a usar as coisas e os instrumentos que se têm à disposição, por muito bons que sejam os seus conteúdos.

É evidente que ver indiscriminadamente televisão, ainda que seja em família, acaba por dissolver o ambiente do lar. Pior ainda quando cada quarto tem o seu próprio aparelho e cada um "se fecha" para ver os seus programas favoritos. Algo análogo poderia dizer-se do uso indiscriminado (às vezes, compulsivo) de telemóveis ou computadores.

Como em tudo, uma utilização sóbria destes instrumentos por parte de pais e educadores ensina às crianças a fazer o mesmo. Com a agravante de que, no caso dos pais, passar horas diante do televisor "para ver o que há", não só acaba por ser um mau exemplo, mas redunda numa falta de atenção para com os filhos, que vêm os pais a dar mais atenção – pelo menos é isso que lhes parece – a umas pessoas estranhas do que a eles próprios.

Se a temperança é domínio, convém ***recordar que não há melhor domínio que saber-se ao serviço: ao serviço voluntário de todas as almas! – É assim que se ganham as grandes honras: as da terra e as do Céu.*** [13].

A temperança permite empregar o coração e as capacidades da pessoa para servir o próximo, para amar, única chave da verdadeira felicidade. Santo Agostinho, que teve muito que lutar contra os apelos da destemperança, explicava-o assim: «Ponhamos a nossa atenção na temperança, cujas promessas são a pureza e a incorruptibilidade do amor, que nos une a Deus. A sua função é reprimir e pacificar as paixões que anseiam o que nos desvia das leis de Deus e da Sua bondade, ou o que é o mesmo, da bem-aventurança. Aqui, com efeito, tem o seu lugar a Verdade, cuja contemplação, alegre e íntima união nos faz ditosos; pelo contrário, aqueles que dela se afastam vêm-se aprisionados nas redes dos maiores erros e aflições» [14].

J. De la Vega, J.M. Martín

Notas

[1] *Lc*, 15, 31.

[2] S. Josemaria, *Sulco*, n. 601.

[3] *2 Tm* 4, 4.

[4] *Rm* 12, 2.

[5] S. Josemaria, Tertúlia no IESE (Barcelona), 27-XI-1972. Vid. http://www.es.josemariaescriva.info/articulo/la-ed...

[6] S. Josemaria, *Amigos de Deus*, n. 84.

[7] Cfr. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2521.

[8] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2522.

[9] S. Josemaria, Tertúlia em Enxomil (Porto), 31-X-1972.

[10] São Gregório Magno, *Moralia*, 21.

[11] S. Josemaria, Tertúlia em Pozoalbero (Jerez de la Frontera), 12-XI-1972. Vid. http://www.es.josemariaescriva.info/articulo/la-ed...

[12] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2524.

[13] S. Josemaria, *Forja*, n. 1045.

[14] Santo Agostinho, *Os costumes da Igreja Católica*, cap. 19.

Voltar ao índice

Educar a afetividade

A ideia de que aqueles sentimentos que diminuam ou anulem a liberdade são maus é muito antiga. Foi esta a grande preocupação da época grega, do pensamento oriental e de muitas das religiões antigas. Em todas as grandes tradições sapienciais da humanidade encontramos uma advertência sobre a importância de educar a liberdade do homem face aos seus desejos e sentimentos. Parece como se todas elas tivessem experimentado, já desde tempos muito remotos, que no interior do coração do homem há forças e solicitações contrapostas que com frequência lutam violentamente entre si.

Todas essas tradições falam da agitação das paixões; desejam a paz de uma conduta prudente, guiada por uma razão que se imponha sobre os desejos; apontam para uma liberdade interior no homem, para uma liberdade que não é um ponto de partida mas uma conquista que cada homem há-de realizar. Cada um deve adquirir domínio de si mesmo, impondo-se a regra da razão, e esse é o caminho daquilo que se começou a chamar virtude: a alegria e a felicidade virão como fruto de uma vida conforme a ela.

Conversão do coração

A moral cristã ensina que a desordem do nosso mundo afetivo mergulha as suas raízes no pecado original. O coração humano é capaz de indubitável nobreza, dos mais elevados graus de heroísmo e de santidade, mas também das maiores baixezas e dos instintos mais desumanizados.

O Novo Testamento recolhe em várias ocasiões diversas palavras de Jesus Cristo em que insistia pedindo com vigor a conversão interior do coração e dos desejos: **Ouvistes que foi dito: “Não cometerás adultério”. Eu, porém, digo-vos que todo aquele que olhar para uma mulher cobiçando-a, já cometeu adultério com ela no seu coração** [1].

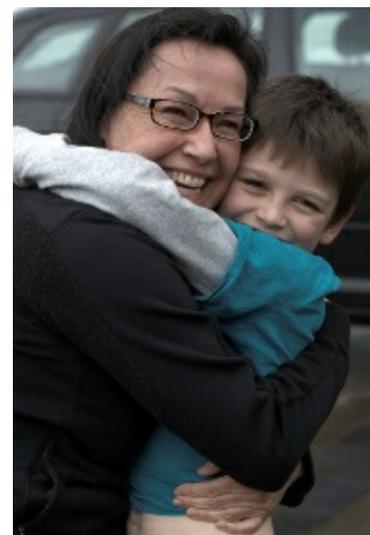
Nosso Senhor sublinha que não basta abster-se de agir mal, ou ater-se a umas normas na conduta exterior, mas que há que mudar o coração, **porque do interior do coração do homem, é que procedem os maus pensamentos, os furtos, as fornicações, os homicídios, os adultérios, as avarezas, as perversidades, as fraudes, as libertinagens, a inveja, a maledicência, a soberba, a insensatez. Todos estes males procedem de dentro e contaminam o homem** [2].

Os Seus ensinamentos são um constante apelo à conversão do coração, a única que faz o homem realmente bom: **O homem bom, do bom tesouro do seu coração tira o bem; o homem mau, do mau tesouro do seu coração tira o mal: porque a boca fala da abundância do coração** [3]. Sublinham a necessidade radical de purificar-se interiormente: **Vós fazeis-vos passar por justos diante dos homens; mas Deus conhece os vossos corações** [4].

Os atos imorais surgem dos pensamentos retorcidos que o coração incuba. Por isso tem tanta importância a educação dos seus afetos. E por isso o Apóstolo Pedro diz a Ananias, quando é surpreendido na sua falsidade: **Por que motivo puseste em teu coração fazer tal coisa?** [5]

A moral cristã não olha para os sentimentos com desconfiança. Pelo contrário, dá uma importância fundamental ao seu cuidado e à sua educação, pois têm uma enorme transcendência na vida moral. Orientar e educar a afetividade supõe um trabalho de purificação, porque o pecado introduziu a cizânia da desordem no coração de todos os homens e é, portanto, necessário curá-lo. Por isso escreveu S. Josemaria: ***Não te digo que me tires os afetos, Senhor, porque com eles posso servir-Te, mas que os purifiques*** [6].

Trata-se de construir sobre o fundamento firme das exigências da dignidade do homem, do respeito e da sintonia com tudo o que exige a sua natureza e lhe é próprio. E o melhor estilo afetivo, o melhor caráter, será aquele que nos situe numa órbita mais próxima dessa singular dignidade que corresponde ao ser humano. Na medida em que o consigamos, tornar-

se-á mais acessível a felicidade e a santidade.

Sentimentos e virtude

Cada sentimento favorece umas ações e entorpece outras. Portanto, os sentimentos favorecem ou entorpecem uma vida psicológica espiritualmente sã, e também favorecem ou entorpecem a prática das virtudes ou valores que desejamos conseguir. Não podemos esquecer que a inveja, o egoísmo, a soberba ou a preguiça, são certamente carências de virtude, mas também são carências da adequada educação dos sentimentos que favorecem ou entorpecem essa virtude. Pode dizer-se, portanto, que a prática das virtudes favorece a educação do coração e vice-versa.

Muitas vezes esquecemo-nos que os sentimentos são uma poderosa realidade humana, uma realidade que — para bem ou para mal — é habitualmente aquilo que com mais força nos impulsiona ou retrai na nossa atuação. Numas ocasiões tende-se a descuidar a sua educação, talvez pela impressão confusa de que são algo obscuro e misterioso, pouco racional, quase alheio ao nosso controlo; ou talvez por confundir sentimento com sentimentalismo; ou porque a educação da afetividade é uma tarefa difícil, que requer discernimento e constância e que, talvez por isso, se evita quase sem nos apercebermos.

Os sentimentos fornecem à vida grande parte da sua riqueza, e são decisivos para uma vida conseguida e feliz. ***O que é preciso para conseguir a felicidade não é uma vida cómoda, mas um coração enamorado***[7]. E para isso é preciso educar o coração, embora nem sempre seja uma tarefa fácil. Todos temos a possibilidade de orientar em grau elevado os nossos sentimentos. Não devemos cair no fatalismo de pensar que quase não se podem educar e considerar, por isso, que as pessoas são inevitavelmente de uma maneira ou de outra, e que são generosas ou invejosas, tristes ou alegres, carinhosas ou frias, otimistas ou pessimistas como se isso fosse algo que corresponde a uma natureza inexorável quase impossível de modificar.

É verdade que as disposições sentimentais têm uma componente inata, cujo alcance é difícil precisar. Mas há também o poderoso influxo da família, da escola, da cultura em que se vive, da fé. E há, sobretudo, o próprio esforço pessoal por melhorar, com a graça de Deus.

Exemplo, exigência, boa comunicação

Na aprendizagem emocional, o exemplo tem um protagonismo particular. Basta pensar, por exemplo, como se transmite de pais para filhos a capacidade de reconhecer a dor alheia, de compreender os outros, de prestar ajuda a quem necessita. São estilos emocionais que todos nós aprendemos de modo natural e registamo-los na nossa memória sem nos darmos conta, observando quem nos rodeia.

Mas, nem por isso, tudo é questão de bom exemplo. Há filhos egoístas e insensíveis cujos pais são pessoas de grande coração. E isto é assim porque o modelo é importante, mas, além dele (por exemplo, de pais atentos às necessidades dos outros), é preciso sensibilizar, face a esses valores (fazer-lhes descobrir essas necessidades nos outros, salientar-lhes quão atraente é um estilo de vida baseado na generosidade) e, além disso, educar num clima de exigência pessoal, porque, se não há auto-exigência, a preguiça e o egoísmo afogam facilmente qualquer processo de maturação emocional. A disciplina e a autoridade são decisivas para educar, pois sem um pouco de disciplina dificilmente se podem aprender a maioria das questões importantes para a vida.

Juntamente com isso, é essencial que haja um clima distendido, de boa comunicação; que na família seja fácil criar momentos de maior intimidade, em que possam emergir com confiança os sentimentos de cada um e, assim, serem partilhados e educados; que não haja um excessivo pudor à hora de manifestar os próprios sentimentos; que haja facilidade para expressar aos outros com lealdade e carinho o que neles nos desagradou; etc.

Quando falta essa sintonia diante de algum tipo de sentimentos (de misericórdia face ao sofrimento alheio, de desejo de superar-se diante de uma contrariedade, de alegria diante do êxito de outros, etc.), ou na medida em que esses sentimentos não se fomentam, ou mesmo se dificultam ou se desprestigiam, cada um tende a restringi-los e, pouco a pouco, senti-los-á cada vez menos; vão-se e desfigurando e desaparecem pouco a pouco do repertório emocional.

A força da educação

Entre o sentimento e a conduta há um passo importante. Por exemplo, pode sentir-se medo e atuar valentemente. Ou sentir ódio e perdoar. Nesse espaço entre sentimentos e ação está a liberdade pessoal. Produz-se então uma decisão pessoal, que se situa em parte nesse momento concreto e em parte antes, no processo prévio de educação e auto-educação. Ao longo da vida vai-se criando um estilo de sentir, e também um estilo de atuar. Continuando com o exemplo, uma pessoa medrosa ou rancorosa acostumou-se a reagir cedendo ao medo ou ao rancor que espontaneamente lhe produzem determinados estímulos, e isto criou nele um hábito mais ou menos permanente. Esse hábito leva-o a ter uma forma própria de responder afetivamente a essas situações, até acabar por constituir um rasgo do seu caráter.

Em resumo, não podemos mudar a nossa herança genética, nem a nossa educação até ao dia de hoje, mas podemos sim pensar no presente e no futuro, com uma confiança profunda na grande capacidade de transformação do homem através da formação, do esforço pessoal e da graça de Deus.

Sentimentos e educação moral

A educação deve prestar uma atenção muito particular à educação moral e não pode ficar apenas em questões como o desenvolvimento intelectual, a força de vontade ou a estabilidade emocional. Uma boa educação sentimental há-de ajudar, entre outras coisas, a aprender, dentro do possível, a desfrutar fazendo o bem e sentir desgosto fazendo o mal. Trata-se, portanto, de aprender a amar o que verdadeiramente merece ser amado.

No nosso interior há sentimentos que nos impulsionam a agir bem, e, junto a eles, pululam também outros que ameaçam a nossa vida moral. Por isso devemos procurar modelar os nossos sentimentos para que nos ajudem o mais possível a sentirmo-nos bem com aquilo que nos ajuda a construir uma vida pessoal harmónica, plena, conseguida; e a sentirmo-nos mal em caso contrário. Porque a educação moral ajuda-nos — entre outras coisas — a sentirmo-nos ótimamente.

Para os primeiros cristãos, o sentido positivo da afetividade humana era algo conatural e muito próximo. Prova disso é o conselho de São Paulo: **Tende entre vós os mesmos**

sentimentos que teve Cristo Jesus [8]. O Catecismo da Igreja Católica fala também da importância de envolver a vida afetiva na santidade: «A perfeição moral consiste em que o homem não seja movido ao bem apenas pela sua vontade, mas também pelo seu apetite sensível segundo estas palavras do salmo: 'O meu coração e a minha carne gritam de alegria pelo Deus vivo' (Sal 84,3)» [9].

É verdade que por vezes fazer o bem não será atrativo. Por isso os sentimentos nem sempre são um guia moral seguro. É necessário não desprezar a sua força e influência, e compreender que convém educá-los para que ajudem o mais possível à vida moral. Se uma pessoa, por exemplo, sente desagrado ao mentir e satisfação quando é sincera, isso sem dúvida ser-lhe-á de grande ajuda. E se se sente incomodada quando é desleal, ou egoísta, ou preguiçosa, ou injusta, esses sentimentos afastá-la-ão desses erros e, por vezes, com bastante mais força do que outros argumentos.

Com uma boa educação dos sentimentos, faz-se menos esforço para levar uma vida de virtude e alcançar a santidade. De qualquer forma, por muito boa que seja a educação de uma pessoa, fazer o bem exigirá com frequência luta, por vezes grande. Mas sempre se sai a ganhar com agir bem. Pelo contrário, escolher o mal é auto-enganar-se e, a longo prazo, conduz a uma vida muito mais difícil e dececionante. Por isso, não se trata de ganharmos a felicidade do Céu sendo desgraçados na terra, mas de procurar ambas as felicidades ao mesmo tempo: ***Cada vez estou mais persuadido: a felicidade do Céu é para os que sabem ser felizes na terra*** [10].

A liberdade interior

Por vezes tendemos a identificar obrigação com coação, percebemos a ideia do dever como uma perda de liberdade, e isso é um erro no desenvolvimento emocional. Atuar conforme o dever é algo que nos aperfeiçoa. Se aceitamos o nosso dever como uma voz amiga, acabaremos por o assumir de modo agradável e cordial e descobriremos, pouco a pouco, que a grande conquista da educação afetiva é conseguir unir, na medida do possível, o querer e o dever. Assim, além disso, atinge-se um grau de liberdade muito maior, porque a felicidade não está em fazer o que se quer, mas em amar o que se deve fazer.

Sentir-nos-emos assim ligados ao bom agir moral, mas não obrigados, nem forçados, nem coagidos, porque o entenderemos como um ideal que nos leva à plenitude, e isso constitui uma das maiores conquistas da verdadeira liberdade.

A. Aguiló

Notas

[1] *Mt* 5, 27-28.

[2] *Mc* 7, 21-23.

[3] *Lc* 6, 45.

[4] *Lc* 16, 15.

[5] *Act* 5, 4.

[6] S. Josemaria, *Forja*, n. 750.

[7] S. Josemaria, *Sulco*, n. 795.

[8] *Flp*, 1, 5.

[9] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1770.

[10] S. Josemaria, *Forja*, n. 1005.

Voltar ao índice

Transmitir a fé (I)

Cada filho é uma prova de confiança de Deus nos pais, que lhes confia o cuidado e a orientação de uma criatura chamada à felicidade eterna. A fé é o melhor legado que se lhe pode transmitir; mais ainda, é a única coisa verdadeiramente importante, pois é o que dá sentido último à existência. Deus, além disso, nunca confia uma missão sem dar os meios imprescindíveis para a levar a cabo; e assim, nenhuma comunidade humana está tão bem dotada como a família para facilitar que a fé enraíze nos corações.

O testemunho pessoal

A educação da fé não é um mero ensinamento, mas a transmissão de uma mensagem de vida. Ainda que a palavra de Deus seja eficaz em si mesma, para a difundir o Senhor quis servir-se do testemunho e da mediação dos homens; o Evangelho é convincente quando se vê encarnado.

Isto é válido de maneira particular quando nos referimos às crianças, que distinguem com dificuldade entre o que se diz e quem o diz; e adquire ainda mais força quando pensamos nos próprios filhos, pois não diferenciam claramente entre a mãe ou pai que reza e a própria oração; mais ainda, a oração tem valor especial, é amável e significativa, porque quem reza é a sua mãe ou o seu pai.

Isto faz com que os pais tenham tudo a seu favor para comunicar a fé aos filhos; o que Deus espera deles, mais do que palavras, é que sejam piedosos, coerentes. O seu testemunho pessoal deve estar presente diante dos filhos a todo o momento, com naturalidade, sem procurar dar lições constantemente.

Às vezes, basta que os filhos vejam a alegria dos seus pais ao confessar-se, para que a fé se torne forte nos seus corações. Não se deve desvalorizar a perspicácia das crianças, mesmo que pareçam ingénuas; na realidade, conhecem os seus pais, no bom e no menos bom e tudo o que estes fazem – ou omitem – é para eles uma mensagem que os ajuda a formar ou a deformar.

Bento XVI explicou muitas vezes que as alterações profundas nas instituições e nas pessoas costumam ser promovidas pelos santos e não pelos que são mais sábios ou poderosos: *«Nas vicissitudes da história, [os santos] foram os verdadeiros reformadores que tantas vezes elevaram a humanidade dos vales obscuros nos quais está sempre em perigo de se precipitar; iluminaram sempre de novo»* [1] .

Na família acontece algo parecido. Sem dúvida, é preciso pensar no modo mais pedagógico de transmitir a fé, e formar-se para serem bons educadores; mas o que é decisivo é o empenho dos pais por quererem ser santos. É a santidade pessoal o que permitirá acertar com a melhor pedagogia.

"Em todos os ambientes cristãos conhecem-se, por experiência, os bons resultados que dá essa natural e sobrenatural iniciação à vida de piedade, feita no calor do lar. A criança aprende a colocar o Senhor na linha dos primeiros e fundamentais afectos, aprende a tratar a Deus como Pai e à Virgem como Mãe, aprende a rezar seguindo o exemplo dos pais. Quando se compreende isto, vê-se a enorme tarefa apostólica que os pais podem realizar e como têm obrigação de ser sinceramente piedosos, para poderem transmitir – mais do que ensinar – essa piedade aos filhos" [2] **.**

Ambiente de confiança e amizade

Por outro lado, vemos que muitos rapazes e raparigas – sobretudo, na juventude e na adolescência – acabam por afrouxar na fé que receberam, quando sofrem algum tipo de

prova. A origem destas crises pode ser muito diversa – a pressão de um ambiente paganizado, amigos que ridicularizam as convicções religiosas, um professor que dá as lições numa perspectiva ateia ou que põe Deus entre parêntesis – mas estas crises ganham força apenas quando os que as sofrem deixam de expor às pessoas adequadas o que lhes está a acontecer.

É importante facilitar a confiança com os filhos e que estes encontrem sempre os pais disponíveis para lhes dedicarem tempo. **Os jovens – mesmo os que parecem mais indóceis e desprendidos – desejam sempre essa aproximação, essa fraternidade com os pais. O segredo costuma estar na confiança. Que os pais saibam educar num clima de familiaridade, que nunca dêem a impressão de que desconfiam, que dêem liberdade e que ensinem a administrá-la com responsabilidade pessoal. É preferível que se deixem enganar alguma vez. A confiança que se põe nos filhos faz com que eles próprios se envergonhem de terem abusado, e se corrijam. Pelo contrário, se não têm liberdade, se vêem que não se confia neles, sentir-se-ão levados a enganar sempre** [3] **.** Não se deve esperar que chegue a adolescência para pôr em prática estes conselhos; podem-se aplicara partir de muito cedo.

Falar com os filhos é das coisas mais gratas que existem e a porta mais direta para estabelecer uma profunda amizade com eles. Quando uma pessoa ganha confiança com outra, estabelece-se uma ponte de mútua satisfação e poucas vezes desaproveitará a oportunidade de conversar sobre as suas inquietações e os seus sentimentos, o que é, por outro lado, uma maneira de se conhecer melhor a si próprio. Embora haja idades mais difíceis do que outras para conseguir essa proximidade, os pais não devem afrouxar no seu entusiasmo por **chegarem a ser amigos dos filhos; amigos a quem se confiam as inquietações, a quem se consulta sobre os problemas, de quem se espera uma ajuda eficaz e amável** [4] **.**

Nesse ambiente de amizade, os filhos ouvem falar de Deus de um modo grato e atrativo. Tudo isto requer que os pais encontrem tempo para estar com os filhos e um tempo que seja

"de qualidade"; o filho deve perceber que as suas coisas nos interessam mais do que o resto das nossas ocupações. Isto implica ações concretas, que as circunstâncias não podem levar a omitir ou a atrasar uma e outra vez; desligar a televisão ou o computador – ou deixar, claramente, de lhes prestar atenção – quando a rapariga ou o rapaz pergunta por nós e se nota que quer falar; reduzir a dedicação ao trabalho; procurar formas de recreio e entretenimento que facilitem a conversa e a vida familiar, etc.

O MISTÉRIO DA LIBERDADE

Ao utilizar a liberdade pessoal, as pessoas nem sempre fazem o que mais lhes convém, ou o que pareceria previsível tendo em conta os meios empregues. Às vezes as coisas são bem feitas mas saem mal – pelo menos, aparentemente – e serve de pouco culpabilizar-se desses resultados ou atribuir a culpa a outros.

O mais sensato é pensar como educar cada vez melhor e como ajudar outros a fazer o mesmo; não há, neste âmbito, fórmulas mágicas. Cada um tem o seu próprio modo de ser, que o leva a explicar e a encarar as coisas modos diversos. O mesmo se pode dizer dos educandos que, embora vivam num ambiente semelhante, possuem interesses e sensibilidades diversas.

Tal variedade não é, no entanto, um obstáculo. Aliás, alarga os horizontes educativos: por um lado, possibilita que a educação se enquadre, realmente, no quadro de uma relação única, alheia a estereótipos; por outro, a relação com os temperamentos e carateres dos diversos filhos favorece a pluralidade de situações educativas.

Por isso, se bem que o caminho da fé seja o mais pessoal que existe – pois faz referência ao mais íntimo da pessoa, a sua relação com Deus – podemos ajudar a percorrê-lo; isso é a educação. Se consideramos com calma na nossa oração pessoal o modo de ser de cada pessoa, Deus dar-nos-á luzes para acertar.

Transmitir a fé não é tanto uma questão de estratégia ou de programação, mas é facilitar que cada um descubra o desígnio de Deus para a sua vida. Ajudá-lo a que veja, por si próprio, que deve melhorar e em quê, porque nós, de facto, não mudamos ninguém, eles mudam porque querem.

Diversos âmbitos de atenção

Podem indicar-se diversos aspetos que têm grande importância para transmitir a fé. Um primeiro é talvez a vida de piedade na família, a proximidade a Deus na oração e nos sacramentos. Quando os pais não a "escondem" – às vezes involuntariamente – esse convívio com Deus manifesta-se em ações que O fazem presente na família, de um modo natural e que respeita a autonomia dos filhos. Abençoar à mesa, ou rezar com os filhos pequenos as orações da manhã ou da noite, ou ensinar-lhes a recorrer aos Anjos da Guarda ou a ter detalhes de carinho com Nossa Senhora, são modos concretos de favorecer a virtude da piedade nas crianças, tantas vezes dando-lhes recursos que os acompanharão por toda a vida.

Outro meio é a doutrina; uma piedade sem doutrina é muito vulnerável perante acédio intelectual que sofrem ou sofrerão os filhos ao longo da vida; necessitam de uma formação apologética profunda e, ao mesmo tempo, prática.

Logicamente, também neste campo é importante saber respeitar as peculiaridades próprias de cada idade. Muitas vezes, falar sobre um tema de atualidade ou de um livro, poderá ser uma ocasião de ensinar a doutrina aos filhos mais velhos (isto, quando não sejam eles próprios que se nos dirijam para nos perguntarem).

Com os pequenos, a formação catequética que podem receber na paróquia ou na escola é uma ocasião ideal. Rever com eles as lições que receberam ou ensiná-lhes de modo sugestivo aspetos do catecismo que talvez tenham sido omitidos, fará com que as crianças entendam a importância do estudo da doutrina de Jesus, graças ao carinho que os pais demonstram por ela.

Outro aspeto relevante é a educação nas virtudes, porque se há piedade e há doutrina, mas pouca virtude, esses rapazes ou raparigas acabarão pensando e sentindo como vivem, não como lhes dite a razão iluminada pela fé, ou a fé assumida, porque pensada. Formar as virtudes requer salientar a importância da exigência pessoal, do empenho no trabalho, da generosidade e da temperança.

Educar nesses bens eleva o homem acima dos desejos materiais; fá-lo mais lúcido, mais apto para entender as realidades do espírito. Os que educam os filhos com pouca exigência – nunca lhes dizem que "não" a nada e procuram satisfazer todos os seus desejos – cegam com isso as portas do espírito.

É uma condescendência que pode nascer do carinho, mas também do querer poupar o esforço que exige educar melhor, pôr limites aos apetites, ensinar a obedecer ou a esperar. E

como a dinâmica do consumismo é de per si insaciável, cair nesse erro leva as pessoas a estilos de vida caprichosos e volúveis e introduzem-nos numa espiral de procura de comodidade que implica sempre um deficit de virtudes humanas e de interesse pelos assuntos dos outros.

Crescer num mundo em que todos os caprichos se cumprem é um pesado lastro para a vida espiritual, que incapacita a alma – quase na raiz – para a doação e o compromisso.

Outro aspeto que convém considerar é o ambiente, pois tem uma grande força de persuasão. Todos conhecemos jovens educados na piedade que se viram arrastados por um ambiente que não estavam preparados para superar. Por isso, é preciso estar pendentes de onde se educam os filhos e criar ou procurar ambientes que facilitem o crescimento da fé e da virtude. É algo parecido ao que sucede num jardim, nós não fazemos crescer as plantas, mas podemos sim proporcionar os meios – adubo, água, etc. – e o clima adequados para que cresçam.

Como aconselhava S. Josemaria a uns pais: **"procurai dar-lhes bom exemplo, procurai não esconder a vossa piedade, procurai ser puros na vossa conduta: então aprenderão e serão a coroa da vossa maturidade e da vossa velhice"** [5] .

A. Aguiló

Notas

[1] Bento XVI, Discurso na Vigília da Jornada Mundial da Juventude de Colónia, 20-VIII-2005.

[2] S. Josemaría Escrivá de Balaguer, *Temas Actuais do Cristianismo*, n. 103.

[3] S. Josemaría Escrivá de Balaguer, *Temas Actuais do Cristianismo*, n. 100.

[4] S. Josemaría Escrivá de Balaguer, *Cristo que passa*, n. 27.

[5] S. Josemaría Escrivá de Balaguer, Tertúlia, 12-XI-1972, em http://www.pt.josemariaescriva.info/artigo/educaccedilao-dos-filhos

Voltar ao índice

Transmitir a fé (II)

Quando se procura educar na fé, ***não se pode separar a semente da doutrina, da semente da piedade*** [1]: é preciso juntar o conhecimento com a virtude, a inteligência com os afetos. Neste campo, mais do que em muitos outros, os pais e educadores devem velar pelo crescimento harmónico dos filhos. Não bastam umas quantas práticas de piedade com um verniz de doutrina, nem uma doutrina que não fortaleça a convicção de dar o culto devido a Deus, de conviver com Ele, de viver as exigências da mensagem cristã, de fazer apostolado. É preciso que a doutrina se faça vida, que se concretize em propósitos, que não seja algo desligado do dia a dia, que desemboque no compromisso, que leve a amar Cristo e os outros.

Elemento insubstituível da educação é o exemplo concreto, o testemunho vivo dos pais: rezar com os filhos (ao levantar, ao deitar, ao abençoar às refeições); dar a importância devida ao papel da fé no lar (prevendo a participação na Santa Missa durante as férias ou procurando locais adequados para veranear, que não sejam dispersivos); ensinar de forma natural a defender e a transmitir a sua fé, a difundir o amor a Jesus. «Assim, os pais entram na profundidade do coração dos filhos, deixando marcas que os acontecimentos futuros da vida não conseguirão fazer desaparecer»[2].

É necessário dedicar tempo aos filhos: ***o tempo é vida*** [3], e a vida – a de Cristo que vive no cristão – é o melhor que se lhes pode dar. Passear, organizar excursões, falar das suas preocupações, dos seus conflitos; na transmissão da fé, é preciso, sobretudo, "estar e rezar"; e se nos equivocamos, pedir desculpa. Por outro lado, os filhos também hão-de experimentar o perdão, que os leva a sentir que o amor que se lhes tem é incondicional.

Bento XVI explica que os mais jovens, «desde pequenos, têm necessidade de Deus e têm a capacidade de se aperceber da Sua grandeza; sabem apreciar o valor da oração e dos ritos, bem como intuir a diferença entre o bem e o mal. Acompanhai-os, portanto, na fé, desde a mais tenra idade»[4]. Conseguir nos filhos a unidade entre aquilo em que se crê e o que se vive é um desafio que deve enfrentar-se evitando a improvisação e com uma certa mentalidade profissional. A educação na fé deve ser equilibrada e sistemática. Trata-se de transmitir uma mensagem de salvação, que afeta toda a pessoa e que deve arreigar na cabeça e no coração de quem a recebe; e isto, entre aqueles que mais amamos. Está em jogo a amizade que os filhos tenham com Jesus Cristo, tarefa que merece se lhe dediquem os melhores esforços. Deus conta com o nosso interesse por lhes tornar acessível a doutrina, para lhes dar a Sua graça e Se instalar nas suas almas; por isso, o modo de comunicar não é algo acrescentado ou secundário à transmissão da fé, pertencendo antes à sua própria dinâmica.

Para ser um bom médico não é suficiente atender alguns doentes; há que estudar, ler, refletir, perguntar, investigar, assistir a congressos. Para ser pais, há que dedicar tempo a examinar como melhorar a própria tarefa educativa. Na nossa vida familiar *saber* é importante, o *saber fazer* é indispensável e o *querer fazer* é determinante. Pode não ser fácil, mas não há lugar para auto-enganar-se desculpando-se com as outras tarefas que temos; convém sempre tirar uns minutos por dia, ou umas horas, em períodos de férias, para os dedicar à formação pedagógica própria.

Não faltam recursos que podem ajudar neste aperfeiçoamento; abundam os livros, vídeos e sítios na internet bem orientados nos quais os pais encontrarão ideias para educar melhor. Além disso, são especialmente eficazes os cursos de Orientação Familiar, que não só transmitem conhecimentos, ou técnicas, mas também ajudam a percorrer o caminho da educação dos filhos e o do aperfeiçoamento pessoal, matrimonial e familiar. Conhecer com mais clareza as caraterísticas próprias da idade dos filhos, bem como o ambiente em que se movem os da sua idade, faz parte do interesse normal por saber o que pensam, o que os move, o que os interpela. Em resumo, permite conhecê-los, e isso facilita educá-los de um modo mais consciente e responsável.

Mostrar a beleza da fé

Conseguir que os filhos interiorizem a fé, requer aproveitar as diferentes situações de

modo que se apercebam da consonância entre as razões humanas e as sobrenaturais. Os pais e educadores devem, sim, propor metas, mas mostrando a beleza da virtude e duma existência cristã plena. Convém, pois, abrir horizontes, sem se limitar a assinalar o que é proibido ou obrigatório. Se não fosse assim, poderíamos levá-los a pensar que a fé é um duro e frio normativo que coarta, ou um código de pecados e imposições; os nossos filhos acabariam por se fixar ***só na parte áspera do caminho, sem ter em conta a promessa de Jesus: "o meu jugo é suave"*** [5]**.** Pelo contrário, na educação deve estar muito presente que os mandamentos do Senhor fortalecem a pessoa, a elevam a um desenvolvimento mais pleno; não são insensíveis negações, mas propostas de ação para proteger e fomentar a vida, a confiança, a paz nas relações familiares e sociais. É procurar imitar Jesus no caminho das bem-aventuranças.

Seria, por isso, um erro associar "motivos sobrenaturais" ao cumprimento de encargos, ou de tarefas, ou "obrigações" que lhes sejam custosas. Não é bom, por exemplo, abusar do recurso de pedir à criança que coma a sopa como um sacrifício para o Senhor; dependendo da sua vida de piedade e da idade, pode ser conveniente, mas há que procurar outros motivos que o movam. Deus não pode ser o "antagonista" dos caprichos; há antes que procurar que não tenham caprichos e cheguem a estar em condições de atingir uma vida feliz, desprendida, guiada pelo amor a Deus e aos outros.

A família cristã transmite a beleza da fé e do amor a Cristo, quando se vive em harmonia familiar por caridade, sabendo sorrir e esquecer-se das preocupações próprias para atender os outros,***a passar por alto pequenos atritos sem importância, que o egoísmo poderia transformar em montanhas; a fazer com grande amor os pequenos serviços de que se compõe a convivência diária*** [6].

Uma vida orientada pelo esquecimento próprio é, em si mesma, um ideal atrativo para uma pessoa jovem. Somos nós, os educadores que, por vezes, não acreditamos nisso de todo, talvez porque tenhamos ainda muito que caminhar. O segredo está em relacionar os objetivos da educação com motivos que os nossos interlocutores entendam e valorizem: ajudar os amigos, ser úteis ou valentes... Cada criança terá as suas próprias inquietações, que faremos aparecer quando se questionam sobre o porquê de viver a castidade, a temperança, a laboriosidade ou o desprendimento; porquê ser prudentes com a internet, ou porque não convém que passem horas e horas diante dos videojogos. Assim, a mensagem cristã será entendida na sua racionalidade e na sua formosura. Os filhos

descobrirão Deus não como um “instrumento” com que os pais conseguem atingir pequenas metas domésticas, mas como quem é: o Pai que nos ama acima de todas as coisas e a Quem temos de amar e adorar; o Criador do universo, a Quem devemos a nossa existência; o Mestre bom, o Amigo que nunca defrauda e a Quem não queremos nem podemos dececionar.

Ajudá-los a encontrar o seu caminho

Mas sobretudo, educar neste campo é pôr os meios para que os filhos convertam a sua existência inteira num ato de adoração a Deus. Como ensina o Concílio, «a criatura sem o Criador desaparece» [7]: encontramos o verdadeiro fundamento da maturidade pessoal na adoração: *se as pessoas não adoram a Deus, adorar-se-ão a si próprias nas diversas formas que a história regista: o poder, o prazer, a riqueza, a ciência, a beleza…*[8]. Promover esta atitude passa necessariamente por que as crianças descubram, na primeira pessoa, a figura de Jesus; algo que se pode fomentar logo de pequenos, propiciando que aprendam a falar pessoalmente com Ele. Não será, porventura, fazer oração com os filhos contar-lhes coisas de Jesus e dos Seus amigos, ou entrar com eles nas cenas do Evangelho, a partir de algum episódio do quotidiano?

No fundo, fomentar a piedade nas crianças significa facilitar que ponham o coração em Jesus, que Lhe expliquem os acontecimentos bons e os maus; que ouçam a voz da consciência, na qual o próprio Deus revela a Sua vontade e que procurem pô-la em prática. As crianças adquirem estes hábitos quase por osmose, vendo como os pais tratam o Senhor, ou O têm presente no seu dia-a-dia. Pois a fé, mais do que com conteúdos ou deveres, tem que ver em primeiro lugar com uma pessoa, que aceitamos sem reservas, a quem nos confiamos. Se se pretende mostrar como uma Vida – a de Jesus – muda a existência do homem, implicando todas as faculdades da pessoa, é lógico que os filhos notem que, em primeiro lugar, nos mudou a nós. Ser bons transmissores da fé em Jesus Cristo implica manifestar com a nossa vida a nossa adesão à Sua Pessoa [9]. Ser um bom pai é, em grande medida, ser um pai bom, que luta por ser santo; os filhos vêem-no e podem admirar esse esforço e tentar imitá-lo.

Os bons pais desejam que os filhos atinjam a excelência e sejam felizes em todos os aspetos da existência: profissional, cultural, afectivo; é lógico, portanto, que desejem também que não fiquem na mediocridade espiritual. Não há projeto mais maravilhoso do que o que Deus tem previsto para cada um. O melhor serviço que se pode prestar a uma pessoa – a um filho de modo muito especial – é apoiá-la para que responda plenamente à sua vocação cristã e acerte com o que Deus quer para ela. Porque não se trata de uma questão acessória, da qual

depende apenas um pouco mais de felicidade, mas que afeta o resultado global da sua vida.

Descobrir como se concretiza a própria chamada à santidade é encontrar **a pedrinha branca, com um nome novo que ninguém conhece, senão quem o recebe** [10]: é o encontro com a verdade sobre si próprio que dota de sentido a existência inteira. A biografia de um homem será diferente de acordo com a generosidade com que enfrente as distintas opções que Deus lhe apresentará, mas, em todo o caso, a felicidade própria e a de muitas outras pessoas dependerá dessas respostas.

Vocação dos filhos, vocação dos pais

A fé é por natureza um ato livre, que não se pode impor, nem sequer indiretamente, mediante argumentos "irrefutáveis"; acreditar é um dom que mergulha as suas raízes no mistério da graça de Deus e a livre correspondência humana. Por isso, é natural que os pais cristãos rezem pelos filhos, pedindo que a semente da fé que estão a semear nas suas almas frutifique; com frequência, o Espírito Santo serve-Se desse afã para suscitar, no seio das famílias cristãs, vocações de muito diverso tipo, para o bem da Igreja.

Sem dúvida, a chamada do filho pode supor para os pais a entrega de planos e projetos muito queridos. Mas isso não é um simples imprevisto, pois faz parte da maravilhosa vocação à maternidade e à paternidade. Poderia dizer-se que a chamada divina é dupla: a do filho que se dá e a dos pais que o dão; e, por vezes, pode ser maior o mérito destes últimos, escolhidos por Deus para entregar o que mais amam e fazê-lo com alegria.

A vocação de um filho converte-se assim ***num motivo de santo orgulho*** [11]**,** que leva os pais a secundá-la com a sua oração e com o seu carinho. Assim o explicava o Beato João Paulo II: «Estai abertos às vocações que surjam entre vós. Orai para que, como sinal do seu amor especial, o Senhor se digne chamar um ou mais membros das vossas famílias a servi-Lo. Vivei a vossa fé com uma alegria e um fervor que sejam capazes de alentar essas vocações. Sede generosos quando o vosso filho ou a vossa filha, o vosso irmão ou a vossa irmã decida seguir Cristo por este caminho especial. Deixai que a sua vocação vá crescendo e se vá fortalecendo. Dai todo o vosso apoio a uma escolha feita com liberdade»[12].

As decisões de entrega a Deus germinam no seio de uma educação cristã; poder-se-ia dizer que são como que o seu cume. A família converte-se assim, graças à solicitude dos pais, numa verdadeira Igreja doméstica[13], onde o Espírito Santo promove os Seus carismas. Deste

modo, a tarefa educativa dos pais transcende a felicidade dos filhos e chega a ser fonte de vida divina em ambientes até aí alheios a Cristo.

A. Aguiló

Notas

[1] *Forja*, n. 918.

[2] João Paulo II, Exhort. apost. *Familiaris consortio*, 22-XI-1981, n. 60.

[3] *Sulco*, n. 963.

[4] Bento XVI, *Discurso ao congresso eclesial da diocese de Roma*, 13-VI-2011.

[5] *Sulco*, n. 198.

[6] *Cristo que passa*, n. 23.

[7] Conc. Vaticano II, Const. past. *Gaudium et spes*, n. 36.

[8] D. Javier Echevarría, *Carta pastoral*, 1-VI-2011

[9] São Tomás, *S. Th. II-II*, q. 11, a. 1: «dado que o que crê aceita as palavras de outro, parece que o principal e como fim de qualquer ato de crer é aquele em cuja asserção se crê; são, pelo contrário, secundárias as verdades que se aceitam crendo nele».

[10] *Ap*, 2, 17.

[11] *Forja*, n. 17.

[12] João Paulo II, Homilia, 25-II-1981.

[13] Cfr. Conc. Vaticano II, Const. dogm. *Lumen gentium*, n. 11.

Voltar ao índice

Educar para a vida

Formar os jovens é uma tarefa entusiasmante: trabalho que o próprio Deus delegou fundamentalmente nos pais. Trabalho delicado e forte, paciente e alegre, não isento de perplexidades, que leva tantas vezes a dirigir-se ao Senhor, em busca de luz.

Educar é obra de artista que quer levar à plenitude as potencialidades que residem em cada um dos seus filhos: ajudar a descobrir a importância de se preocuparem com os outros, ensinar a ser criadores de relações autenticamente humanas, a vencer o medo ao compromisso… Capacitar, em resumo, cada uma e cada um, para que possam responder ao projeto de Deus sobre as suas vidas.

Apesar de que sempre haverá dificuldades ambientais e aspetos melhoráveis, S.Josemaria anima os pais a **manter o coração jovem, para que lhes seja mais fácil receber com simpatia as aspirações nobres e, inclusivamente, as extravagâncias dos filhos. A vida muda e há muitas coisas novas que talvez não nos agradem – é possível até que não sejam objectivamente melhores que outras de antes – mas que não são más, são simplesmente outros modos de viver, sem mais importância. Em não poucas ocasiões, os conflitos aparecem porque se dá importância a ninharias que se superam com um pouco de perspectiva e de sentido de humor** [1].

Partimos do princípio de que na difícil tarefa de educar sempre poderemos melhorar e de que não há educação perfeita; até com os erros se aprende. Vale a pena dedicar tempo a atualizar a nossa formação com um objetivo claro: educamos para a vida.

AUTORIDADE E LIBERDADE

Quando os pais, confundindo felicidade com bem-estar, centram os seus esforços em procurar que os filhos tenham tudo, que tenham todas as comodidades e que não sofram nenhuma contradição, esquecem-se de que o importante não é só *amar muito* os filhos – isso já costuma acontecer – mas *amá-los bem*. E, objetivamente, não é um bem para eles que encontrem tudo feito, que não tenham que lutar.

A luta e o esforço que acarreta são imprescindíveis para crescer, para amadurecer, para se apropriar da existência pessoal e dirigi-la com liberdade, sem sucumbir acriticamente a qualquer influência externa.

O *Catecismo da Igreja Católica* recorda que ignorar a situação real do homem, a sua natureza ferida, dá lugar a graves erros na educação[2]. Contar com o pecado original e com as suas consequências – debilidade, inclinação para o mal, portanto necessidade de lutar contra si mesmo, de se vencer– é indispensável para formar pessoas livres.

Uma criança ou um jovem, abandonado aos gostos e inclinações da sua natureza, desce por um plano inclinado que termina por anquilosar as energias da sua liberdade. Se essa tendência não se contraria com uma exigência adequada a cada idade, que provoque luta, terão depois sérias dificuldades para realizar um projeto de vida que valha a pena.

Amar bem os filhos é pô-los em situação de alcançar domínio sobre si mesmos; fazer deles pessoas livres. Para isso, é inegável a necessidade de fixar limites e impor regras, que sejam não só cumpridas pelos filhos, mas também pelos pais.

Educar é também propor virtudes: abnegação, laboriosidade, lealdade, sinceridade, limpeza..., apresentando-as de forma atrativa, mas ao mesmo tempo, sem baixar a sua exigência. Motivar os filhos para que façam as coisas bem, mas sem exagerar, sem dramatizar quando chegam os fracassos, ensinando-lhes a retirar deles experiência. Animá-los a

ambicionar metas nobres, sem lhes retirar esforço. E, sobretudo, é necessário fomentar a auto-exigência, a luta; uma auto-exigência que não se deve apresentar como um fim em si própria, mas como um meio para aprender a atuar retamente com independência dos pais.

A criança, o jovem, não compreende ainda o sentido de muitas obrigações. Para suprir a sua natural falta de experiência necessita de apoios firmes: pessoas que, tendo ganho a sua confiança, o aconselhem com autoridade. Necessita, concretamente, de se apoiar na autoridade dos pais e dos professores, que não podem esquecer que parte do seu papel é ensinar os filhos a desenvolverem-se com liberdade e responsabilidade.

Como dizia S.Josemaria, **os pais que amam verdadeiramente, que procuram sinceramente o bem dos seus filhos, depois dos conselhos e das considerações oportunas, hão-de retirar-se com delicadeza para que nada prejudique o grande bem da liberdade, que torna o homem capaz de amar e de servir a Deus** [3].

A autoridade dos pais diante dos filhos não provém de um carater rígido e autoritário; baseia-se antes no bom exemplo: no amor entre os esposos, na unidade de critério que os filhos vêem neles, na sua generosidade, no tempo que lhes dedicam, no carinho – carinho exigente – que lhes mostram, no tom de vida cristã que dão ao lar; e também, na clareza e confiança com que são tratados.

Esta autoridade deve exercitar-se com fortaleza, valorizando o que é razoável exigir em cada idade e situação, com amor e com firmeza; sem se deixar vencer por um carinho mal entendido, que poderia conduzir a evitar desgostar os filhos acima de tudo e que, a longo prazo, provocaria uma atitude passiva e caprichosa.

Esconde-se um grande comodismo — e, por vezes uma grande falta de responsabilidade — naqueles que, constituídos em autoridade, fogem da dor de corrigir, com a desculpa de evitar o sofrimento a outros (...)[4]. São os pais quem deve guiar, conjugando autoridade e compreensão. Deixar que os caprichos dos filhos

governem a casa revela, por vezes, o comodismo de evitar situações incómodas.

Com paciência, convém fazê-los ver quando agiram mal. Vai-se assim formando também a sua consciência, não deixando passar as oportunidades de ensinar a distinguir o bem do mal, o que se deve fazer e evitar. Com raciocínios adequados à sua idade, ir-se-ão dando conta do que agrada a Deus e aos outros, e os porquês.

Amadurecer exige sair de si próprio, e isto envolve sacrifícios. A criança, ao princípio, está centrada no *seu mundo*; cresce na medida em que compreende que não é ele o centro do universo, quando começa a abrir-se à realidade e aos outros.

Isto traz consigo aprender a sacrificar-se pelos seus irmãos, a servir, a cumprir as suas obrigações em casa, na escola e com Deus; implica também obedecer; renunciar aos caprichos; procurar não desgostar os pais… É um itinerário que ninguém pode percorrer sozinho. A missão dos pais é obter deles o melhor, ainda que por vezes doa um pouco.

Com carinho, com imaginação e fortaleza, deve-se ajudá-los a ganhar uma personalidade sólida e equilibrada. Com o tempo, também os filhos compreenderão com mais profundidade o sentido de muitos comportamentos, proibições ou ordens dos pais, que poderiam na altura parecer algo arbitrários; encher-se-ão de agradecimento, também por aquelas palavras claras ou momentos de maior severidade – não fruto da ira, mas do amor – que na altura os fizeram sofrer. Além disso, terão aprendido eles próprios a educar as gerações futuras.

Educar para a vida

Educar é preparar para a vida, uma vida que ordinariamente não está isenta de dificuldades; habitualmente há que esforçar-se para atingir qualquer objetivo no âmbito profissional, humano ou espiritual. Porquê então esse medo a que os filhos se sintam *frustrados* quando lhes falta algum meio material?

Terão que aprender o que custa ganhar a vida e conviver com pessoas com maior inteligência, fortuna, ou prestígio social; enfrentar carências e limitações, materiais ou humanas; assumir riscos, se querem abalançar-se a empresas que valham a pena; e lidar com o fracasso, sem que isso provoque o colapso pessoal.

O afã de lhes aplanar o caminho, para impedir o mínimo tropeço,

longe de lhes causar um bem, debilita-os e incapacita-os para enfrentar as dificuldades que encontrarão na universidade, no trabalho ou na relação com os outros. Só se aprende a superar obstáculos enfrentando-os.

Não há nenhuma necessidade de que os filhos possuam tudo, nem de que o possuam logo cedendo aos seus caprichos. Pelo contrário, devem aprender a renunciar e a esperar; não é verdade que na vida há muitas coisas que *podem esperar* e outras que *necessariamente devem esperar*? Com efeito, Bento XVI defende que “não devemos depender da propriedade material; devemos aprender a renúncia, a simplicidade, a austeridade e a sobriedade” [5].

Um excesso de proteção, que afaste o filho de qualquer contrariedade, deixa-o indefeso diante do ambiente; esta atitude protecionista contrasta radicalmente com a verdadeira educação.

O termo educar deriva das palavras latinas *e-ducere* e *e-ducare*. A primeira etimologia está relacionada com a ação de *proporcionar* valores que conduzem ao pleno desenvolvimento da pessoa. A segunda é indicativa da ação de *extrair* dela o melhor que pode dar de si mesma, da mesma forma que o artista faz quando *extrai* do bloco de mármore uma bela escultura. Em qualquer das duas acessões, a liberdade do educando tem um papel decisivo.

Em vez de manter uma atitude protecionista, é conveniente que os pais proporcionem aos filhos a oportunidade de tomar decisões e assumir as respetivas consequências, de modo que possam resolver os seus pequenos problemas com esforço. Em geral, convém promover situações que favoreçam a sua autonomia pessoal, objetivo prioritário de qualquer tarefa educativa. Ao mesmo tempo, há que ter em conta que essa autonomia deve ser proporcional à sua capacidade para a exercer; não teria sentido dotá-los de meios económicos ou materiais que não sabem ainda empregar com prudência; nem deixá-los sozinhos diante do televisor ou a navegar na internet; como também não seria lógico ignorar os conteúdos dos videojogos que têm.

Educar na responsabilidade é a outra face de educar em liberdade. O afã de justificar tudo o que fazem, dificulta que se sintam responsáveis dos seus erros, privando-os de uma avaliação real dos seus atos e, como consequência, de uma fonte indispensável de conhecimento próprio e de experiência. Se, por exemplo, em vez de os ajudar a aceitar um baixo rendimento escolar, se culpam os professores ou a instituição académica, ir-se-á formando neles um modo irreal de enfrentarem a vida: só se sentiriam responsáveis do bom, enquanto que qualquer fracasso ou erro seria causado de fora.

Alimenta-se desse modo uma atitude habitual de queixa, que culpa sempre o sistema ou

os companheiros de trabalho; ou uma tendência para a autocompaixão e para a busca de compensações que conduzem à imaturidade.

Educar sempre

Tudo isto que acaba de ser referido não é específico da adolescência ou de etapas especialmente intensas na vida de um filho. Os pais – de um modo ou de outro – educam sempre. As suas atuações nunca são neutras ou indiferentes, ainda que os filhos tenham poucos meses de vida. Precisamente, não é nada estranha a figura do *pequeno tirano*, a criança de 4 a 6 anos que impõe na casa a lei dos seus caprichos, ultrapassando a capacidade dos pais para o educar.

Os pais não só *educam sempre* mas, além disso, devem *educar para sempre*. De pouco serviria uma educação que se limitasse a resolver as situações conjunturais do momento, se esquecesse a sua projeção futura. Está em jogo dotá-los da autonomia pessoal necessária. Sem ela ficariam à mercê de todo o tipo de dependências. Umas mais visíveis, como as relacionadas com o consumismo, o sexo, ou a droga; e outras mais subtis, mas nem por isso menos importantes, como as procedentes de algumas ideologias de moda.

É preciso ter em conta que o tempo que os filhos permanecem no lar familiar é limitado. E mesmo durante esse período, o tempo que decorre à margem dos pais é muito superior ao da convivência real com eles. Mas esse tempo é preciosíssimo. Muitas pessoas encontram-se hoje com sérias dificuldades para estar com os filhos e, certamente, esta é uma das causas de algumas situações que descrevemos.

Efetivamente, quando se vêem pouco os filhos, torna-se muito difícil exigir-lhes; em primeiro lugar porque se ignora o que fazem e não os conhecemos bem; e também porque se pode tornar muito custoso *amargar* com incómodas exigências os escassos momentos de convivência familiar. Nada pode suprir a presença no lar.

Confiança

A autoridade dos pais depende muito do carinho efetivo que os filhos sentem. Sentem-se verdadeiramente queridos quando ordinariamente se lhes presta atenção e interesse, e quando vêem que se faz o possível por lhes dedicar tempo.

Neste contexto pode-se ajudá-los com autoridade e com acerto: quando se conhecem as suas preocupações, as dificuldades que atravessam no estudo ou com as amizades, os ambientes que frequentam; quando se sabe em que empregam o tempo; quando se vê como reagem, o que os alegra ou os entristece; quando detetamos as suas vitórias ou derrotas.

As crianças, os adolescentes e os jovens necessitam de falar sem medo com os pais. Quanto se avança na sua formação quando conseguimos que haja comunicação e diálogo com os filhos! S.Josemaria aconselhava-o assim: **Aconselho sempre os pais que procurem tornar-se amigos dos filhos. Pode-se harmonizar perfeitamente a autoridade paterna, que a própria educação requer, com um sentimento de amizade que exige pôr-se de alguma maneira ao mesmo nível dos filhos.**

Os jovens – mesmo os que parecem mais indóceis e desprendidos – desejam sempre essa aproximação com os pais. O segredo costuma estar na confiança. Que os pais saibam educar num clima de familiaridade, que nunca dêem a impressão de que desconfiam, que dêem liberdade e que ensinem a administrá-la com responsabilidade pessoal.

É preferível que se deixem enganar alguma vez. A confiança que se põe nos filhos faz com que eles próprios se envergonhem de terem abusado, e se corrijam. Pelo contrário, se não têm liberdade, se vêem que não se confia neles, sentir-se-ão levados a enganar sempre [6].

Há que alimentar constantemente este ambiente de confiança, acreditando sempre no que digam, sem dúvidas, não permitindo nunca que se crie uma distância tão grande que se torne difícil de diminuir.

A ajuda de profissionais da educação nos colégios ou instituições que os filhos frequentam pode ser de grande ajuda: na tutoria ou no precetorado os jovens podem receber uma

formação pessoal valiosíssima. Mas este trabalho de assessoramento não deve retirar o protagonismo aos pais. E isto exige tempo, dedicação, pensar neles, procurar o momento adequado, aceitar as suas formas, dar confiança...

Convém apostar fortemente na família; encontrar tempo onde parece não haver, e aproveitá-lo ao máximo. Envolve muita abnegação e, não poucas vezes, implicará sacrifícios grandes, que nalguns casos poderiam mesmo afetar a posição económica. Mas o prestígio profissional bem entendido faz parte de algo mais amplo: o prestígio humano e cristão, no qual o bem da família se situa acima dos êxitos laborais. Os dilemas, às vezes aparentes, que possam dar-se neste campo, devem resolver-se a partir da fé e na oração, procurando a vontade de Deus.

A virtude da esperança é muito necessária nos pais. Educar os filhos produz muitas satisfações, mas também dissabores e não pequenas preocupações. Não há que deixar-se levar por sentimentos de fracasso, aconteça o que acontecer. Pelo contrário, com otimismo, com fé e com esperança, pode-se recomeçar sempre. Nenhum esforço será vão, ainda que possa parecer que chega tarde ou não se vejam os resultados.

A paternidade e a maternidade nunca terminam. Os filhos estão sempre necessitados da oração e do carinho dos pais, também quando já são independentes. Santa Maria não abandonou Jesus no Calvário. O seu exemplo de entrega e sacrifício até ao fim pode iluminar esta apaixonante tarefa que Deus encarrega às mães e aos pais. Educar para a vida: tarefa de amor.

A. Villar

Notas

[1] S.Josemaria, *Temas actuais do cristianismo*, n. 100.

[2] Cfr. *Catecismo de la Iglesia Católica*, n. 407.

[3] S.Josemaria, *Temas actuais do cristianismo*, n. 104.

[4] S.Josemaria, *Sulco*, n. 577

[5] Bento XVI, audiência 27 de maio de 2009

[6] S.Josemaria, Temas actuais do cristianismo, n. 100.

Educar o coração

A educação é um direito e um dever dos pais que prolonga, de algum modo, a geração; pode dizer-se que o filho, enquanto pessoa, é o fim primário para o qual tende o amor dos esposos em Deus. A educação aparece, assim, como a continuação do amor que trouxe a vida ao filho, onde os pais procuram dar-lhe os recursos para que possa ser feliz, capaz de assumir o seu lugar no mundo com garbo humano e sobrenatural.

Os pais cristãos vêem em cada filho uma mostra da confiança de Deus e educá-los bem é – como dizia S. Josemaria – ***o melhor negócio***; um negócio que começa na conceção e dá os seus primeiros passos na educação dos sentimentos, da afetividade. Se os pais se amam e vêem no filho o culminar da sua entrega, educá-lo-ão no amor e para amar; dito de outro modo: cabe aos pais, em primeiro lugar, educar a afetividade dos filhos, normalizar os seus afetos, conseguir que sejam crianças serenas.

Os sentimentos formam-se de um modo especial durante a infância. Depois, na adolescência, podem produzir-se as crises afetivas e os pais hão-de colaborar para que os filhos as solucionem. Se em pequenos foram criados calmos, estáveis, superarão com mais facilidade esses momentos difíceis. Além disso, o equilíbrio emocional favorece o crescimento dos hábitos da inteligência e a vontade; sem harmonia afetiva, é mais difícil o desenvolvimento do espírito.

Logicamente, uma condição imprescindível para edificar uma boa base afetivo-sentimental é que os pais procurem aperfeiçoar a sua própria estabilidade emocional. Como? Melhorando o convívio familiar, cuidando da sua união, demonstrando – com prudência – o

seu amor mútuo diante dos filhos. No entanto, por vezes tendemos a pensar que os afetos ou os sentimentos transbordam o âmbito educativo familiar; talvez porque parece que são algo que *sucede*, que escapa ao nosso controlo e não podemos alterar. Chega-se, inclusivamente, a vê-los numa perspetiva negativa; pois o pecado desordenou as paixões e estas dificultam o agir racionalmente.

Na origem da personalidade

Esta atitude passiva ou mesmo negativa, presente em muitas religiões e tradições morais, contrasta fortemente com as palavras que Deus dirigiu ao profeta Ezequiel: **dar-lhes-ei um coração de carne, para que sigam os meus preceitos, guardem as minhas leis e as cumpram** [1]. Ter um coração de carne, um coração capaz de amar, apresenta-se como uma realidade criada para seguir a vontade divina: as paixões desordenadas não seriam tanto um fruto do *excesso* de coração como a consequência de possuir um *mau* coração, que deve ser curado. Cristo assim o confirmou: **o homem bom, do bom tesouro do seu coração retira o bem; o homem mau, do mau tesouro tira o mal: porque a boca fala da abundância do coração** [2]. Do coração do homem saem as coisas que o fazem impuro [3], mas também todas as coisas boas.

O homem necessita dos afetos, pois são um poderoso motor para a ação. Cada um tende para o que lhe agrada e a educação consiste em ajudar a que essas tendências coincidam com o bem da pessoa. Cabe comportar-se de modo nobre e com paixão; o que há de mais natural do que o amor de uma mãe pelo seu filho? E como esse carinho estimula a fazer tantos atos de sacrifício, levados com alegria! E, diante de uma realidade que, por qualquer motivo, é desagradável, quão mais fácil é evitá-la! Num determinado momento, aperceber-se da "fealdade" de uma ação má, pode ser um motivo mais forte para não a cometer do que milhares de raciocínios.

Evidentemente, isto não deve confundir-se com uma visão sentimentalista da moralidade. Não se trata de que a vida ética e o trato com Deus devam abandonar-se aos sentimentos. Como sempre, o modelo é Cristo: n'Ele, perfeito Homem, vemos como afetos e paixões cooperam no reto agir: Jesus comove-Se diante da realidade da morte e faz milagres; em Getsemani, encontramos a força de uma oração que dá origem a sentimentos vivíssimos; invade-O inclusivamente a paixão da ira – boa neste caso – quando restitui ao Templo a sua

dignidade [4]. Quando se deseja verdadeiramente algo, é normal que o homem se apaixone. Pelo contrário, é pouco agradável ver alguém fazer as coisas só por cumprir, com pouca vontade, sem pôr nelas o coração. Mas isto não significa deixar-se arrastar pelos afetos; se bem que o mais importante é pôr a cabeça no que se faz, o sentimento dá cordialidade à razão, faz com que o bom seja agradável; a razão – por seu lado – proporciona luz, harmonia e unidade aos sentimentos.

Facilitar a purificação do coração

Na constituição do homem, as paixões têm como finalidade facilitar a ação voluntária, mais do que desvanecê-la ou dificultá-la. «A perfeição moral consiste em que o homem não seja movido ao bem apenas pela sua vontade, mas também pelo seu apetite sensível de acordo com estas palavras do salmo: "O meu coração e a minha carne gritam de alegria para o Deus vivo" (Sal 84,3)»[5]. Por isso, não é conveniente querer suprimir ou "controlar" as paixões, como se fossem algo mau ou recusável. Embora o pecado original as tenha desordenado, não as desnaturalizou, nem as corrompeu de um modo absoluto e irreparável. É preciso orientar a emotividade de modo positivo, dirigindo-a para os bens verdadeiros: o amor a Deus e aos outros. Daí que os educadores, os pais em primeiro lugar, devam procurar que o educando, na medida do possível, desfrute fazendo o bem.

Formar a afetividade requer, em primeiro lugar, facilitar que os filhos se conheçam, e que *sintam*, de um modo proporcionado à realidade que despertou a sua sensibilidade. Trata-se de ajudar a superar, a transcender, aquele afeto até ver na sua justa medida a causa que o provocou. Talvez o resultado dessa reflexão seja a tentativa de influenciar positivamente para modificar tal causa; noutras ocasiões – a morte de um ser querido, uma doença grave – a realidade não se poderá mudar e será o momento de ensinar a aceitar os acontecimentos como vindos da mão de Deus, que nos ama como um Pai ao seu filho. Outras vezes, a propósito de uma irritação, de uma reação de medo, ou de uma antipatia, o pai ou a mãe podem falar com os filhos, ajudando-os a entender – na medida do possível – o motivo dessa sensação, de modo a poderem superá-la; assim, conhecer-se-ão melhor a si próprios e serão mais capazes de pôr o mundo dos afetos no seu lugar.

Além disso, os educadores podem preparar a criança ou o jovem para que reconheça – neles próprios e nos outros – um determinado sentimento. É preciso criar situações, como as

histórias da literatura ou do cinema, através das quais seja possível aprender a dar respostas afetivas proporcionadas, que colaborem para modelar o mundo emocional do homem. Um relato interpela quem o vê, lê ou escuta e move os seus sentimentos numa determinada direção e acostuma-o a um determinado modo de olhar a realidade. Dependendo da idade – neste sentido, a influência pode ser maior quanto mais pequena for a criança – uma história de aventuras, ou de "suspense", ou então um relato romântico, podem contribuir para reforçar os sentimentos adequados perante situações que objetivamente os merecem: indignação frente à injustiça, compaixão pelos desvalidos, admiração com respeito do sacrifício, amor diante da beleza. Contribuirá, além disso, para fomentar o desejo de possuir esses sentimentos, porque são formosos, fontes de perfeição e de nobreza.

Bem orientado, o interesse pelas boas histórias também educa progressivamente o gosto estético e a capacidade de discriminar as que possuem qualidade. Isto fortalece o sentido crítico e é uma eficaz ajuda para prevenir a falta de tom humano, que por vezes degenera em vulgaridade e em descuido do pudor. Sobretudo nas sociedades do chamado primeiro mundo, generalizou-se um conceito de "espontaneidade" e "naturalidade" que com frequência é alheio ao decoro. Quem se habitua a esse tipo de ambientes – independentemente da idade – acaba por rebaixar a sua própria sensibilidade e animalizar (ou frivolizar) as suas reações afetivas; os pais hão-de comunicar aos filhos uma atitude de recusa da vulgaridade, também quando não se fale de questões diretamente sensuais.

De resto, convém recordar que a educação da afetividade não se identifica com a educação da sexualidade: esta é apenas uma parte do campo emotivo. Mas, certamente, quando se conseguiu criar um ambiente de confiança na família será mais fácil que os pais falem com os filhos sobre a grandeza e o sentido do amor humano e lhes dêem, pouco a pouco, desde pequenos, os recursos – através da educação dos sentimentos e das virtudes – para orientar adequadamente essa faceta da vida.

Um coração à medida de Cristo

Em resumo, a educação das emoções procura fomentar nos filhos um coração grande, capaz de amar verdadeiramente Deus e os homens, capaz de ***sentir as preocupações dos que nos rodeiam, saber perdoar e compreender: sacrificar-se, com Jesus Cristo, por todas as almas*** [6]. Uma atmosfera de serenidade e exigência contribui, como que por

osmose, para dar confiança e estabilidade ao complexo mundo dos sentimentos. Se os filhos se sentem queridos incondicionalmente, se verificam que agir bem é motivo de alegria para os pais e que os seus erros não levam a que se lhes retire a confiança, se se lhes facilita a sinceridade e que manifestem as suas emoções... crescem com um clima interior habitual de ordem e sossego, onde predominam os sentimentos positivos (compreensão, alegria, confiança), enquanto que o que tira a paz (zanga, birra, inveja) é entendido como um convite para ações concretas como pedir desculpa, perdoar, ou ter algum gesto de carinho.

São precisos corações apaixonados pelas coisas que valem realmente a pena; apaixonados, sobretudo, por Deus [7]. Nada ajuda mais a que os afetos amadureçam do que deixar o coração no Senhor e no cumprimento da Sua vontade; para isso, como ensinava S. Josemaria, há que ***lhe pôr sete ferrolhos, um por cada pecado capital*** [8]: porque em todo o coração há afetos que são só para serem entregues a Deus e a consciência perde a paz quando os dirige para outras coisas. A verdadeira pureza da alma passa por fechar as portas a tudo o que implique dar às criaturas, ou ao próprio eu, o que pertence a Cristo; passa por "assegurar" que a capacidade da pessoa para amar e querer esteja ajustada e não desarticulada. Por isso, a imagem dos sete ferrolhos vai para além da moderação da concupiscência, ou da preocupação excessiva pelos bens materiais; recorda-nos que é preciso lutar contra a vaidade, controlar a imaginação, purificar a memória, moderar o apetite nas refeições, fomentar a convivência amável com quem nos irrita... O paradoxo está em que, quando se põem "grilhões" ao coração, aumenta-se a sua liberdade para amar com todas as suas forças inalteradas.

A humanidade Santíssima do Senhor é o cadinho em que melhor se pode afinar o coração e os seus afetos. Ensinar os filhos desde pequenos a tratar Jesus e Sua Mãe com o mesmo coração e manifestações de carinho com que amam os pais na terra favorece, na medida da sua idade, que descubram a verdadeira grandeza dos seus afetos e que o Senhor se introduza nas suas almas. Um coração que guarda a sua integridade para Deus, possui-se inteiramente e é capaz de se dar totalmente.

Nesta perspetiva, o coração converte-se num símbolo de profunda riqueza antropológica: é

o centro da pessoa, o lugar em que as potências mais íntimas e elevadas do homem convergem e onde a pessoa arranja as energias para agir. Um motor que deve ser educado – cuidado, moderado, afinado – para que oriente toda a sua potência na direção justa. Para educar assim, para poder amar e ensinar a amar com essa força, ***é preciso que cada um expulse da sua vida tudo o que estorva a Vida de Cristo em nós: o apego à nossa comodidade, a tentação do egoísmo, a tendência à exaltação pessoal. Só reproduzindo em nós a Vida de Cristo, poderemos transmiti-la aos outros*** [9]. Com a correspondência à graça e a luta pessoal, a alma vai-se endeusando e, pouco a pouco, o coração torna-se magnânimo, capaz de dedicar os seus melhores esforços na consecução de causas nobres e grandes, na realização do que se apercebe como a vontade de Deus.

Em alguns momentos, o homem velho procurará recuperar os foros perdidos; mas a maturidade afetiva – uma maturidade que, em parte, é independente da idade – faz com que o homem olhe para além das suas paixões para descobrir o que as desencadeou e como deve reagir face a essa realidade. E contará sempre com o refúgio que o Senhor e Sua Mãe lhe oferecem. ***Acostuma-te a pôr o teu pobre coração no Doce e Imaculado Coração de Maria, para que to purifique de tanta escória e te leve ao Coração Sacratíssimo e Misericordioso de Jesus*** [10].

J.M. Martín, J. Verdiá

Notas

[1] *Ez* 11, 19-20.

[2] *Lc* 6, 45.

[3] Cfr. *Mc* 7, 20-23.

[4] Cfr. *Mc* 5, 40-43; 14, 32ss; 11, 15-17.

[5] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1770.

[6] S.Josemaria, *Cristo que passa*, n. 158.

[7] Cfr. S.Josemaria, *Sulco*, n. 795.

[8] S.Josemaria, Tertúlia em La Lloma (Valência), 7-I-1975, em P. Rodríguez (ed.), *Camino. Edición crítico-histórica*, Rialp, Madrid 20043, pág. 384; cfr. S.Josemaria,

Caminho, n. 188.

[9] S.Josemaria, *Cristo que passa*, n. 158.

[10] S.Josemaria, *Sulco*, n. 830.

Voltar ao índice

Brincar para viver: lazer e tempo livre (I)

Hoje em dia, em muitos países, o sistema educativo dá às crianças e jovens cada vez mais tempo livre, de modo que muitos pais são especialmente sensíveis à importância desses momentos para a educação dos seus filhos.

No entanto, por vezes, o principal temor é que "se perca o tempo" durante os períodos não letivos. Por isso, muitas famílias procuram atividades extra-escolares para os filhos; não é raro que estas possuam um certo recorte académico – um idioma ou um instrumento musical – que complete os seus estudos.

O valor do tempo livre

O tempo livre possui virtualidades educativas específicas, a que se referia João Paulo II quando encorajava a «melhorar e valorizar o tempo livre dos adolescentes e orientar as suas energias» [1].

Nessas horas diárias em que as obrigações académicas se interrompem, em maior ou menor medida, o jovem sente-se dono do seu próprio destino; pode fazer o que *realmente* quer: estar com os amigos ou com a família, cultivar hobbies, descansar e divertir-se do modo que mais o satisfaça.

Aí toma decisões que entende como próprias, porque se orientam para hierarquizar os seus interesses: o que me agradaria fazer, que tarefa deveria recomeçar ou qual poderia adiar... Pode aprender a conhecer-se melhor, descobrir novas responsabilidades e administrá-las. Em resumo, põe em jogo a sua própria liberdade de um modo mais consciente.

Por isso os pais e educadores devem valorizar o tempo livre dos que dependem deles. Porque educar é educar para ser livre e o tempo livre é, por definição, tempo de liberdade, tempo para a gratuidade, a beleza, o diálogo; tempo para todas essas coisas que não são "necessárias" mas sem as quais não se pode viver.

Este potencial educativo pode malograr-se, quer se os pais se desinteressam pelo lazer dos filhos – desde que cumpram as suas obrigações escolares – quer se apenas o encaram como uma oportunidade de "prolongar" a sua formação académica.

No primeiro caso, é fácil que os filhos se deixem levar pela comodidade ou pela preguiça e que descansem de um modo que lhes exija pouco esforço (por exemplo, com a televisão ou os videojogos).

No segundo, perde-se a especificidade educativa do tempo livre, pois este converte-se numa espécie de prolongamento da escola, organizada por iniciativa quase exclusiva dos pais. No final, infelizmente, a imagem de vida que se transmite é a de uma existência dividida entre obrigações e diversão.

Convém, portanto, que os pais avaliem, com frequência, como é que as atividades que realizam ao longo da semana contribuem para o crescimento integral dos filhos e se o seu conjunto contribui de modo equilibrado para o seu descanso e formação.

Um horário apertado significa que o filho fará muitas coisas, mas talvez não aprenda a administrar o tempo. Se se pretende que os filhos cresçam em virtudes, tem que se lhes permitir que experimentem a própria liberdade; se não se lhes dá a possibilidade de escolher as suas atividades favoritas, ou se são impedidos, na prática, de brincar ou estar com os amigos, corre-se o risco de que – quando cresçam – não saibam como divertir-se. Nessa situação, é fácil que acabem por se deixar levar pelo que a sociedade de consumo lhes oferece.

Educar no uso livre e responsável do tempo livre requer que os pais conheçam bem os filhos, porque convém propor-lhes formas de lazer que respondam aos seus interesses e capacidades, que os descansem e divirtam.

Os filhos, sobretudo quando são pequenos – e é o melhor momento para os formar neste aspeto – estão muito abertos ao que os pais lhes apresentam; e se isso os satisfaz, estão a lançar-se as bases para que descubram, por si próprios, o melhor modo de empregar os tempos de lazer.

Evidentemente, isto requer imaginação por parte dos pais e espírito de sacrifício. Por exemplo, convém moderar as atividades que consomem um tempo desproporcionado ou levem as crianças a isolar-se (como sucede quando passam horas frente ao televisor ou na internet). É melhor privilegiar aquelas que permitem cultivar relações de amizade e que o atraem espontaneamente (como costuma ser o desporto, as excursões, os jogos com outras crianças, etc).

Brincar para crescer

Mas de todas as ocupações que se podem desempenhar no tempo livre, há uma que as crianças – e não só elas – preferem sobre todas as outras: brincar.

É natural, porque brincar associa-se espontaneamente à felicidade, a um lugar onde o tempo não é aborrecido, a uma vivência aberta à admiração e ao inesperado. A brincar cada um mostra a sua identidade mais própria: envolve-se com todo o seu ser, com frequência ainda mais do que em muitos dos seus trabalhos.

Brincar é, em primeiro lugar, uma prova do que será a vida: é um modo de aprender a utilizar as energias que temos à disposição, é uma avaliação de capacidades, do que podemos realizar. O animal também brinca, mas muito menos do que o homem, precisamente porque a sua aprendizagem estabiliza. As pessoas brincam durante toda a sua vida, pois podem continuar a crescer – como pessoas – sem limitação de idade.

A natureza humana serve-se da brincadeira para atingir o desenvolvimento e a

maturidade. A brincar, as crianças aprendem a interpretar conhecimentos, a ensaiar as suas forças na competição, a integrar os diferentes aspetos da personalidade: brincar é um desafio contínuo.

Experimentam-se regras, que há que assumir livremente para brincar bem; fixam-se objetivos e exercitam-se na relativização das suas derrotas. Não pode haver brincadeira à margem da responsabilidade, de forma que a brincadeira contém um valor ético, ajuda-nos a ser sujeitos morais.

Por isso, o normal é brincar com outros, brincar "em sociedade". Este caráter social está tão radicado, que mesmo quando as crianças brincam sozinhas, tendem a construir cenários fantásticos, histórias, outras personagens com quem dialogam e se relacionam. A brincar as crianças aprendem a conhecer-se e a conhecer os outros; sentem a alegria de estar e de se divertirem com outros; assimilam e imitam as atuações dos mais velhos.

Aprende-se a brincar, principalmente, na família. Viver é jogar, competir; mas viver é também cooperar, ajudar, conviver. É difícil compreender como se podem harmonizar ambos

os aspetos – competir e conviver – à margem da instituição familiar. Brincar é uma das provas básicas para aprender a socializar.

Em resumo, o grande valor pedagógico de brincar reside em vincular os afetos à ação. Por isso, poucas coisas unem de um modo mais imediato pais e filhos que brincar juntos. Como dizia S. Josemaria, os pais têm de ser amigos dos filhos, dedicando-lhes tempo. Certamente, à medida que os filhos crescem, haverá que se adaptar.

Mas isto só significa que o interesse dos pais pelo lazer dos filhos adotará novas formas. Por exemplo, pode-se-lhes proporcionar que convidem amigos para casa, ou assistir a manifestações desportivas em que participam… Iniciativas que, além do mais, permitem conhecer os seus amigos e as suas famílias sem dar a impressão errada de que se pretende controlá-los, ou de que se desconfia.

Pode-se também, com a ajuda de outros pais, criar ambientes lúdicos em que se organizem diversões sãs e cujas atividades se desenvolvam tendo em conta a formação integral dos participantes. S. Josemaria promoveu desde muito cedo este tipo de iniciativas, nas quais se disponibiliza um ambiente formativo em que as crianças brincam, ao mesmo tempo que se apercebem da sua dignidade de filhos de Deus, preocupando-se com os outros: lugares nos quais são ajudados a descobrir que há um tempo para cada coisa e que cada coisa tem o seu tempo e que em todas as idades – também quando são pequenos – se pode procurar a santidade e deixar marca nas pessoas que os rodeiam.

Tomando uma expressão de Paulo VI, muito querida por João Paulo II, caberia dizer que os clubes juvenis são lugares onde se ensina a ser «peritos de humanidade»[2]; por isso, seria um grande erro orientar os seus interesses apenas em função dos resultados académicos ou desportivos que conseguem.

Brincar para viver

Em grego, educação (*paideia*) e jogo (*paidiá*) são termos do mesmo campo semântico. De facto, é aprendendo a jogar que se adquire, ao mesmo tempo, uma atitude muito útil para enfrentar a vida.

Embora pareça paradoxal, nem só as crianças têm necessidade de brincar. Pode até dizer-se que o homem deve brincar mais quanto mais velho for. Todos conhecemos pessoas a quem a velhice

desconcertou; descobrem que não têm as forças que tinham antes e pensam que não podem enfrentar os desafios da vida.

Uma atitude que, de resto, podemos encontrar em muitos jovens, velhos prematuramente, que parecem carecer da flexibilidade necessária para enfrentar situações novas.

Pelo contrário, provavelmente já nos relacionámos com pessoas idosas que mantêm um espírito jovem: capacidade de se entusiasmar, de recomeçar, de enfrentar cada novo dia como se de um dia *de estreia* se tratasse. E isto apesar de, por vezes, terem limitações físicas notáveis.

Estes casos põem em evidência que, à medida que o homem cresce, tem cada vez mais importância encarar a vida com certo sentido lúdico. Porque quem aprendeu a jogar sabe relativizar os resultados – êxitos ou fracassos – e descobrir o valor próprio do jogo; conhece a satisfação que dá experimentar novas soluções para ganhar; evita a mediocridade que procura o resultado, mas arruína a diversão. Disposições que podem aplicar-se às coisas "sérias" da vida, às tarefas habituais, às situações novas que, abordadas de outro modo, poderiam levar ao desânimo ou a um sentimento de incapacidade.

Trabalhar e brincar têm os seus tempos diversos; mas a atitude com que um e outro se planeiam não tem por que ser distinta, pois é a mesma pessoa que trabalha e que brinca.

As obras humanas são efémeras e por isso não merecem ser tomadas demasiado a sério. O seu valor mais elevado – como ensinou S. Josemaria – consiste em que é aí que Deus nos espera. A vida só tem sentido pleno quando fazemos as coisas por amor a Ele... melhor ainda: na medida em que as fazemos com Ele.

A seriedade da vida está em que não podemos brincar com a graça que Deus nos oferece, com as oportunidades que nos dá. Ainda que, bem vistas as coisas, de algum modo, o Senhor também se serve da graça para brincar com o homem: *Ele escreve perfeitamente com a perna de uma mesa* [3], dizia S.Josemaria.

Só a relação com Deus é capaz de dar estabilidade, nervo e sentido à vida e a todas as obras humanas. O filósofo Platão intuiu esta grande verdade: «é necessário tratar seriamente as coisas sérias, mas não as que o não são. E só a divindade é merecedora de todo o tipo de bem-aventurada seriedade, enquanto que os homens são joguetes inventados por ela; e isto é o mais formoso que há em nós; portanto é preciso aceitar esta missão e que todo o homem passe a sua vida jogando os jogos mais formosos» [4].

Os jogos mais formosos são os "jogos" de Deus. Cada um há-de assumir livremente que é

um joguete divino, chamado a jogar com o Criador. E pela Sua mão enfrentar todas as atividades, com a confiança e o espírito desportivo com que uma criança brinca com o seu Pai.

Desse modo, as coisas sairão ***antes, mais e melhor***; saberemos passar por cima das aparentes derrotas, porque o importante – ter jogado com Deus – já está feito e há sempre outras aventuras que nos esperam. A Sagrada Escritura apresenta-nos a Sabedoria divina **junto a ele estava eu como artífice, brincando todo o tempo diante dele, brincando sobre o globo de sua terra, achando as minhas delícias junto aos filhos dos homens** [5]: Deus, que "brinca" criando, ensina-nos a viver com alegria, seguros, confiando em que receberemos – talvez inesperadamente – o presente que desejamos, pois **todas as coisas concorrem para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são os eleitos, segundo os Seus desígnios** [6].

J.M. Martín y J. Verdiá

Notas

[1] João Paulo II, Exhort. apost. *Familiaris consortio*, 22-XI-1981, n. 76

[2] João Paulo II, VI *Simpósio do Conselho das Conferências Episcopais da Europa*, 11-X-1985, n. 13.

[3] *Amigos de Deus*, n. 117.

[4] Platão, *As leis*, 804d

[5] *Pr* 8, 30-31.

[6] *Rm* 8, 28.

Voltar ao índice

Festa e diversão: lazer e tempo livre (II)

Ele abençoou o sétimo dia e o consagrou, porque nesse dia repousara de toda a obra da Criação [1]. Na unidade da existência pessoal, trabalho e tempo livre não se devem separar; urge por isso empenhar-se num ***apostolado da diversão***[2], que contraponha a tendência a conceber o lazer como pura evasão[3], mesmo à custa de quebrar a unidade do homem.

O descanso de Deus

O tempo livre, por excelência, é o que acontece nos dias de festa em que se quebra a monotonia do quotidiano, porque se celebram acontecimentos que são decisivos ou determinantes para um grupo de pessoas, quer seja uma família ou uma nação. Na tradição judeo-cristã a festa possui um sentido religioso que está associado ao gozoso descanso de Deus. Porque uma vez terminada a criação, **Deus abençoou o sétimo dia, santificou-o**. Quase se poderia dizer que Deus se maravilha diante da Sua obra, especialmente diante da grandeza dessa criatura – o homem – que chamou à comunhão com Ele. E ao santificar o sábado, "criando" o dia de festa, quis associar a humanidade inteira ao seu olhar bondoso para com o mundo. Por isso, de algum modo, «o tempo faz sentido a partir do descanso de Deus»[4]: qualquer tempo, o do trabalho e o do descanso, pois **Deus contemplou toda a sua obra e viu que tudo era muito bom**[5].

Além disso, para o cristão, o domingo, dia do Senhor, *dies Christi*[6], é o dia **consagrado ao Senhor em todos os lugares em que habiteis**[7]. Em cada domingo, na liturgia da Igreja, recordamos e celebramos a ressurreição de Cristo, a nova criação, a salvação do género humano, a libertação do mundo, o seu destino final. Se bem que a novidade do cristianismo faça com que tenham decaído «as manifestações do sábado judeu, superadas pelo "cumprimento" dominical, são válidos os motivos de fundo que impõem a santificação do "dia do Senhor", indicados na solenidade do Decálogo, mas que hão-de entender-se à luz da teologia e da espiritualidade do domingo»[8]. O próprio Jesus Cristo, **Senhor do sábado**[9], explica o autêntico sentido do descanso sabático, orientando-o «para o seu caráter libertador, juntamente com a salvaguarda dos direitos de Deus e dos direitos do homem»[10].

A esta luz, o domingo mostra a novidade do mundo, a novidade da nova criação em Cristo. De algum modo, todo o tempo é já tempo de festa, porque é tempo de Deus e para Deus. Na existência humana unem-se trabalho e tempo livre e ambos incluem um apelo à contemplação e à oração. Deus dá-nos o tempo para que possamos *entreter-nos* com Ele, associar-nos ao seu descanso e ao Seu trabalho[11], admirar a Sua beleza e a formosura da Sua obra.

Parte da missão educativa dos pais consiste em mostrar aos filhos esse caráter de dom que as festas possuem. É preciso esforçar-se um pouco à hora de organizar o domingo – ou qualquer período de descanso – de modo que Deus não apareça como algo alheio ou desagradável, introduzido no último momento, nos planos previstos. Se os filhos vêm que se pensa com antecedência como e quando assistir à Santa Missa, ou receber os sacramentos, compreenderão de modo natural que «o tempo livre permanece vazio se nele não está Deus»[12]. Nessa ótica, é precioso o conselho de Bento XVI: «Queridos amigos! Às vezes, em princípio, pode ser incómodo ter também que programar a Missa no domingo. Mas se vos empenhais, verificareis mais tarde que é exatamente isso que dá sentido ao tempo livre. Não vos deixeis dissuadir de participar na Eucaristia dominical e ajudai também os outros a descobri-la»[13].

Por isso, um cristão que quer viver o Evangelho planifica o seu fim-de-semana pondo, em primeiro lugar, a sua participação na Santa Missa; e procura organizar as suas viagens ou deslocações – especialmente quando vão ser longas – garantindo a assistência ao Santo Sacrifício no domingo ou noutros dias de preceito. Por seu lado, «os Pastores têm o correspondente dever de oferecer a todos a possibilidade efetiva de cumprir o preceito. Nesta linha estão as disposições do direito eclesiástico como, por exemplo, a faculdade para o sacerdote, com prévia autorização do Bispo da diocese, de celebrar mais do que uma Missa no domingo e nos dias festivos, a instituição das Missas vespertinas e, finalmente, a indicação de que o tempo válido para a observância da obrigação começa já no sábado pela tarde, coincidindo com as primeiras Vésperas do domingo»[14].

O tempo das virtudes

Já se assinalaram as oportunidades educativas que o tempo livre encerra para moldar a personalidade dos filhos. Jogos, excursões, desporto não são apenas parte essencial da vida dos jovens, mas através deles os pais podem conhecer melhor os filhos e transmitir-lhes desejos de aprender e de se darem aos outros. Desejos que se concretizam em tarefas e se vão transformando em hábitos, a que os clássicos chamam virtudes. Assim, o tempo livre deixa de ser "o tempo para as coisas banais" e transforma-se em tempo qualitativo, criativo. Em resumo, em momentos preciosos para que os filhos assumam e interiorizem a sua liberdade.

Formar os filhos no lazer, por outro lado, implica propor-lhes atividades que lhes sejam atraentes e que respeitem o seu modo de ser. Na medida em que uma família partilha momentos felizes, estabelece as bases para evitar passatempos nocivos no futuro; os períodos passados com os pais na infância – em que experimentam a alegria de dar e receber, da generosidade – ficam gravados para sempre e servirão de proteção quando os filhos tenham que enfrentar o falso atrativo do que afasta de Deus.

Pelo contrário, se os pais entendem as férias e o tempo livre como simples oportunidades de evasão ou diversão, podem acabar por descuidar um aspeto central na educação. Não se trata de "transmitir" aos filhos uma visão do tempo livre como um "fazer só coisas úteis", no sentido de que é útil estudar uma determinada matéria ou aprender um idioma, ou ir a aulas de natação ou de piano (ocupações que, no fundo, não diferem muito das que disponibilizam muitas escolas), mas de ensinar a empregar esses períodos de um modo equilibrado. Neste sentido, o tempo livre proporciona situações favoráveis para desenvolver a unidade de vida; trata-se de fomentar nos filhos personalidades firmes, capazes de gerir a própria liberdade e de exercitar a fé de maneira coerente, e que, assim, aprendam a conviver com os outros, a aspirar a uma vida plena.

Um grande inimigo neste campo é o "matar o tempo", porque ***quando o cristão mata o seu tempo na terra, coloca-se em perigo de* matar o seu Céu**[15]**.** Atua assim quem ***por egoísmo se retrai, se esconde, se despreocupa***[16] dos outros; quem nesses momentos se procura a si próprio desordenadamente, sem dar lugar a Deus ou aos outros. Educar em e para o tempo livre compromete os pais. Eles são sempre – ainda que de um modo inconsciente – o modelo que mais incide na formação dos filhos e como educadores não podem dar a impressão de que se aborrecem, ou repousam não fazendo nada. O seu modo de descansar deve, de algum modo, estar aberto ao *entretenimento* com Deus, ao serviço dos outros. Os filhos devem entender que o ócio permite *distrair-nos em atividades que exigem menos esforço*[17], enquanto se aprendem coisas novas, cultiva-se a amizade, melhora-se a vida da família.

A diversão dos jovens

Muitos pais – em parte com razão – temem a pressão do ambiente, que nas sociedades de

consumo propõe diversões perniciosas e superficiais. O problema de fundo é universal: os jovens querem ser felizes, mas nem sempre sabem como e, com frequência, nem sequer sabem em que consiste a felicidade, porque ninguém lho explicou de forma convincente, ou não a experimentaram. Para a grande maioria, o problema da felicidade reduz-se a ter um trabalho bem remunerado, gozar de boa saúde e viver numa família que os ame e na qual se possam apoiar. Mesmo que os jovens manifestem algumas vezes certa rebeldia, geralmente admitem que têm que render no estudo, pois entendem que boa parte do seu futuro depende das suas qualificações escolares.

Tudo isto é compatível com o afã por reivindicar a sua própria autonomia à hora de organizar o tempo livre. Nalguns casos, fazem-no seguindo o caminho que marcam as indústrias do entretenimento, que frequentemente promovem diversões que dificultam ou impedem o crescimento em virtudes como a temperança. Mas, em última instância, a desorientação dos jovens não é diferente da que se verifica em bastantes adultos: confundem a felicidade, que é resultado de uma vida conseguida, com uma efémera sensação de pseudo alegria.

Estes desvios, reais, não podem fazer-nos esquecer que ***todos sentimos impulsos de rebeldia para com os mais velhos, quando começámos formar o nosso critério com autonomia*** [18]. Faz parte do processo normal de amadurecimento, como se pode ver ao considerar que, perante a pergunta sobre como se divertem, o "com quem" é sempre mais significativo do que o "quê": querem estar com os da sua idade e fora de casa, ou seja, sem a família e sem adultos; e de facto, as atividades que associam a um maior desfrute é sair com os seus amigos e ouvir música. Inclusivamente, quando o consumo é – como acontece nalgumas sociedades – uma forma de se distrair, adquirindo coisas às vezes desnecessárias (roupa, telemóveis, acessórios informáticos, videojogos, etc.), o que acontece é que é apenas o meio para estar com os amigos.

É importante, por isso, propor formas de diversão que respeitem a estrutura da pessoa, ou seja, a tendência para a felicidade que todos temos; os pais devem enfrentar esta tarefa promovendo, com a ajuda de outras famílias, lugares adequados em que os filhos possam amadurecer humana e espiritualmente durante o seu tempo livre. Trata-se, afinal, de fomentar diversões e interesses que fortaleçam o sentido da amizade, da responsabilidade de cuidar ou apoiar as pessoas de quem gostam. ***A juventude teve sempre uma grande capacidade de entusiasmo por todas as coisas grandes, pelos ideais elevados, por tudo o que é autêntico*** [19]. Os pais podem e devem contar com essa realidade: dedicando-lhes tempo, falando com eles, dando-lhes exemplo de alegria, de sobriedade e sacrifício desde pequenos porque educar não significa ***impor-lhes uma conduta, mas mostrar-lhes os motivos, sobrenaturais e humanos, que a aconselham. Numa palavra, respeitar a sua liberdade, já que não há verdadeira educação sem responsabilidade pessoal, nem responsabilidade sem liberdade*** [20].

J.M. Martín y M. Díez

Notas

[1] *Gn* 2, 3.

[2] *Caminho*, n. 975.

[3] Cfr. João Paulo II, *Mensagem para o XIX Dia Mundial das Comunicações Sociais*, 19-V-1985, n. 4.

[4] João Paulo II, Litt. apost. *Dies Domini*, 31-V-1998, n. 59.

[5] *Gn* 1, 31.

[6] Cfr. João Paulo II, Litt. apost. *Dies Domini*, 31-V-1998, nn. 18ss.

[7] *Lv* 23, 3.

[8] João Paulo II, Litt. apost. *Dies Domini*, 31-V-1998, n. 62.

[9] *Mc* 2, 28.

[10] João Paulo II, Litt. apost. *Dies Domini*, 31-V-1998, n. 63.

[11] Cfr. *Jo* 5, 17.

[12] Bento XVI, *Homilia na explanada de Marienfield*, 21-VIII-2005.

[13] Bento XVI, *Homilia na explanada de Marienfield*, 21-VIII-2005.

[14] João Paulo II, Litt. apost. *Dies Domini*, 31-V-1998, n. 49.

[15] *Amigos de Deus*, n. 46.

[16] *Amigos de Deus*, n. 46.

[17] *Caminho*, n. 357.

[18] *Temas Actuais do Cristianismo*, n. 100.

[19] *Temas Actuais do Cristianismo*, n. 101.

[20] *Cristo que passa*, n.27.

Voltar ao índice

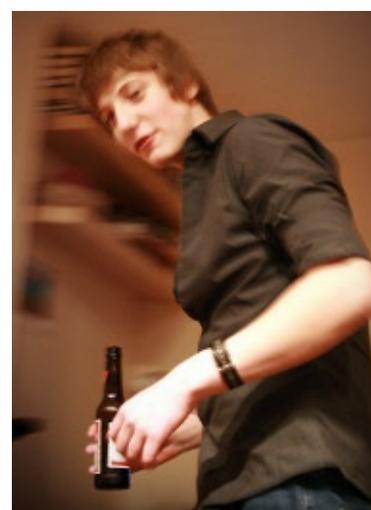
Os jovens e a diversão: lazer e tempo livre (III)

Por vezes o entendimento entre pais e filhos adolescentes não é fácil. O problema é antigo, embora se possa talvez colocar agora com mais frequência ou de forma mais aguda, pela rápida evolução que carateriza a sociedade atual. Em certas ocasiões, o problema surge ao abordar-se o uso do tempo livre durante os fins-de-semana e em horários noturnos.

A atitude dos pais

As diversões noturnas preocupam cada vez mais os pais. É o tempo preferido pelos jovens para o descanso e a diversão, constitui um negócio que oferece múltiplas possibilidades – por vezes, não isentas de riscos para a saúde – e movimenta muito dinheiro. Bastantes pais estão de acordo em que é difícil manter a paz e a disciplina em casa ao tratar deste tema; as discussões sobre o horário das saídas do fim-de-semana podem degenerar em batalha e não é fácil encontrar argumentos convincentes para manter uma hora razoável de regresso a casa; como consequência, a autoridade paterna pode debilitar-se. Diante deste panorama, alguns pais procuram aumentar o controlo sobre os filhos; mas não tardam em comprovar que esta não é a solução. Controlar não é educar.

Os filhos, ao chegar à adolescência, reclamam com veemência quotas de liberdade que por vezes não são capazes de gerir com equilíbrio. Isto não significa que se tenha de os privar da autonomia que lhes corresponde; trata-se de algo mais difícil, é preciso ensinar-lhes a administrar a sua liberdade responsavelmente, a que aprendam a dar razão do que fazem. Só então serão capazes de conseguir uma abertura de horizontes que lhes permita aspirar a objetivos mais elevados do que a mera diversão *a qualquer preço*. Por isso precisamente,

educar os filhos em liberdade significa que os pais, em certas ocasiões, hão-de estabelecer limites aos filhos e impedir com firmeza que os ultrapassem. Os jovens aprendem a viver em sociedade e a ser verdadeiramente livres, aprendendo o sentido dessas regras, e explicando-lhes claramente que há pontos – deveres – "não negociáveis".

É possível e não há que ficar surpreendido ao surgirem conflitos de obediência nos anos em que se forma de modo especial o caráter e a vontade e se afirma a própria personalidade. A um pai português que referia uma dificuldade desse tipo com um dos seus filhos, S. Josemaria respondeu-lhe: *Vamos ser sinceros: aquele que não teve conflitos com os seus pais – repito, e digo o mesmo às senhoras – que levante a mão; quem se atreve a fazê-lo? É justo que os teus filhos também te façam sofrer um pouco*[1]. Em todo o caso, é importante fazer-lhes perceber que os direitos que tantas vezes reivindicam – justamente, por outro lado, em muitos casos – vão precedidos e acompanhados do cumprimento dos deveres correspondentes.

Conversar, compreender e ensinar

A educação dos jovens, principalmente no que se refere à diversão, requer que se lhes dedique tempo, atenção, falar com eles. No diálogo, aberto e sincero, afectuoso e inteligente, a alma descobre a verdade de si mesma. Poder-se-ia dizer que a pessoa humana se "constitui" através do diálogo; também por isso, a família é o lugar privilegiado onde o homem aprende a relacionar-se com os outros e a compreender-se a si mesmo. Nela experimenta-se o significado de amar e de ser amado e esse ambiente gera confiança. E a confiança é o clima onde se aprende a amar, a ser livre, a saber respeitar a liberdade do outro e a valorizar o caráter positivo das obrigações que se têm para com os outros. Sem confiança, a liberdade cresce raquítica.

Esse ambiente de serenidade permite que os pais possam falar com os filhos de uma forma aberta sobre o modo como empregam o tempo livre, mantendo sempre um tom de interesse verdadeiro, evitando o confronto, ou a criação de situações incómodas frente ao resto da família. Evitarão assim abandonar-se à retórica do "sermão" – que é pouco eficaz – ou a uma espécie de interrogatório – habitualmente desagradável – ao mesmo tempo que semeiam «os critérios de juízo, os valores determinantes, os pontos de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida»[2], que permitem fundar uma vida plena. Não faltarão ocasiões que permitam reforçar as boas condutas; e pouco a pouco

conhecerão em que ambientes se move cada um dos filhos e como são os seus amigos.

Quando se cultivou a confiança com os filhos desde a infância, o diálogo com eles é natural. O ambiente familiar convida a entabulá-lo, mesmo quando não haja acordo sobre algumas questões, e é normal que o pai ou a mãe se preocupe com as coisas do filho ou da filha. É oportuno recordar as palavras de S. Josemaria: dedicar tempo à família é ***o melhor negócio***. Tempo quantitativo, feito de presença, aproveitando – por exemplo – as refeições; e tempo qualitativo, interior, feito de momentos de intimidade, que ajudam a criar harmonia entre os componentes da casa. Dedicar tempo aos filhos desde pequenos facilita, na adolescência, manter conversas de certa profundidade.

Sem dúvida, é preferível antecipar dois anos as soluções do que querer resolver os problemas um dia depois: se se educaram as virtudes dos filhos desde pequenos, se estes experimentaram a proximidade dos pais, é mais simples ajudá-los quando se apresentam os desafios da adolescência. No entanto, não faltam pais que pensam que "não chegaram a tempo". Independentemente das causas, não conseguem propor um diálogo construtivo ou que os filhos aceitem certas normas. E se acontecesse isto e se caíssem no desânimo? É o momento de recordar que o trabalho de ser pais não tem data limite de caducidade, e convencer-se de que nenhuma palavra, gesto de carinho ou esforço, orientado para esse fim – a educação dos filhos – cairá em saco roto. Todos – pais e filhos – queremos e necessitamos de segundas, terceiras e mais oportunidades. Poder-se-ia dizer que a paciência é um direito e um dever de cada membro da família: que os outros tenham paciência com os defeitos de cada um; que cada um tenha paciência com os dos outros.

Para introduzir na família uma cultura inspirada na fé não basta, no entanto, o diálogo. É também importante dedicar tempo à vida de família, planificando atividades que se possam fazer em conjunto durante os fins de semana e nas férias.

Às vezes pode tratar-se, por exemplo, de praticar algum desporto com os filhos; outras, de organizar excursões e festas com outras famílias, ou de envolver-se em atividades – culturais, desportivas, artísticas, de voluntariado – organizadas por centros de formação, como são os

clubes juvenis. Não se trata de lhes entregar tudo resolvido, mas de fomentar a iniciativa dos filhos, tendo em conta as suas preferências. S. Josemaria estimulava-nos a trabalhar mais neste campo, tão importante para a nossa sociedade: ***Urge recristianizar as festas e costumes populares. Urge evitar que os espetáculos públicos se vejam nesta disjuntiva: ou piegas ou pagãos***[3].

Com pouco dinheiro

Passear num centro comercial, comprar alguma roupa da moda, jantar num restaurante de comida rápida e ir ao cinema é um itinerário de atividades muito habitual entre os jovens de hoje. A oferta de ócio é dominada atualmente pela lógica do consumo. Se esse modo de se divertir se torna habitual, é fácil que fomente hábitos individualistas, passivos, pouco participativos e nada solidários. As indústrias da diversão e do descanso correm o perigo de limitar a liberdade individual e desumanizar as pessoas, mediante «manifestações degradantes e a vulgar manipulação da sexualidade hoje tão preponderante»[4]. Na realidade, este fenómeno é totalmente contrário à essência do lazer, que é precisamente um tempo libertador e enriquecedor para a pessoa.

É muito aconselhável não dar aos filhos muitos meios económicos, ensinando-lhes o valor do dinheiro e a ganhá-lo por si próprios. S. Josemaria foi educado pelos pais de um modo profundamente cristão, respeitando a sua liberdade e ensinando-o a administrá-la. ***Nunca me impunham a sua vontade*** – comentou em várias ocasiões – ***Traziam-me curto de dinheiro, curtíssimo, mas livre*** [5]. Hoje em dia, é relativamente fácil que os jovens trabalhem, pelo menos em parte das férias. Convém animá-los a que o façam, mas não só para ganhar dinheiro para as suas diversões, mas também para poderem contribuir para as necessidades da família ou para ajudar o próximo.

Não se deve esquecer que em muitíssimos jovens pulsam com força ideais pelos quais são

capazes de se entusiasmar. Ter amigos é ser generoso, partilhar. Os jovens dedicam-se aos seus amigos e muitas vezes não tiveram ocasião de descobrir que Jesus é o Grande Amigo. O Beato João Paulo II no final da XV Jornada Mundial da Juventude explicou: «Ele ama-nos a cada um de nós de um modo pessoal e único na vida concreta de cada dia, na família, entre os amigos, no estudo e no trabalho, no descanso e na diversão». E acrescentava que a nossa sociedade consumista e hedonista tem necessidade urgente de um testemunho de disponibilidade e sacrifício pelos outros: «Os jovens necessitam dele mais do que nunca, tentados frequentemente pela ilusão de uma vida fácil e cómoda, pela droga e o hedonismo, que conduzem depois à espiral do desespero, do sem sentido, da violência»[6].

Formar os filhos no lazer e tempo livre implica um verdadeiro desafio para os pais, um trabalho exigente que, como todas as tarefas feitas por amor, se torna muito bonito. Talvez, em determinados momentos, a alguns pais pode-lhes parecer que a situação os supera. Vale a pena recordar então que todos os esforços realizados nesta direção – a formação dos filhos – não só redundam no bem dos filhos, mas que, além disso, agradam a Deus. A educação faz parte da tarefa que o Senhor confiou aos pais e ninguém os pode substituir nela. Bento XVI explicava que, no seu ambiente familiar, os pais, pelo sacerdócio comum de todos os batizados, podem exercer «a carga sacerdotal de pastores e guias quando formam cristãmente os filhos»[7]. Vale a pena enfrentar esta tarefa sempre com valentia e com um otimismo cheio de esperança.

J. Nubiola, J.M. Martín

Notas

[1] S. Josemaria, Encontro em Enxomil com fiéis do Opus Dei e amigos (Porto), 31.X.1972.

[2] Paulo VI, Exhort. apost. *Evangelii nuntiandi*, 8-XII-1975, n. 19

[3] S. Josemaria, *Caminho*, n. 975.

[4] Bento XVI, *Discurso durante o encontro com os Bispos dos Estados Unidos,* 16-IV-2008.

[5] S. Josemaria, Apontamentos tomados numa meditação, 14-II-1964.

[6] Beato João Paulo II, *Homilia na Santa Missa de encerramento da Jornada Mundial da Juventude*, 20-VIII-2000.

[7] Bento XVI, *Audiência geral*, 18-II-2009.

Voltar ao índice

As boas maneiras

Se pensarmos como evoluíram as boas maneiras ao longo do tempo, ou como mudaram de região para região, seria fácil deduzir que se trata de algo puramente convencional, que se pode modificar ou mesmo transgredir ao gosto de cada um.

E, no entanto, parece que o fundamental, em termos de cortesia, se mantém: todos temos ouvido frases como: "pelo seu comportamento, nota-se que é de uma boa família" ou "que menino mais educado!", e se o disseram de nós, provavelmente sentimo-nos honrados.

As virtudes humanas, que são o fundamento das sobrenaturais, estão na base dos usos e costumes dos povos, no que normalmente se entende como urbanidade ou educação.

Talvez se não possa dizer que a afabilidade, a condição de quem é agradável no trato e na conversação, seja a virtude mais importante. Mas gera um sentimento de empatia, de cordialidade, de compreensão, que é difícil de explicar ou de suprir de outros modos.

A urbanidade mostra-nos algo sem o qual não se pode conviver em sociedade, ensina-nos a ser humanos, civilizados. A cortesia, a afabilidade, a urbanidade e as suas afins, são *irmãs pequenas* doutras virtudes maiores. Mas a sua particularidade reside em que sem elas a convivência se tornaria ingrata. Mais, na prática, uma pessoa grosseira e descortês muito dificilmente poderá viver a caridade.

Olhando para Jesus

Pode ter-nos acontecido, nalgum momento da vida, que face a uma conduta ou a uma atuação pouco correta da nossa parte se nos ocorra: "que terão pensado de mim? Porque fiz eu isso? Ou como fiquei mal!".

O Evangelho deixou-nos uma página que descreve duas atitudes em confronto, a de um "bem-pensante" da época e a de uma pecadora [1]. Simão, o fariseu, organizou um almoço ao nível da categoria do convidado, alguém a quem consideram como profeta. Seguramente pensou como sentar os comensais, na atenção ao serviço, nos pratos que ofereceria e nos temas de conversa que gostaria de propor ao Mestre. Havia que ficar bem, diante da sociedade presente e diante do hóspede principal. Mas esqueceu-se de alguns pormenores a que o Senhor deu importância.

Vês esta mulher? Entrei em tua casa e não me deste água para os pés. Ela com as suas lágrimas banhou os Meus pés, e enxugou-os com os seus cabelos. Não Me deste o ósculo; porém ela, desde que entrou, não cessou beijar os Meus pés. Não ungiste a minha cabeça com óleo, porém ela, ungiu com perfume os Meus pés [2].

À primeira vista, poderiam parecer coisas insignificantes. No entanto, Jesus, perfeito Deus e homem perfeito, nota a sua falta. S. Josemaria, que contemplando com grande profundidade a realidade da encarnação do Filho de Deus, que se manifesta também em gestos que a uns olhos sem amor poderiam passar desapercebidos, comenta a propósito desta passagem: Jesus Cristo ***traz a salvação e não a destruição da natureza; com Ele aprendemos que não é cristão comportar-se mal com o homem, criatura de Deus, feito à Sua imagem e semelhança (cfr.* Ge *1, 26)*** [3].

Encontramos aqui ensinamentos para quem deseja santificar e santificar-se nos diferentes caminhos do mundo. Sobretudo, quando a própria natureza humana, com as suas disposições e faculdades, foi elevada pelo Senhor.

Não há nada, por pequeno ou mínimo que pareça, que não se possa levar a Deus: **quer comais, quer bebais, ou façais qualquer outra coisa, fazei tudo para glória de Deus** [4]. Todas as atividades honradas foram redimidas, de modo que todas, realizadas em união com Ele, podem ser corredentoras.

As virtudes são pessoais, da pessoa; mas é fácil verificar que a pessoa não é uma “peça isolada”; vivemos em relação com o mundo, coexistimos com outros; somos independentes e ao mesmo tempo dependemos dos outros: ***ajudamo-nos ou prejudicamo-nos. Todos somos elos de uma mesma cadeia*** [5].

As virtudes possuem também este caráter social. Não são para o brilho pessoal, para fomentar o egoísmo, mas sim para os outros. Por que razão nos sentimos tão bem com algumas pessoas e porventura menos com outras? Provavelmente, porque aquele que nos escuta, vemos que nos compreende, não mostra pressa, dá serenidade, não se impõe, sugere, respeita, é discreto, pergunta o que é justo.

Quem sabe conviver, dar-se bem com os outros, compartilhar, oferecer, acolher, dar a paz, está a caminho de ser verdadeiramente virtuoso. Jesus ensina-nos que, se faltam algumas condições, a boa convivência se deteriora. O civismo é talvez a melhor forma de apresentação. E aquelas que poderíamos chamar *virtudes da convivência* constituem o pressuposto e a base onde engancha a jóia da caridade.

As virtudes

É muito frequente, e cada vez se estende a mais estratos da sociedade, que quer o pai quer a mãe trabalhem fora de casa. São necessários os dois ordenados para manter a economia doméstica. As dificuldades que os horários e as distâncias impõem para que a família se junte toda são com frequência enormes, especialmente nas grandes cidades. E, ainda bem! – pensarão muitas mães – que as crianças possam almoçar na escola.

Não é que antes, quando era mais fácil almoçar em família, essas reuniões fossem perfeitas, pois às vezes os miúdos lutavam uns com os outros ou protestavam devido à comida que se lhes servia e os pais ralhavam-lhes... Mais ou menos, como agora; as situações, no fundo, mudaram pouco; mas trata-se, hoje como ontem, de aproveitar as oportunidades que a vida nos oferece, e treinar-se em converter os contratempos em ocasiões formativas.

Quantas vezes pensámos em transformar, por exemplo, os jantares de cada dia ou os almoços dos fins-de-semana em reuniões familiares? Existem já estudos em que rapazes e raparigas assinalam o “comer em família” como a atividade mais importante para eles.

Estar com as pessoas que nos amam, compartilhar, ser compreendidos são modos de socializar, de aprender a dar-se aos outros. Melhora as relações entre os membros da família, proporciona aos pais momentos informais para conhecerem melhor os seus filhos e anteciparem-se a possíveis dificuldades.

Quantos detalhes de educação em que há que incidir: "muito te agradeço que vás buscar o sal". "Lavaste as mãos antes de te sentares à mesa?". "Põe-te direito e não cruzes as pernas quando comes". "Podes ajudar o teu irmão a pôr (ou a levantar) a mesa". "O pão não se deita fora". "Pega bem no garfo". "Corta a carne em pedaços pequenos, e não fales com a boca cheia". "Há que comer não só com o estômago, mas com a cabeça, e come-se tudo do que nos servimos, gostemos ou não". "A sopa para a boca e não a boca para o prato". "Limpa-te antes de beber, e não faças barulho". "Não bebas com os cotovelos apoiados na mesa".

Alguns são avisos que mudam segundo os lugares, outros – bastantes – são mais universais. Talvez pareçam negativos – embora não seja preciso dizê-los todos, nem continuamente – mas vistos como afirmações falam da consideração que temos que ter pelos outros; coisas pequenas que revelam correção, cortesia, higiene; demonstrações de solicitude sobre aspetos que talvez por inadvertência possam incomodar alguém.

Nas refeições, podem-se aprender coisas elementares como quanto é razoável que me sirva, tendo em conta que há outros comensais; ou a não comer fora de horas e assim apreciar melhor o que me dão. Por outro lado, comer juntos não é apenas um ato social. É também cultura no sentido mais nobre e rigoroso do termo.

A cultura, como muitos autores sublinharam, está relacionada com o culto. Dar o culto devido a Deus é parte da natureza humana, que também se faz cultura em forma de ritos e instituições. Que modo mais estupendo de dar ao Senhor toda a Sua glória, se o "rito" da refeição é precedido por uma oração! Se invocamos a bênção de Deus sobre a família e os dons que estamos para receber; se agradecemos ao Senhor o pão que se nos oferece todos os dias e rezamos por quem o preparou, e por quem vive na indigência!

Abençoar à mesa é um costume que ajuda a interiorizar o facto de que Deus está continuamente ao nosso lado, a dar graças pelo que recebemos e a respeitar os outros na convivência quotidiana.

Manter o bom tom

À volta da mesa e nas tertúlias familiares, prepara-se os filhos para a vida em sociedade. Cada vez é mais claro que o lema do "vale tudo" não se ajusta à realidade. Uma pessoa que se aborrece por qualquer coisa ou que discute tudo é um companheiro de trabalho complicado.

Alguém que tem que atender o público e não cuida bem da sua apresentação, demonstra pouca estima por si próprio e pelos outros, e não comunica uma grande confiança, pelo menos à primeira vista. Expressar-se com correção, saber intervir numa conversa ou esperar a vez, aprender a apresentar-se com decoro, no vestir e nos adornos, são aspetos da vida em sociedade.

Mais do que a moda, o que nos afasta da vulgaridade é o estilo. Ter estilo, ter classe caracteriza-se pela sobriedade e pelo equilíbrio, pela capacidade de conciliar extremos e contrastes e não por andar na moda.

O estilo faz parte da nossa personalidade. É importante, por exemplo, aprender a vestir-se de acordo com a ocasião. A elegância não consiste tanto em ter um vestuário caro ou de marca, mas em vestir-se com roupa limpa e passada a ferro.

E isto, as crianças cultivam-no no lar, vendo como os pais atuam em todo o momento com elegância e discrição. Não é a mesma coisa ir a um jantar de gala ou estar com os amigos, ou na intimidade da família; não é a mesma coisa passear-se de qualquer modo pelos corredores da casa ou vestir um roupão logo ao levantar-se da cama.

Também as reuniões familiares – e dentre estas, as refeições – permitem aos filhos contar as suas pequenas aventuras na escola; e, aos pais, fazer um comentário oportuno, ou dar um critério sobre um determinado comportamento. São ocasiões para pôr em comum gostos e interesses, para se entusiasmarem com a ideia de fazer passeios à montanha ou por história, ou para introduzir os filhos na fascinante arte da narração.

Podemos programar excursões e visitas artísticas; e desvendar, pouco a pouco, aspetos das tradições familiares e religiosas, ou patrióticas, ou culturais. As crianças aprendem a falar sem levantar a voz nem gritar e, mais importante, exercitam-se em escutar, e habituam-se a não interromper o fio da conversas, a não impor os seus pontos de vista nem as suas exigências.

Em família, com pequenos detalhes cuidamos uns dos outros. Ninguém se apresenta mal

vestido, nem come sem um mínimo de compostura. As mães, sobretudo, pensam num prato que mais agrade a quem celebra um aniversário. Cada um passa a travessa e está pendente do que os outros necessitam. Um oferece o pão ou a água a outro antes de se servir. Agradece-se, pois o agradecimento fomenta a concórdia, e a concórdia a alegria e o sorriso.

Depois de uma boa refeição em família somos mais felizes: não só com a alegria fisiológica de animal sadio[6], mas porque compartilhámos com aqueles que mais amamos a nossa intimidade; enriquecemo-nos moralmente, pessoalmente.

Os comportamentos de que se falou ajudam a formar a nossa interioridade; a orientar-se cara a Deus e cara aos outros. A mulher e o homem maduros estão apoiados na realidade, por isso contentam-se com o que têm e desfrutam-no a fundo. Aprendem a respeitar-se a si próprios, a serem senhores da sua alma e do seu corpo. Conduzem-se com naturalidade, prudência e medida em qualquer situação. Perseveram confiadamente – na amizade, no seu trabalho, nos objetivos que se lhes fixaram – porque mais do que receber são capazes de dar. Aprenderam a ser generosos, e saem de casa todas as manhãs como o sol, que **exultavit ut gigas ad currendam viam** – alegres como um herói, a percorrer o seu caminho [7], com um humor benéfico, que dignifica tudo aquilo que toca.

J.M. Martín (2012)

Notas

[1] Cfr. *Lc* 7, 36-ss.

[2] *Lc* 7, 44-46.

[3] S. Josemaria, *Amigos de Deus*, n. 73.

[4] *1 Co* 10, 31.

[5] S. Josemaria, *Amigos de Deus*, n. 76.

[6] Cfr. S. Josemaria, *Caminho*, n. 659.

[7] *Ps* 19, 6.

Voltar ao índice

Educar no pudor (I): os primeiros anos

O que é o pudor? À primeira vista, um sentimento de vergonha que leva a não manifestar aos outros algo da nossa intimidade. Para muitos, trata-se simplesmente de uma defesa mais ou menos espontânea contra a indecência, e não faltam aqueles que o confundem com puritanismo.

No entanto, esta conceção é limitada. É fácil apreciar isto quando consideramos que, onde não há personalidade nem intimidade, o pudor é supérfluo. Os animais carecem dele.

Além disso, não se estende apenas às coisas más ou indecentes; há também um pudor das coisas boas, uma vergonha natural em manifestar, por exemplo, os dons recebidos.

O pudor, considerado como sentimento, possui um valor inestimável, porque implica aperceber-se de que se possui uma intimidade e não uma mera existência pública; mas, além disso, há uma autêntica virtude do pudor que mergulha as suas raízes nesse sentimento, e que permite ao homem escolher quando e como manifestar o próprio ser às pessoas que o podem acolher e compreender como merece.

O valor da própria intimidade

O pudor possui um profundo valor antropológico, defende a intimidade do homem ou da mulher – a sua parte mais valiosa – para a poder revelar na medida adequada, no momento conveniente, do modo correto, no contexto propício.

De contrário, a pessoa fica exposta a maus-tratos ou, pelo menos, a não ser tomada com a consideração devida. Mesmo por parte de si própria, o pudor é necessário para atingir e conservar a própria auto-estima, aspeto essencial do amor ao próprio eu.

Pode dizer-se que «com o pudor o ser humano manifesta quase "instintivamente" a necessidade da afirmação e da aceitação desse "eu" de acordo com o seu justo valor» [1] . A falta de pudor manifesta que a intimidade própria se considera pouco original ou irrelevante, de modo que nada do que contém merece ser reservado para umas pessoas e não para outras.

A beleza do pudor

O termo "pudor" – quer o entendamos como sentimento quer como virtude – pode utilizar-se em diversos âmbitos. No seu sentido mais estrito refere-se à salvaguarda do corpo; num sentido mais amplo, abarca outros aspetos da intimidade – por exemplo, o de manifestar as próprias emoções; num e noutro caso, o pudor guarda, em última instância, o mistério da pessoa e do seu amor [2].

Como princípio geral, pode dizer-se que o pudor se orienta para que os outros reconheçam em nós o que temos de mais pessoal. No que se refere ao corpo, isso implica chamar a atenção para aquilo que pode comunicar o exclusivo e próprio de cada pessoa (o rosto, as

mãos, o olhar, os gestos...). Nesta linha, o vestuário está ao serviço dessa capacidade de comunicação, e deve expressar a imagem que se tem de si mesmo e o respeito que se oferece aos outros. A elegância e o bom gosto, o asseio e o arranjo pessoal aparecem, assim, como as primeiras manifestações de pudor, que pede (e oferece) respeito àqueles que nos rodeiam. Pela mesma razão, a pouca virtude neste campo leva com facilidade à grosseria e ao descuido no arranjo pessoal. Em diferentes ocasiões, o prelado do Opus Dei exortou a «viver e defender o pudor, contribuindo para criar e difundir uma moda que respeite a dignidade, protestando perante imposições que não respeitem os valores de uma beleza autêntica» [3].

Algo semelhante sucede com o aspeto mais espiritual; esta virtude põe ordem no nosso interior, em conformidade com a dignidade das pessoas e com os laços que existem entre elas [4]. Ter consideração pela intimidade, própria e alheia, permite dar-se a conhecer na justa medida nos diversos contextos de doação ou de respeito em que nos movemos. Deste modo, humanizam-se as relações pessoais porque cada uma adquire matizes distintos; isto não só torna a própria personalidade mais atrativa, mas também à medida que se vão compartilhando esferas de intimidade, permite a alegria da verdadeira amizade.

Na educação no pudor, portanto, é imprescindível aperceber-se do sentido eminentemente positivo desta virtude. «O pudor, elemento fundamental da personalidade, pode considerar-se – no plano educativo – como a consciência vigilante na defesa da dignidade do homem e do amor autêntico» [5] . Quando se explica o sentido profundo do pudor – salvaguardar a intimidade própria, para poder oferecê-la a quem verdadeiramente a pode apreciar – é mais fácil aceitar e interiorizar as suas consequências práticas. A meta, então, não se coloca tanto em que os jovens vivam determinados critérios de conduta neste terreno, mas em que o apreciem e assumam como algo que está na raiz da estrutura do ser pessoal.

O exemplo dos pais e ambiente familiar

Como bem sabemos, o bom exemplo é sempre um elemento essencial no trabalho educativo. Se os pais – e outras pessoas mas velhas que possam viver no lar, como os avós – sabem tratar-se com modéstia, os filhos compreendem que essas manifestações de delicadeza e pudor expressam a dignidade dos diversos componentes da família. Por exemplo, os pais podem e devem manifestar o carinho que se têm diante dos filhos, mas sabendo reservar certas efusões para os momentos de intimidade. Neste sentido, S. Josemaria recordava o ambiente do lar que os seus pais tinham criado: ***E nem sequer faltas de discrição: apenas algum beijo. Tende pudor diante dos filhos*** [6]. Não se trata de envolver o amor numa máscara de frieza, mas de mostrar aos filhos a necessidade da elegância no convívio, que é alheia à afetação.

Não acabam aqui, no entanto, as manifestações de um são pudor. A confiança que se dá numa família é compatível com saber estar em casa de um modo coerente com a dignidade própria. Um relaxamento nas posturas ou no vestir, como usar muito a bata ou trocar de roupa diante dos filhos, acaba por rebaixar o tom humano de um lar e convidar ao descuido. Especial atenção se deve ter nas temporadas de calor, pois o clima, os tecidos mais ligeiros e, talvez, o facto de se estar em férias, abrem a porta ao descuido. Certamente, cada momento e lugar requer vestir de um modo adequado, mas sempre se pode manter o decoro. Pode suceder que este modo de proceder, por vezes, contraste com o clima geral, mas ***por isso é necessário que seja tal a vossa formação, que saibais levar convosco, com naturalidade, o vosso próprio ambiente, para dar o "vosso tom" à sociedade em que viveis*** [7].

Se o pudor se relaciona, sobretudo, com a manifestação da intimidade, é lógico que a sua educação deva abarcar o campo dos pensamentos, sentimentos ou intenções. Por isso, o exemplo no lar deve estender-se ao modo como se trata a intimidade própria e a dos outros. Por exemplo, é pouco educativo que as conversas familiares tratem de confidências alheias, ou alimentem bisbilhotices. Juntamente com as possíveis faltas de justiça que um comportamento desses pode implicar, este tipo de comentários leva a que os filhos se considerem com direito a intrometer-se na intimidade de outros.

De modo análogo, é também importante velar pelo que entra em casa através dos meios de comunicação. No tema que nos ocupa, o obstáculo principal não é só o indecente; isso, é claro, deve evitar-se sempre. Mas é mais obscura a forma como alguns programas de televisão ou revistas fazem comércio e espetáculo com a vida das pessoas. Por vezes, de um modo invasivo, que atenta contra a ética da profissão jornalística; outras vezes, são os próprios protagonistas que agem imoralmente e se dedicam a satisfazer curiosidades frívolas ou mesmo mórbidas. Os pais cristãos hão-de pôr os meios para que este "tráfico da intimidade"

não entre no lar. E explicar os motivos desse proceder: o respeito e o direito ***à legítima decisão de uma pessoa ser ela mesma, de não se exibir, a conservar em justa e íntima reserva as suas alegrias, as suas penas e dores de família*** [8]**.** A desculpa que costuma apresentar-se nesse tipo de programas, o direito à informação ou o consentimento dos que neles participam, tem os seus limites: os que derivam da dignidade da pessoa. Nunca é moral danificá-la injustamente, ainda que o seja o próprio interessado a fazê-lo**.**

Desde pequenos

O sentido do pudor desperta no homem à medida que vai descobrindo a sua própria intimidade. As crianças pequenas, pelo contrário, com frequência deixam-se dominar pela sensação do momento; por isso, num ambiente de confiança ou de brincadeira, não é difícil que descuidem o pudor, talvez mesmo sem uma particular consciência. Por isso, durante a primeira infância, o trabalho educativo há-de centrar-se em consolidar hábitos que mais adiante facilitarão o desenvolvimento desta virtude. Convém, por exemplo, que aprendam rapidamente a lavar-se e a vestir-se por si próprios. E, antes de terem conseguido este objetivo, deve-se procurar que nesses momentos a criança não esteja à vista dos seus irmãos. Também, enquanto for possível, hão-de exercitar-se em fechar a porta do seu quarto quando mudam de roupa, e a trancar a porta quando vão à casa de banho.

São coisas de sentido comum, que talvez tenhamos esquecido numa sociedade de costumes um tanto naturalistas, e que têm como fim ir formando na criança hábitos racionalmente assumidos, que no dia de amanhã facilitarão as autênticas virtudes. Por isso, se nalguma ocasião a criança se apresenta ou corre pela casa esquecendo-se do pudor, não há que dramatizar, mas também não achar graça – isso deixa-se para quando ele não esteja presente. Convém, pelo contrário, corrigir com carinho, e esclarecer que não se comportou

bem. Em questões de educação, tudo tem importância, embora haja coisas que em si mesmas pareçam banais ou que nessas idades nada significam.

Ao mesmo tempo, as crianças devem ir aprendendo a respeitar a intimidade dos outros; nascem egocêntricos, e só pouco a pouco vão "descobrindo" que os outros não vivem para eles, e merecem ser tratados como a eles lhes agradaria. Este avanço gradual pode concretizar-se em múltiplos detalhes; ensinar-lhes a bater à porta – e, logicamente, a esperar a resposta – antes de entrar num quarto; ou explicar-lhes que devem sair de um quarto quando se lhes pede para que o façam, porque os adultos querem falar a sós. Dever-se-á também que conter o seu ímpeto de explorar – próprio destas idades precoces – armários e outras coisas pessoais dos habitantes do lar. Vão-se, assim, acostumando a valorizar a esfera privada dos outros e, ao mesmo tempo, a descobrir a própria. E assentam-se as bases para que, quando crescerem, sejam capazes não só de respeitar as pessoas pelo que são – filhos de Deus – mas também de possuírem eles próprios ***esse bom pudor que reserva as coisas profundas da alma à intimidade entre o homem e o seu Pai Deus, entre a criança que há-de procurar ser todo o cristão e a Mãe que o aperta sempre nos seus braços*** [9].

J. De la Vega (2012)

Notas

[1] Cfr. João Paulo II, Audiência Geral, 19-XII-1979.

[2] Cfr. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2522.

[3] D. Javier Echevarría, Encontro público de catequese em Las Palmas da Grande Canária, 7-II-2004.

[4] Cfr. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2521.

[5] Congregação para a Educação Católica, *Orientações educativas sobre o amor humano*, n. 90.

[6] Pregação oral de S. Josemaria, recolhida por Salvador Bernal em "Mons. Josemaría Escrivá de Balaguer", ed. Rialp, Madrid, p. 19.

[7] Caminho, n. 376.

[8] *Cristo que passa*, n. 69.

[9] S. Josemaria, Artigo *La Virgen del Pilar* em “El libro de Aragón”, CAMP, Zaragoza 1976.

Voltar ao índice

Educar no pudor (II): A infância e a adolescência

O período que vai, aproximadamente, entre os sete e os doze anos – quando já começam a aparecer algumas características da adolescência –corresponde à época mais suave do crescimento para pais e filhos, sobretudo se a educação foi previamente bem conduzida. O filho ou a filha já é capaz de tratar por si só dos seus assuntos, mas conta muito com os pais e costuma confiar-lhe todas as suas coisas. Há um verdadeiro interesse de saber, de apagar qualquer incógnita. E, quando se utilizam as palavras adequadas, compreendem muito bem o que se lhes transmite.

Essa relativa tranquilidade não deve ser desculpa para descuidar a tarefa educativa, pensando, talvez, que as coisas vão bem por si próprias. Deve ser, pelo contrário, a época em que se consolidam na cabeça as ideias e os critérios que configurarão a sua vida no futuro. Poderia dizer-se que é o momento de explicar tudo, adiantando-se mesmo àquilo com que se enfrentarão mais tarde.

Os anos suaves

Chegaram os anos já adequados para explicar aos filhos não somente as manifestações do

pudor, mas o seu próprio sentido. Entenderão, por exemplo, que a roupa não só tapa o corpo, mas também que veste a pessoa, que mostra como nos queremos dar a conhecer, que representa o respeito que pedimos e que damos.

Simultaneamente, os filhos devem aprender a administrar a sua intimidade, de forma que só a descubram na medida adequada e diante das pessoas adequadas. A prudência – é a virtude aqui em jogo – adquire-se com a retidão, a experiência e o bom conselho e nesta aprendizagem os pais têm muito a dizer. Os filhos esperam deles uma relação de confiança, um interesse e uma orientação que os faça sentir mais seguros neste incipiente desenvolvimento da personalidade. Ratificando ou corrigindo, conforme os casos, aprendem o que é que se deve confiar, a quem e porquê.

O risco que existe nestas idades é que o interesse em aprender derive para uma curiosidade indiscriminada, por vezes indiscreta; e num desejo de experimentar novidades, também com o próprio corpo. Daí a importância de que os pais dêem importância a todas as perguntas que lhes possam formular, sem se escapulir ou deixá-las para um futuro incerto, e lhes dêem resposta de modo adequado à sensibilidade dos filhos. Por exemplo, estas idades são o momento certo para a educação afetiva bem entendida. ***Não lhes mintais: eu matei todas as cegonhas. Dizei-lhes que Deus se serviu de vós para que eles viessem à terra, que são o fruto do vosso amor, da vossa entrega, dos vossos sacrifícios... Para isso tendes de ser amigos dos filhos, dar-lhes pé para que falem das suas coisas confiadamente*** [1]. Neste contexto transmite-se o valor do corpo humano e a necessidade de o tratar com respeito, evitando tudo o que leve a considerá-lo como um objeto, seja de prazer, de curiosidade ou de brincadeira.

Convém também antecipar-se aos acontecimentos, explicando as mudanças corporais e psicológicas que lhes aparecerão com a adolescência, que saberão, assim, aceitar com naturalidade quando chegar o momento. ***Tem de se evitar que rodeiem esta matéria de malícia, que aprendam algo – que é em si mesmo nobre e santo – de uma má confidência de um amigo ou de uma amiga*** [2]. Também aqui deve imperar o sentido positivo. Sem omitir a referência aos perigos de um ambiente permissivo, de que de resto as crianças costumam aperceber-se logo em idades precoces, trata-se de encarar a questão como uma oportunidade de crescimento para as suas almas e os seus corpos, se sabem esforçar-se por reagir positivamente perante estímulos negativos. O pudor constituirá – já o constitui – uma efetiva defesa e ajuda para guardar a pureza do coração.

Os anos difíceis

Os anos correspondentes ao início da adolescência, e à própria adolescência, são, no tema que nos ocupa, mais difíceis para os pais. Em primeiro lugar, porque os filhos se tornam mais defensores da sua intimidade. Às vezes adotam também atitudes contestatárias, que podem parecer não ter outro motivo que não seja o de ser do contra. Isto pode causar um certo desconcerto nos pais, que intuem – com razão – que parte da sua intimidade já não a partilham com eles, mas com os amigos ou amigas. São também desconcertantes as alterações do humor; os filhos passam de momentos em que exigem que ninguém entre no seu mundo, para outros em que reclamam uma atenção talvez desproporcionada. É importante saber detetar estes últimos e fazer o possível por escutá-los, pois não se pode saber quando se apresentará a oportunidade seguinte.

Estes desejos de independência e intimidade não são apenas necessários; são também uma nova oportunidade para fomentar o crescimento da sua personalidade. Os adolescentes têm especialmente a necessidade de cultivar espaços de intimidade e devem aprender a mostrá-la ou a reservá-la de acordo com as circunstâncias. A ajuda que os pais lhes podem dar neste campo consiste, em grande parte, em saber ganhar a sua confiança e saber esperar. Estar disponíveis e interessar-se pelas suas coisas, e saber aproveitar esses momentos – sempre os há – em que os filhos os procuram ou em que as circunstâncias exigem una conversa.

A confiança ganha-se, não se impõe. Menos ainda se consegue espiando os filhos, lendo as suas agendas ou diários, escutando o que falam com os amigos, ou entrando em contacto com eles – usando uma identidade falsa – através das redes sociais. Embora alguns pais pensem que o fazem para seu bem, intrometer-se desse modo na intimidade dos filhos é o melhor modo de arruinar a confiança mútua e, em condições normais, é objetivamente injusto.

As características enumeradas anteriormente têm como efeito que os adolescentes se olhem muito a si próprios, de todos os pontos de vista, entre os quais ocupa um lugar relevante o físico. Daí tem de se deduzir que o primeiro pudor que convém ajudá-los a cuidar se refere a eles próprios. Isto sucede tanto com as raparigas como com os rapazes, ainda que, em cada caso, com matizes diferentes. Nelas, a tendência é de se compararem com modelos estéticos que apreciam e sentirem-se atraentes para o outro sexo. Neles, domina mais o desejo de serem vistos como desenvolvidos e bem constituídos diante dos seus companheiros, sem que também não falte o desejo de serem admirados pelas raparigas. Grande parte deste narcisismo juvenil pratica-se sem testemunhas, mas se se observar com atenção será fácil ver algum sintoma desta atitude, como por exemplo quando eles não são capazes de resistir a contemplarem-se diante de algo que reflita a sua imagem, mesmo que seja ao ir pela rua; ou, nas raparigas, a obsessiva pergunta acerca de como lhes fica o que vestem.

Pensar que «são coisas da idade» e que já lhes passarão, para inibir-se, suporia uma desfocagem da questão. São, evidentemente, coisas da idade mas, por isso mesmo, devem ser educadas. A adolescência é a idade em que despertam os grandes ideais e estes devem ser fomentados. Os filhos compreendem com relativa facilidade que esses ensinamentos acabam por os impedir de ver as necessidades dos outros. E a partir daí, podem apreciar que o pudor consigo próprios – cuidar do próprio corpo, mas sem excessos; evitar curiosidades malsãs, etc. – é um requisito para ter o coração generoso que desejam ter.

Modéstia e moda

A adolescência apresenta também novas oportunidades educativas em tudo o que se refere ao modo de viver o pudor frente aos outros, sobretudo no que se refere aos modos de se comportar, de conversar ou de vestir. Devido a diversos fatores e de um modo mais ou

menos agressivo de acordo com os lugares, o ambiente costuma favorecer um excessivo relaxamento dos costumes. No entanto, convém ter em conta que, na maioria dos casos, certos modos de se comportar não correspondem a uma decisão clara do filho, ou da filha. Os adolescentes, por muito que reivindiquem uma independência pessoal, na realidade são muito gregários. Ser diferentes dos seus amigos ou amigas fá-los sentir-se estranhos. Não seria estranho verificar que nem o rapaz tem uma predileção pelo aspeto de «cuidadoso descuido» de moda, nem a rapariga se sente cómoda com formas de vestir que manifestem falta de pudor... mas o medo a sofrer uma repulsa entre os seus iguais fá-los querer andar como os outros.

O remédio não está em isolar os filhos do grupo: necessitam dos seus amigos ou amigas, também para amadurecer. O que é preciso é ensinar a ir contracorrente. E há que saber fazê-lo. Se o filho ou a filha se escudam em que todos os seus amigos «andam assim», os pais, em primeiro lugar, devem explicar-lhes a importância de valorizar a sua própria personalidade e ajudá-los a que tenham boas amizades; e, em segundo lugar, devem procurar estabelecer, eles próprios, amizade com os pais dos amigos, para assim se porem de acordo neste e noutros assuntos.

Em todo caso, não se deve ceder. Qualquer forma de vestir que seja contrária ao pudor ou a um elementar bom gosto não deve entrar no lar. Os pais devem estar atentos e, quando chegar o momento, falar com os filhos, com serenidade, mas com firmeza, e dando-lhes as razões do seu comportamento. Se durante a infância combina que quem explicasse estes temas fosse o pai ao filho e a mãe à filha, agora – em muitas ocasiões – costuma ser oportuno que também intervenha o outro. Assim, por exemplo, diante de uma filha adolescente que não entende porque não deve utilizar uma roupa que a exibe demasiado, o seu pai pode contribuir para o que, talvez, não compreenda: que dessa maneira atrai os olhares dos rapazes, mas de modo algum o seu apreço.

Como noutros assuntos, pai e mãe podem contar aos filhos, de uma forma prudente, as lições que eles próprios aprenderam quando eram adolescentes, bem como o que verdadeiramente procuravam na pessoa com que pensavam que poderiam partilhar a sua vida. São conversas que porventura, num primeiro momento, parecem não ter muito efeito, mas que a longo prazo têm, e os filhos acabam por agradecê-las.

Quando falamos da formação no pudor, a tarefa dos pais deve também estender-se, na medida das suas possibilidades, ao ambiente em que os filhos se movem. Uma primeira manifestação é a escolha dos lugares de férias. Em muitos países, as praias no verão são pouco aconselháveis; mesmo quando se põem meios para evitar um panorama pouco edificante, o clima geral é tão descuidado que dificulta o decoro. Analogamente, se se inscreve

o filho nalguma atividade recreativa ou num acampamento, seria absurdo não se informar bem dos meios que os organizadores disponibilizam para que o tom humano seja elevado.

Outro campo que é necessário ter em conta é o dos lugares de diversão dos filhos, sobretudo porque a pressão do grupo é mais forte na adolescência. É importante que os pais conheçam os locais por onde se movem os jovens, e que procurem dar alternativas pondo-se de acordo com outros pais. Um terceiro local, têm-no mais à mão: o quarto dos filhos. É normal que queiram colocar elementos decorativos a seu gosto, mas essa independência deve ter um limite marcado, sobretudo, pela dignidade do que se quer colocar.

De resto, é lógico que alguma vez os pais encontrem resistências nos filhos, pela natural tendência dos adolescentes para querer afirmar a sua independência dos pais e dos adultos em geral e pela sua falta de experiência. Muitas vezes uma desobediência – não é possível, nem desejável, controlar tudo – traz consigo uma lição e com ela um aviso que se tem de saber aproveitar. Quando acontece uma dificuldade, não há que perder a serenidade. Talvez os pais tenham assim aprendido, mais do que uma vez, quando tinham a idade dos filhos. A ação educativa requer sempre uma grande dose de paciência, especialmente em âmbitos como este, em que os critérios que se lhes quer transmitir podem parecer, num primeiro momento, exagerados aos jovens . Já chegará o tempo em que eles os entenderão melhor e os assumirão como próprios, sempre e quando não falte a insistência – com carinho, bom humor e confiança – por parte de uns pais convencidos de que vale a pena educar assim.

J. De la Vega (2012)

Notas

[1] S. Josemaria, Pregação oral, recolhida por Carlos Soria em “Maestro de buen humor”, ed. Rialp, Madrid, p. 99.

[2] *Temas actuais do cristianismo*, n. 100.

Voltar ao índice

A autoridade dos pais

Deus é o autor da vida, e a Sua bondade manifesta-se também na Sua autoridade, de que participa toda a autoridade criada: em particular, a autoridade amorosa dos pais. Certamente, o exercício dessa autoridade parental nem sempre é fácil. "Desce" necessariamente a aspectos muito concretos da vida quotidiana.

Todos temos experiência de que, à hora de educar, «sem regras de comportamento e de vida, aplicadas dia após dia também nas coisas pequenas, não se forma o caráter e não se prepara para enfrentar as provas que não faltarão no futuro»[1]; no entanto, sabemos também que nem sempre é fácil encontrar o equilíbrio entre liberdade e disciplina.

De facto, muitos pais temem – talvez as tenham sofrido eles próprios – as consequências negativas que pode trazer consigo o impor algo aos filhos: por exemplo, que se deteriore a paz do lar, ou que recusem uma coisa que é boa em si mesma.

O Papa Bento XVI indica o caminho para solucionar o aparente dilema entre fixar normas e que os filhos as assumam com liberdade. O segredo está em que «a educação não pode prescindir do prestígio, que torna credível o exercício da autoridade. É fruto de experiência e competência, mas adquire-se sobretudo com a coerência da própria vida e com a implicação

pessoal, expressão do amor verdadeiro»[2].

A luz da autoridade

Com efeito, exercer a autoridade não se pode confundir com o simples *impor-se*, nem com conseguir ser obedecido a qualquer preço. Quem segue uma determinada autoridade não o faz tanto por temor a ser castigado, mas porque vê nela um ponto de referência que lhe serve para conhecer a verdade e o bem das coisas, embora às vezes as não compreenda. A autoridade tem uma estreita relação com a verdade, porque a representa.

Nesta perspectiva, a autoridade possui um sentido eminentemente positivo e aparece como um serviço: é uma luz que orienta quem a segue para o fim que procura. De facto, etimologicamente, autoridade remete para o verbo latino *augere*, que significa "fazer crescer", "desenvolver".

Quem reconhece uma autoridade adere, sobretudo, aos valores ou verdades que representa: «o educador é uma testemunha da verdade e do bem»[3], quer dizer, é a pessoa que já descobriu e tornou própria a verdade a que se aspira. O educando, pela sua parte, fia-se no educador: não só nos seus conhecimentos, mas também de que está disposto a ajudá-lo a atingir essas verdades.

O papel dos pais

É óbvio que os filhos esperam que os pais sejam coerentes com os valores que lhes querem transmitir, e que lhes manifestem o seu amor. Como podem os pais conseguir essa autoridade e esse prestígio que o seu trabalho educativo requer? A autoridade possui um

fundamento natural e surge espontaneamente na relação entre pais e filhos: mais do que preocupar-se por a conseguir, trata-se de a manter e de a exercitar bem.

Isto é claro quando os filhos são pequenos: se a família está unida, as crianças confiam mais nos pais do que em si próprios. A obediência pode-lhes custar, mas enquadram-na de modo mais ou menos consciente num contexto de amor e unidade familiar: os meus pais querem o meu bem; desejam que eu seja feliz; dizem-me o que me ajudará a consegui-lo. A desobediência vive-se então como algo equivocado, uma falta de confiança e de amor.

Por isso, para assegurar a sua autoridade, os pais não devem fazer mais do que ser verdadeiramente pais: mostrar a alegria e a beleza da própria vida e ensinar, com obras, que amam os filhos como são. Logicamente, isto requer estarem presentes no lar. Embora o atual ritmo de vida possa torná-lo difícil, é importante passar tempo com os filhos e «formar um ambiente familiar animado pelo amor, pela piedade para com Deus e para com os homens»[4].

Por exemplo, vale a pena empenhar-se em jantarem todos juntos, ainda que isto requeira esforço. É um modo magnífico de se conhecerem mutuamente, enquanto se partilham os episódios do dia e os filhos aprendem – também ouvindo o que os pais contam do seu próprio dia – a relativizar, com um toque de bom humor, os problemas que tenham surgido.

Além disso, deste modo, facilita-se falar claro aos filhos quando seja necessário, indicando-lhes o que fazem bem e o que fazem mal; o que podem ou não fazer; e explicando-lhes – de modo adequado à sua idade – os motivos que movem a agir de um ou de outro modo. Entre estes, não pode faltar o comportar-se como um filho de Deus: **procurai que as crianças aprendam a valorizar os seus atos diante de Deus. Dai-lhes motivos sobrenaturais para que reflitam, para que se sintam responsáveis**[5].

Ensinar-lhes o exemplo de Cristo, que subiu ao patíbulo da Cruz por nosso amor, para

ganharmos a liberdade. Exercer a autoridade é, no fundo, oferecer aos filhos – desde pequenos – as ferramentas de que necessitam para crescer como pessoas; e a principal é mostrar-lhes o exemplo da própria vida. As crianças fixam-se em tudo o que os pais fazem, e tendem a imitá-los.

O exercício da própria autoridade pode concretizar-se em tomar as disposições necessárias para salvaguardar o calor do lar e facilitar que os filhos descubram que há mais alegria em dar do que em receber.

Neste contexto, é bom pedir aos filhos, desde pequenos, esses serviços que contribuem para criar um clima de sã preocupação mútua. Atribuem-se-lhes responsabilidades: ajudar a preparar a mesa, dedicar um tempo por semana a ordenar as suas coisas, abrir a porta quando tocam a campainha, etc. São contribuições para o bem-estar familiar, e as crianças entendem-nas desse modo.

Não se trata de "lhes dar coisas para fazer", mas de que vejam que o seu contributo para o andamento da casa – porque poupam trabalho aos pais, porque ajudam um irmão, porque cuidam das suas coisas – é importante e, de certo modo, insubstituível. Aprendem assim a obedecer.

Não é suficiente que os pais falem com os filhos e lhes façam compreender os seus erros. Antes ou depois será preciso corrigi-los, mostrar-lhes que o que fazem tem consequências para eles e para os outros. Muitas vezes poderá bastar uma conversa, carinhosa e clara; no entanto, noutros casos, convirá adotar alguma medida, porque há danos que devem ser corrigidos e não basta o arrependimento.

O castigo deve ser um meio para reparar o mal cometido: por exemplo, fazer algum pequeno trabalho para poder pagar um objeto partido. Às vezes, a correção deverá prolongar-se no tempo: por exemplo, na base de um mau resultado escolar, pode ser conveniente limitar as saídas durante uma temporada. Nestes casos, no entanto, é importante não perder de vista que se trata de facilitar o tempo e os meios para fazer o que se deve.

Continuando com o exemplo das más notas, teria pouco sentido, por um lado, proibir as saídas, mas que, por outro, acabasse por perder o tempo; ou que fosse castigado – sem autêntica necessidade a não assistir a atividades boas em si mesmas – praticar um desporto, frequentar um clube juvenil – só "porque são aquelas de que gosta muito".

Faz parte da autoridade que os pais consigam que os seus filhos compreendam os valores que lhes querem transmitir, respeitando a sua independência e peculiaridades. Isto requer, em primeiro lugar, que os filhos se sintam incondicionalmente amados pelos seus pais e que sintonizem com eles: que os conheçam e confiem neles.

Marcar claramente o que os filhos podem ou não fazer seria inútil – e provavelmente, conduziria a conflitos permanentes – se não se acompanha de carinho e de confiança. **Pode harmonizar-se perfeitamente a autoridade paterna, que a própria educação requer, com um sentimento de amizade, que exige colocar-se, de alguma maneira ao mesmo nível dos filhos. As crianças – mesmo aquelas que parecem mais indisciplinadas e desapegadas – desejam sempre essa aproximação, essa fraternidade com os seus pais**[6].

À medida que os filhos crescem, a autoridade dos pais vai dependendo mais dessa relação de confiança. Todas as crianças necessitam de ser tomadas a sério, mas os adolescentes ainda mais. São confrontados com mudanças – físicas e psicológicas – que os desconcertam, e acusam essa nova situação. Embora não o reconheçam, procuram adultos que lhes sirvam de referência; estes são, para eles, pessoas que formaram critério, que vivem de acordo com certas regras que lhes dão estabilidade: justamente aquilo que os adolescentes aspiram obter. Juntamente com isso, percebem que ninguém os pode substituir nessa empresa; por isso não se limitam a aceitar de modo acrítico o que lhes dizem os pais. Mais do que duvidar da sua autoridade, estão a pedir para compreender melhor a verdade que a fundamenta.

Para isso é importante dedicar-lhes o tempo necessário, sabendo criar ocasiões para estarem juntos. Pode ser durante uma viagem a sós no carro, em casa com motivo de um programa de televisão ou de algum acontecimento escolar. Então fala-se-lhes dos temas que mais os podem afetar e nos quais é importante que tenham ideias claras.

Não há que ficar preocupados se, por vezes, os filhos parecem não ligar à conversa. Se um pai diz o necessário, sem pôr um ar grave e sem querer forçar a confidência, o que diz fica gravado; não importa tanto se, depois, o filho ou a filha faz caso do conselho. O que conta é que comprovou o que o seu pai pensa sobre um determinado argumento, adquirindo assim um ponto de referência para decidir como se comportar.

O pai mostrou-lhe a própria proximidade e disponibilidade para falar sobre as coisas que o preocupam. Pôs em prática esse ensinamento do Papa Bento XVI: «darmos mutuamente algo de nós próprios. Darmos mutuamente o nosso tempo»[7].

Algumas coisas que os pais talvez não aprovem são, às vezes, secundárias e não justificam

uma batalha, quando pode bastar um comentário. Deste modo, os filhos aprendem a diferenciar o que é importante do que o não é. Descobrem que os pais não querem que sejam “cópias” do seu próprio modo de ser, mas simplesmente que sejam felizes e homens e mulheres autênticos. Por isso os pais não se intrometem – embora se interessem – com o que não afeta a sua dignidade, ou a família.

No fundo, trata-se de confiar no filho, de «aceitar o risco da liberdade, estando sempre atentos para o ajudar a corrigir ideias e decisões erradas. Pelo contrário, aquilo que nunca devemos fazer é apoiá-los nos seus erros, fingir que não os vemos ou, pior ainda, que os partilhemos»[8].

Experimentar essa confiança é um convite a merecê-la. A chave está em **que os pais saibam educar num clima de familiaridade, que nunca dêem a impressão de que desconfiam, que dêem liberdade e que ensinem a administrá-la com responsabilidade pessoal. É preferível que alguma vez se deixem enganar: a confiança, que se põe nos filhos, faz com que eles próprios se envergonhem de ter abusado e se corrijam** [9]. Logicamente, não faltarão pequenos conflitos e tensões: podem gerir-se com alegria e serenidade, de modo que os filhos vejam que uma determinada negativa é compatível com amá-los e compreender a situação em que se encontram.

* * *

S. Josemaria insistiu em que a tarefa educativa dos pais recai sobre ambos: pai e mãe; naturalmente, não estão sozinhos neste importante trabalho. Deus, que lhes deu a missão de guiar os filhos para o Céu, facilita-lhes também a Sua ajuda para que a cumpram. Por isso, a vocação de ser pai traz consigo rezar pelos filhos: falar com o Senhor sobre eles, sobre as suas virtudes e defeitos; perguntar-Lhe qual o modo de os poder ajudar, pedir-Lhe graça para os filhos e paciência para si próprio. Abandonar nas mãos de Deus o fruto do trabalho de formação dá uma paz que se transmite aos outros.

Na tarefa educativa, como afirmava S. Josemaria, **os cônjuges têm uma graça especial, que o sacramento instituído por Jesus Cristo confere (...). Devem compreender a obra sobrenatural que implica a fundação de uma família, a educação dos filhos, a irradiação cristã da sociedade** [10]. Atuando com garbo humano, com suavidade e esperteza, e encomendando as coisas ao Senhor, os filhos mudarão. Ao fim e ao cabo, os filhos pertencem a Deus.

J.M. Barrio

Notas

[1] Bento XVI, Audiência, 21-I-2008.

[2] Ibid.

[3] Ibid.

[4] Conc. Vaticano II, Decl. *Gravissimum Educationis*, n. 3.

[5] S. Josemaria, Apontamentos da sua pregação oral, em Guadalaviar (Valência), 17-XI-1972, em www.josemariaescriva.info.

[6] S. Josemaria, *Temas actuais do Cristianismo*, n. 100.

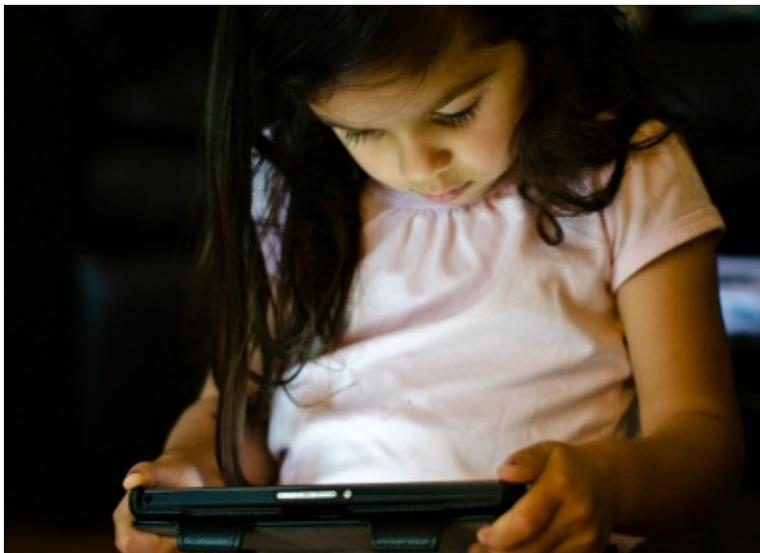
[7] Bento XVI, Homilia, 24-XII-2012.

[8] Bento XVI, Audiência, 21-I-2008.

[9] S. Josemaria, *Temas actuais do Cristianismo*, n. 100.

[10] *Ibid*., n. 91.

Voltar ao índice

Educar nas novas tecnologias

As novas gerações nasceram num mundo interligado ao qual os seus pais não estavam acostumados. Acedem muito cedo à internet, às redes sociais, aos *chats*, às vídeo-consolas. A sua capacidade de aprendizagem neste âmbito avança ao mesmo ritmo vertiginoso com que se desenvolvem as tecnologias.

Desde tenra idade as crianças e jovens estão expostos a um universo aparentemente sem fronteiras. Esta situação oferece uma grande quantidade de benefícios, mas, ao mesmo tempo, comporta alguns riscos que tornam ainda mais necessária a proximidade e a orientação dos pais.

Convém assomar-se positivamente à "era digital", porque como assinala Bento XVI, «se se usa com sabedoria, pode contribuir para satisfazer o desejo de sentido, de verdade e de unidade que continua a ser a aspiração mais profunda do ser humano»[1]. Mas ao mesmo tempo, a realidade apresenta factos que não se podem ignorar; por exemplo, que a sobre-exposição das crianças aos monitores foi associada a riscos de saúde como a obesidade, e a condutas agressivas ou problemáticas na escola.

A tecnologia estrutura em grande medida a vida dos homens e mulheres de hoje. Temos que a encaminhar para que o seu uso nos ajude a desenvolver-nos como pessoas, e estar atentos para que os filhos a utilizem de forma adequada. Educar requer uma boa dose de paciência e planificação, mas quando se fala de novas tecnologias é necessário, além disso,

que os pais adquiram um certo conhecimento, algumas ideias e um pouco de prática, para formarem um critério e orientar os filhos acertadamente.

Cada vez mais, os dispositivos tecnológicos permanecem conectados à internet. Isto permite chegar a audiências muito amplas e abre a possibilidade de difundir mensagens de forma imediata e, praticamente, sem custos. Ao mesmo tempo, produz incerteza de quem terá acesso a esses conteúdos e quando o farão.

A experiência dos últimos anos ensina que as novas tecnologias não são uma mera ferramenta que permite obter uma melhoria na extensão e no nível da comunicação, mas que, de certa maneira passaram a constituir um ambiente, um lugar[2], converteram-se num dos tecidos conectivos da cultura, através do qual se expressa a identidade [3].

Parte da tarefa dos pais cristãos de hoje é ensinar a santificar este ambiente, ajudando os jovens a comportar-se virtuosamente no mundo digital, fazendo-lhes ver que é também um âmbito para expressar a sua identidade cristã. Com as mudanças quase contínuas e radicais não seria eficaz facilitar apenas uma listagem de regras, que ficariam logo a seguir obsoletas; a obra educativa deve procurar a formação em virtudes. Só desse modo, crianças e jovens poderão levar uma vida boa, ordenando as suas paixões, controlando os seus atos e superando com alegria os obstáculos que lhes impeçam a consecução do bem na esfera digital. Como assinala o Papa Francisco «a problemática não é principalmente tecnológica. Temos que nos perguntar, somos capazes, também neste campo, de levar Cristo, ou melhor, de *levar ao encontro de Cristo*?»[4]

Ao mesmo tempo, para evitar pôr os filhos em perigo desnecessário, há que estudar a partir de que momento é oportuno que utilizem dispositivos digitais, e quais se ajustam melhor à maturidade própria da sua idade. Em muitas ocasiões, será possível «incluir o uso de um filtro tecnológico nos dispositivos, para os proteger o mais possível da pornografia e de outras ameaças»[5], sabendo, ao mesmo tempo, que a vida virtuosa é o único filtro que não

falha e está disponível de modo continuo.

Virtudes em jogo: importância do bom exemplo

A família é escola de virtudes: crescem mediante a educação, mediante atos deliberados e com o esforço perseverante. A graça divina purifica-as e eleva-as [6]. Sendo a família o lugar onde se aprendem as primeiras noções do bem e do mal, dos valores, é no lar que se vai construindo o edifício das virtudes de cada menina e de cada menino.

Há estilos de vida que facilitam o encontro dos filhos com Deus, e outros que o dificultam. É lógico que os pais cristãos procurem formar nos filhos uma mentalidade e um coração cristãos, e que ponham os meios para que a sua família seja uma escola de virtudes. A meta é que cada filho aprenda a tomar as suas decisões com maturidade humana e espiritual, de forma adequada à sua idade. As novas tecnologias são um aspeto mais que deveria estar presente nas conversas e também nas regras organizativas do lar, que costumam ser poucas e dependem da idade dos filhos.

As virtudes não se podem viver de modo isolado, nuns aspetos concretos da vida e noutros não. Por exemplo, ajudar uma criança a não ser caprichosa na comida ou quando brinca, ajudá-lo-á também a comportar-se melhor no mundo digital, e vice-versa.

As novas tecnologias são atrativas para todos. Ensinar virtudes implica que os pais devem saber contagiar a exigência pessoal, dando exemplo de moderação. Se as crianças são testemunhas das nossas lutas, sentir-se-ão estimulados a pôr mais da sua parte. Por exemplo, prestar atenção ao falar com eles; pôr o jornal de lado, retirar o som da televisão, centrar o olhar em quem fala, não estar pendente do telefone. E quando é uma conversa importante, desligam-se os aparelhos para que não nos interrompam. «A educação exige dos pais compreensão, prudência, saber ensinar e, sobretudo, saber amar; e empenhar-se em dar bom exemplo»[7].

Quando são mais pequenos

A infância é o momento em que se começa a praticar as virtudes e a aprender o bom uso da liberdade. De facto, é nesta etapa que têm lugar os períodos sensíveis para desenvolver com mais facilidade o caráter; podemos dizer que se constroem as auto-estradas que se percorrerão na vida.

Embora toda a regra geral seja suscetível de matizes, a experiência de muitos educadores diz que quando os filhos são muito jovens é preferível que não tenham dispositivos eletrónicos avançados (tablets, smartphones, consolas). Também por motivos de sobriedade, é aconselhável que sejam de propriedade da família e que, em geral, se tenda a utilizá-los em locais comuns, com um plano para ajudar os filhos a moderar o seu uso, com normas e horários familiares que protejam outros tempos fundamentais destinados ao estudo, ao descanso e à vida de família, e que permitam aproveitar o tempo e descansar as horas oportunas.

Ao mesmo tempo que as crianças conhecem os benefícios e os limites do mundo digital, convém ensinar-lhes o valor do contacto humano directo que nenhuma tecnologia pode substituir. No momento adequado, é preciso acompanhá-los pelo ambiente digital como um bom guia de montanha, para que não façam mal a si próprios nem aos outros. Consultar juntos a internet, "perder tempo" brincando numa consola ou fixar os ajustes de um smartphone serão oportunidades concretas para entabular conversas mais profundas. «Os pais e os filhos deveriam discutir juntos o que se vê e se experimenta no ciberespaço. É também útil partilhar com outras famílias que têm os mesmos valores e preocupações»[8].

Nestas idades, seria desproporcionado que tivessem dispositivos ligados constantemente à internet. É melhor que sigam um plano de acesso de tempo determinado, que se liguem apenas em locais e horários claros (desligando a ligação ou desligando o aparelho durante a

noite), ao mesmo tempo que se lhes ensina a protegerem-se de situacionais de risco, que tenham a tranquilidade de poder recorrer sempre aos pais. Como ensinava S. Josemaria, «o ideal dos pais concretiza-se em chegar a ser amigos dos filhos: amigos a quem se confiam as inquietações, com quem se consultam os problemas, de quem se espera uma ajuda eficaz e amável»[9].

Adolescentes

Ao chegar à adolescência, os filhos reclamam com grande vigor quotas de liberdade que em muitos casos não são capazes de manejar adequadamente. Isto não significa que se deva privá-los da autonomia que lhes corresponde; trata-se de algo muito mais difícil: é preciso ensinar-lhes a administrar a sua liberdade responsavelmente. Só então serão capazes de conseguir um alargamento de horizontes que lhes permita aspirar a objetivos elevados.

Como afirma Bento XVI, «educar é dotar as pessoas de uma verdadeira sabedoria, que inclui a fé, para entrar em relação com o mundo; equipá-las com suficientes elementos na ordem do pensamento, dos afetos e dos juízos»[10]. Na adolescência a formação adquire-se livremente e, para além das lógicas regras da vida familiar, os pais contam com um recurso fundamental: o diálogo. É importante explicar o porquê de alguns comportamentos, entendidos, talvez, pelo jovem como formalismos; ou as razões de fundo de algumas maneiras de fazer que podem ser vistas como limites, e que na realidade não são simples proibições mas grandes afirmações nas quais se forja uma personalidade autêntica, que sabe ir contra corrente. É mais eficaz mostrar como a virtude é atrativa já agora, tornando presentes os ideais magnânimos que enchem os seus corações, os grandes amores que os movem: a lealdade para com os seus amigos, o respeito pelos outros, a necessidade de viver a temperança e a modéstia, etc.

O trabalho dos pais é facilitado quando conhecem os interesses dos filhos. Não se trata de

os espiar, mas de gerar a confiança suficiente para que se sintam à vontade falando do que os atrai, de saber o que lhes interessa e, se for o caso, partilhar tempo e interesses com eles. Há jovens que escrevem *blogs* ou usam as redes sociais, e os pais não os conhecem ou nunca leram nenhum dos seus textos, pelo que o filho pode pensar que o que eles fazem não interessa ou não agrada aos pais. Para alguns pais, ver com certa frequência o que escrevem e criam os seus filhos na internet suporá uma grata descoberta e um motivo de enriquecimento da conversa e da vida familiar.

Nestas idades é também conveniente fomentar o valor da austeridade quanto aos dispositivos, *gadgets* e programas (aplicações, etc.). Ensinar a viver o desprendimento, não apenas pelo custo do hardware e do software, mas para «não se deixar dominar pelas paixões, passar de uma coisa para outra sem discernimento, seguir a moda do momento»[11] que, por vezes, é um comportamento induzido pelas empresas e do qual não se podem libertar facilmente.

Será também uma forma de os ensinar a viver a moderação com o tempo que passam nas redes sociais, vídeo consolas, jogos em linha, etc. Ao propor em casa estas linhas conta muito a forma de as explicar e, sobretudo, a coerência dos pais: vivê-las pessoalmente é o melhor modo de as comunicar num ambiente de carinho e liberdade.

Saber explicar os porquês não requer possuir um conhecimento técnico avançado. Em muitos casos os conselhos de que os filhos necessitam para se desenvolverem nos ambientes digitais são os mesmos que asseguram o comportamento nos espaços públicos: boas maneiras, recato e pudor, respeito ao próximo, cuidado com a vista, domínio de si, etc.

De acordo com a idade de cada filho, é crucial manter conversas profundas sobre a educação da afetividade e a verdadeira amizade. Vale a pena recordar-lhes que o que se publica na rede costuma ser acessível a um sem número de pessoas em qualquer parte do mundo e que quase todas as ações que se fazem no meio digital deixam um rasto a que se pode aceder através de buscas. O mundo digital é um grande espaço em que há que mover-se com naturalidade e, ao mesmo tempo, com muito sentido comum. Se na rua, a um filho não ocorre falar com a primeira pessoa com que se cruza, na rede, também não. Uma fluida comunicação familiar ajudará a entender tudo isto e a criar um ambiente de confiança no qual se possam resolver as dúvidas e expressar as incertezas.

Juan Carlos Vásconez

Notas

[1] Bento XVI, *Mensagem para a XLV Jornada Mundial das Comunicações Sociais (2011)*.

[2] Cfr. Bento XVI, *Mensagem* da *XLVII Jornada Mundial das Comunicações Sociais* (2013).

[3] Cfr. Bento XVI *, Menagem para a XLIII Jornada Mundial das Comunicações Sociais*,(2009).

[4] Papa Francisco, Discurso ao Conselho Pontifício para as Comunicações Sociais, 21 de setembro de 2013, n. 3.

[5] Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, a Igreja e a Internet, (2002), n. 11.

[6] Cfr. Catecismo da Igreja Católica, n. 1839.

[7] S. Josemaria, Cristo que passa, n. 27

[8] Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, A Igreja e a Internet, (2002), n. 11

[9] S. Josemaria, Cristo que passa, n. 27

[10] Bento XVI, Discurso aos Bispos italianos, 27 de maio 2008, “A Emergência Educativa”, n. 11

[11] Francisco, Discurso na Basílica de Santa Maria, Maior, 4 de maio de 2013, n. 3.

Voltar ao índice

Sobre

Este livro foi preparado pelo Gabinete de Informação do Opus Dei.

Consulte a lista completa de ebooks gratuitos em português